

# Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2020



## Sumário

DEMONSTRAÇÕES	OO RESULTADO	3
DEMONSTRAÇÕES	DO RESULTADO ABRANGENTE	4
DEMONSTRAÇÕES	DOS FLUXOS DE CAIXA	5
BALANCO PATRIMO	ONIAI	6
DEMONSTRAÇÕES	DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8
DEMONSTRAÇÕES	S DO VALOR ADICIONADO	10
1.	CONTEXTO OPERACIONAL	11
2.	BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	21
3.	CONCILIAÇÃO DO LÚCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	24
4.	INFORMAÇÃO POR SEGMENTO	24
5.	RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	29
6.	CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA	35
7.	CUSTO DE CONSTRUÇÃO	35
8.	CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS	36
9.	RESULTADO FINANCEIRO	38
10.	TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, OUTROS TRIBUTOS, ENCARGOS SETORIAIS E RESSARCIMENTO A	
CONSUMIDORES	38	
11.	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	45
12.	CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS	
13.	ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS (PARCELA A E OUTROS)	
14.	CONCESSÕES DO SERVIÇO PÚBLICO	50
15.	INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS, COLIGADAS E JOINT VENTURES	
16.	IMOBILIZADO	
17.	INTANGÍVEL	64
18.	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A EMPREITEIROS	65
19.	EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	66
20.	PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS	
21.	OUTROS PASSIVOS	
22.	BENEFÍCIOS A EMPREGADOS	
23.	PATRIMÔNIO LIQUIDO	
24.	TRANSAÇÕES_COM PARTES RELACIONADAS	89
25.	CLASSIFÍCAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	
26.	COMPROMISSOS	
27.	EVENTOS SUBSEQUENTES	103



DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhões de reais, exceto pelos valores de lucro por ação)

	Notas	Consolid	dado	Controlad	lora
	_	2020	2019	2020	2019
Receita operacional, líquida	5 _	31.989	28.461	4_	4
Custos dos serviços		(24.615)	(22.087)	_	_
Custos com energia elétrica	6	(15.280)	(14.519)		
Custos de construção	7	(5.726)	(4.054)	_	_
Custos de operação	8	(3.609)	(3.514)	-	-
Lucro bruto	_	7.374	6.374	4	4
Perdas de crédito esperadas	12.2	(456)	(332)	-	16
Despesas com vendas	8	(288)	(270)	-	-
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	8	(1.530)	(1.397)	(242)	(231)
Amortização de mais-valia	15	(166)	(170)	(164)	(168)
Equivalência Patrimonial	15	(56)	68	3.227	2.549
Lucro Operacional	· <u> </u>	4.878	4.273	2.825	2.170
Resultado Financeiro	9 _	(1.030)	(1.341)	(21)	59
Receitas Financeiras		597	518	185	208
Despesas Financeiras		(1.755)	(1.768)	(178)	(137)
Outros resultados financeiros, líquidos		128	(91)	(28)	(12)
Lucro antes dos tributos	_	3.848	2.932	2.804	2.229
Tributos sobre o lucro	10.1.1	(943)	(623)	(8)	
Corrente		(511)	(288)	(8)	-
Diferido	_	(432)	(335)	<u> </u>	
Lucro líquido do exercício		2.905	2.309	2.796	2.229
Atribuível à:					
Acionistas da Neoenergia S.A. Acionistas não controladores		2.809 96	2.229 80	2.796	2.229
Lucro básico e diluído por ação – R\$:	23.2	2,39	1,90	2,30	1,84



## DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhões de reais)

	Consoli	dado	Control	adora
	2020	2019	2020	2019
Lucro líquido do exercício	2.905	2.309	2.796	2.229
Outros resultados abrangentes				
Itens que não serão reclassificados para o resultado:				
Obrigações com benefícios à empregados	(304)	80	-	-
Hedge de fluxo de caixa	209	(36)	(3)	-
Tributos diferidos sobre resultados abrangentes	102	(27)	-	-
Resultado das operações de hedge e obrigações com benefícios à				
empregados das investidas			13	16
Total dos itens que não serão reclassificados para o resultado	7	17	10	16
Itens que serão reclassificados para o resultado:				
Hedge de fluxo de caixa	166	51	(14)	-
Tributos diferidos sobre resultados abrangentes	(47)	(14)		-
Resultado das operações de hedge e obrigações com benefícios à				
empregados das investidas	-	-	130	35
Total dos itens que serão reclassificados para o resultado	119	37	116	35
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido dos tributos	126	54	126	51
Resultado abrangente do exercício	3.031	2.363	2.922	2.280
•	3.031	2.303	2.322	2.200
Atribuível à:				
Acionistas controladores	2.935	2.280	2.922	2.280
Acionistas não controladores	96	83		



## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhões de reais)

	Consolidado		Controla	adora
	2020	2019	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais Lucro líquido do exercício	2.905	2.309	2.796	2.229
Ajustado por:				-
Depreciação e amortização*	1.473	1.299	5	3
Baixa de ativos não circulantes	135	148	1	-
Amortização de mais-valia	166	170	164	168
Resultado de equivalência patrimonial	56	(68)	(3.227)	(2.549)
Tributos sobre o lucro	943	623	8	-
Resultado financeiro, líquido	1.030	1.341	21	59
Outros	(549)	(481)	-	(3)
Alterações no capital de giro:	(70)	(500)		40
Contas a receber de clientes e outros	(73) (3.198)	(500)	-	12
Concessão Serviço Público (Ativo contratual) Fornecedores e contas pagar de empreiteiros	(3.196)	(847) 441	32	30
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar, líquidos	(4)	(47)	6	30
Ativos e passivos financeiros setoriais, líquidos (Parcela A e outros)	652	765	-	-
Outros tributos a recuperar (recolher) e encargos setoriais, líquidos	338	(377)	77	(158)
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	(138)	(144)	-	4
Outros ativos e passivos, líquidos	`(60)	`34Ś	(33)	125
Caixa líquidos proveniente das operações	4.632	4.977	(150)	(77)
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	44	40	634	1.818
Encargos de dívidas pagos	(935)	(1.186)	(49)	(38)
Instrumentos derivativos recebidos (pagos), líquidos	236	(44)	-	-
Rendimentos de aplicações financeiras	135	170	16	-
Pagamento de juros – Arrendamentos	(13)	(11)	-	-
Tributos sobre o lucro pagos	(556)	(534)	(6)	21
Caixa gerado pelas atividades operacionais	3.543	3.412	445	1.724
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de imobilizado e intangível	(994)	(427)	(3)	(4)
Concessão serviço público (Ativo contratual)	(3.738)	(3.881)	-	-
Aumento de capital em investidas	(27)	(57)	(1.460)	(892)
Aplicação de títulos e valores mobiliários	(179)	(180)	-	-
Resgate de títulos e valores mobiliários	135	150	- (1.100)	- (222)
Caixa consumido nas atividades de investimentos	(4.803)	(4.395)	(1.463)	(896)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Captação de empréstimos e financiamentos	5.764	6.558	836	1.294
Pagamento dos custos de captação	(39)	(76)	-	(49)
Pagamento de principal dos empréstimos e financiamentos	(4.816)	(5.346)	-	(693)
Depósitos em garantias	30	(26)	-	-
Obrigações vinculadas as concessões	315	574	-	-
Pagamento de principal – Arrendamentos	(30) 1.522	(25)	-	-
Instrumentos derivativos recebidos, líquidos Dividendos e JSCP pagos aos acionistas da Neoenergia	(450)	129 (635)	(450)	(635)
Dividendos e JSCP pagos aos acionistas não controladores	(17)	(63)	(430)	(033)
Caixa gerado (consumido) nas atividades de financiamentos	2.279	1.090	386	(83)
,				
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no exercício	1.019	107	(632)	745
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4.041	3.934	999	254
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5.060	4.041	367	999
Transações que não envolveram caixa:				
Fornecedores e contas pagar de empreiteiros (Investimentos)  Aumento de capital com instrumentos patrimoniais	557	-	-	80
Adições de obrigações especiais – incorporadas por meio de doação de bens	48	80	-	-
Juros e encargos financeiros capitalizados ao imobilizado e intangível	46	139	-	-
Adição e atualização de provisões capitalizadas *Valor bruto, não deduzido dos créditos de PIS/COFINS.	71	4	-	-



## BALANÇO PATRIMONIAL Em 31 dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhões de reais)

		Consoli	dado	Control	ndora
	Notas	2020	2019	2020	2019
Ativo	_				
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	11	5.060	4.041	367	999
Contas a receber de clientes e outros	12	6.187	5.718	-	-
Títulos e valores mobiliários		16	25	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	19.3	722	509	12	-
Tributos sobre o lucro	10.1.3	635	456	213	234
Outros tributos a recuperar	10.3.1	1.629	1.299	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio	15	16	15	659	312
Ativo financeiro setorial (Parcela A e outros)	13	92	395	-	-
Concessão do serviço público (ativo contratual)	14.2	133	90	-	-
Outros ativos circulantes		487	383	79	22
Total do circulante	_	14.977	12.931	1.330	1.567
Não circulante					
Contas a receber de clientes e outros	12	342	298	-	_
Títulos e valores mobiliários		194	146	-	_
Instrumentos financeiros derivativos	19.3	1.998	861	-	-
Tributos sobre o lucro	10.1.3	1	3	-	_
Outros tributos a recuperar	10.3.1	5.065	2.785	-	_
Dividendos e juros sobre capital próprio	15	-	-	25	77
Tributos sobre o lucro diferidos	10.1.2	656	752	-	_
Depósitos Judiciais	20.1	1.008	920	52	51
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	14.1	14.403	11.743	-	-
Concessão do serviço público (ativo contratual)	14.2	8.741	5.543	-	_
Outros ativos não circulantes		114	115	157	160
Investimentos em controladas, coligadas e joint ventures	15	2.427	2.501	22.777	19.128
Direito de uso		89	91	-	_
Imobilizado	16	6.821	6.160	27	30
Intangível	17	9.461	9.366	1	1
Total do não circulante	_	51.320	41.284	23.039	19.447
Total do ativo	_	66.297	54.215	24.369	21.014



## BALANÇO PATRIMONIAL Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhões de reais)

		Consoli	dado	Control	adora
	Notas	2020	2019	2020	2019
Passivo		-			
Circulante					
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros	18	4.300	3.049	138	92
Empréstimos e financiamentos	19.2	3.936	3.706	29	20
Passivo de arrendamento		28	27		
Instrumentos financeiros derivativos	19.3	14	47	3	_
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar	22	525	379	25	19
Tributos sobre o lucro	10.1.3	16	9		-
Outros tributos e encargos setoriais a recolher	10.3.2	1.148	903	120	81
Passivo financeiro setorial (Parcela A e outros)	13	149	-	-	-
Ressarcimento à consumidores – Tributos federais	10.4	6	6	_	_
Dividendos e juros sobre capital próprio	23.2	476	214	442	198
Provisões	20	221	188		-
Outros passivos circulantes	21	1.181	1.024	221	321
Total do circulante		12.000	9.552	978	731
Total do on odianto		.2.000	0.002	<u> </u>	
Não circulante					
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros	18	128	136	_	_
Empréstimos e financiamentos	19.2	22.444	18.958	2.099	1.266
Passivo de arrendamento		67	70		
Instrumentos financeiros derivativos	19.3	123	5	103	_
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar	22	1.009	791	-	_
Tributos sobre o lucro	10.1.3	26	-	_	_
Tributos sobre o lucro diferidos	10.1.2	503	222	3	3
Outros tributos e encargos setoriais a recolher	10.3.2	764	291	7	-
Passivo financeiro setorial (Parcela A e outros)	13	516	313	<u>.</u>	_
Ressarcimento à consumidores – Tributos federais	10.4	5.749	3.276	_	_
Provisões	20.1	1.206	1.104	2	15
Outros passivos não circulantes	21	253	238	23	24
Total do não circulante		32.788	25.404	2.237	1.308
Total do hao anodianto		02::00	201101		
Patrimônio Líquido	23				
Atribuído aos acionistas da Neoenergia S.A.	-	21.167	18.975	21.154	18.975
Atribuído aos acionistas não controladores		342	284		-
Total do patrimônio líquido		21.509	19.259	21.154	18.975
-					
Total do passivo e do patrimônio líquido	•	66.297	54.215	24.369	21.014



# DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhões de reais)

### Consolidado

				_	Res	ervas de lu	cro	_			
	Capital social	Reserva de capital	Reserva de transação com os sócios	Outros resultados abrangentes	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Atribuídos aos acionistas da Neoenergia S. A	Atribuídos aos acionistas não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	12.920	93	(1.597)	(123)	866	234	6.582	-	18.975	284	19.259
Lucro líquido do exercício	-		-	-	-	-	-	2.809	2.809	96	2.905
Outros resultados abrangentes (nota 23.3)				126				-	126	-	126
Remuneração aos acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(38)	(38)
Pagamento baseado em ações (nota 22.2)	-	3	-	-	-	-	-	-	3	-	3
Destinação:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal (nota 23.6.1)	-	-	-	-	140	-	-	(140)	-	-	-
Juros sobre capital próprio (nota 23.2)								(545)	(545)	-	(545)
Dividendos mínimos obrigatórios (nota 23.2)	-	-	-	-	-	-	-	(201)	(201)	-	(201)
Reserva de retenção de lucros (nota 23.6.3)	-	-	-	-	-	-	1.910	(1.910)	-	-	-
Reserva de lucros a realizar (nota 23.6.3)		-		-		13		(13)	-	-	<u> </u>
Saldos em 31 de dezembro de 2020	12.920	96	(1.597)	3	1.006	247	8.492	-	21.167	342	21.509
Saldos em 31 de dezembro de 2018	12.920	93	(1.594)	(172)	754	234	5.019	-	17.254	323	17.577
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	2.229	2.229	80	2.309
Outros resultados abrangentes (nota 23.3)	-	-	-	49	-	-	-	2	51	3	54
Remuneração aos acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(68)	(68)
Ajuste de transação com sócios (nota 23.5)  Destinação:	-	-	(3)	-	-	-	-	-	(3)	(54)	(57)
Reserva legal (nota 23.6.1)	-	-	-	-	112	-	-	(112)	-		
Juros sobre capital próprio (nota 23.2)	-	-	-	-	-	-	-	(556)	(556)	-	(556)
Reserva de retenção de lucros (nota 23.6.3)		-	-	-	-	-	1.563	(1.563)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	12.920	93	(1.597)	(123)	866	234	6.582	-	18.975	284	19.259



# DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhões de reais)

## Controladora

			Reserva de			Reservas de lu	aro.		
	Capital social	Reserva de capital	transação com os sócios	Outros resultados abrangentes	Reserva legal	Reservas de lu Reserva de lucros a realizar	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
	Social	capital	300103	abrangentes	legal	realizar	100103	acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	12.920	93	(1.597)	(123)	866	234	6.582	-	18.975
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	2.796	2.796
Outros resultados abrangentes (nota 23.3)	-	-	-	126	-	-	-	-	126
Pagamento baseado em ações (nota 22.2)	-	3	-	-	-	-	-	-	3
Destinação:	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal (nota 23.6.1)	-	-	-	-	140	-	-	(140)	-
Juros sobre capital próprio (nota 23.2)	-	-	-	-	-	-	-	(545)	(545)
Dividendos mínimos obrigatórios (nota 23.2)	-	-	-	-	-	-	-	(201)	(201)
Reserva de retenção de lucros (nota 23.6.3)		_	-	-	-	-	1.910	(1.910)	
Saldos em 31 de dezembro de 2020	12.920	96	(1.597)	3	1.006	234	8.492	-	21.154
Saldos em 31 de dezembro de 2018	12.920	93	(1.594)	(172)	754	234	5.019	-	17.254
Lucro líquido do exercício	-	-	` -	` -	-	-	-	2.229	2.229
Outros resultados abrangentes (nota 23.3)	-	-	=	49	-	=	-	2	51
Ajuste de transação com sócios (nota 23.5)	-	-	(3)	-	-	-	-	-	(3)
Destinação:									
Reserva legal (nota 23.6.1)	-	-	-	-	112	-	-	(112)	-
Juros sobre capital próprio (nota 23.2)	-	-	-	-	-	-	-	(556)	(556)
Reserva de retenção de lucros (nota 23.6.3)		-	-	-	-	-	1.563	(1.563)	
Saldos em 31 de dezembro de 2019	12.920	93	(1.597)	(123)	866	234	6.582	-	18.975



## DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhões de reais)

				dora
	2020	2019	2020	2019
Receitas		44.005		
Vendas de energia, serviços e outros	44.270	41.205	4	2
Receita de construção de ativos próprios	709	(000)	=	
Perdas de crédito esperadas	(456)	(332)	<u>-</u>	16
	44.523	40.873	4	20
nsumos adquiridos de terceiros	(10.111)	(40.070)		
Energia elétrica comprada para revenda	(13.414)	(13.673)	=	
Encargos de uso da rede básica de transmissão	(3.357)	(2.503)	-	,
Matérias-primas consumidas	(448)	(442)	- (40=)	(4.75
Materiais, serviços de terceiros e outros	(8.368)	(6.056)	(187)	(175)
	(25.587)	(22.674)	(187)	(175)
/alor adicionado bruto	18.936	18.199	(183)	(155)
Depreciação e amortização (*)	(1.640)	(1.469)	(169)	(171)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	17.296	16.730	(352)	(326)
/alor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	7.035	4.093	283	254
Resultado de equivalência patrimonial	(56)	68	3.227	2.549
resultado de equivalencia patrimoniai	6.979	4.161	3.510	2.803
Valor adicionado total a distribuir	24.275	20.891	3.158	2.477
	24.213	20.031	3.130	2.711
Distribuição do valor adicionado Pessoal				
Remunerações	734	675	=	•
Férias e 13º salário	164	155	=	-
Encargos sociais (exceto INSS)	101	101	=	•
Benefícios	302	4	=	
Administradores	59	58	40	41
Dutros	(56)	236	4	5
Subtotal	1.304	1.229	44	46
mpostos, taxas e contribuições				
INSS (sobre folha de pagamento)	198	186	5	5
CMS	6.637	6.888	<u>-</u>	
PIS e COFINS	2.175	1.815	10	11
Fributos sobre o lucro	943	623	8	
Obrigações intra-setoriais	1.974	2.396	<u>-</u>	
Outros	56	40	1	2
Subtotal	11.983	11.948	24	18
Financiamentos				
Juros e variações cambiais	8.080	5.393	294	184
Aluguéis	3	12	-	
Subtotal	8.083	5.405	294	184
Remuneração de capitais próprios				
Dividendos e juros sobre capital próprio	746	556	746	556
Lucros retidos	1.923	1.673	1.910	1.673
Reserva legal	140	-	140	
Participação dos não controladores	96	80	<u> </u>	
	2.905	2.309	2.796	2.229
Valor adicionado distribuído	24.275	20.891	3.158	2.477



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Neoenergia S.A e suas controladas diretas e indiretas ("Companhia" ou "Grupo") são dedicadas primariamente às atividades de distribuição, transmissão, geração e comercialização de energia elétrica, representada em três segmentos estratégicos de atuação (i) Redes, (ii) Renováveis e (iii) Liberalizados.

A Neoenergia S.A. ("Controladora") com sede na Praia do Flamengo, 78 - 3º andar - Flamengo - Rio de Janeiro - RJ, é uma sociedade por ações de capital aberto, (NEOE3) com ações admitidas à negociação no mercado de ações da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), no segmento Novo Mercado, Bolsa, Balcão constituída com o objetivo principal de atuar como *holding*, participando no capital de outras sociedades.

### 1.1 Concessões do Serviço Público e Autorizações de serviços de energia elétrica

O Grupo e as empresas coligadas e controladas em conjunto possuem o direito de explorar, indiretamente, as seguintes concessões, autorizações/permissões de distribuição, comercialização, transmissão e de geração de energia:

#### Distribuição

		Data de	Data de	Número de	Ciclo	Última
Empresa	Localidade	Concessão	Vencimento	Municípios	tarifário	revisão
Elektro Redes	Estado de São Paulo	27/08/1998	26/08/2028	223	4 anos	Ago/2019
Elektro Redes	Estado do Mato Grosso do Sul	27/08/1998	26/08/2028	5	4 anos	Ago/2019
Coelba	Estado da Bahía	08/08/1997	07/08/2027	415	5 anos	Abr/2018
Celpe	Estado de Pernambuco	30/03/2000	29/03/2030	184	4 anos	Abr/2017
Celpe	Distrito de Fernando de Noronha	30/03/2000	29/03/2030	1	4 anos	Abr/2017
Celpe	Estado da Paraíba	30/03/2000	29/03/2030	1	4 anos	Abr/2017
Cosern	Estado do Rio Grande do Norte	31/12/1997	30/12/2027	167	5 anos	Abr/2018

Em 04 de dezembro de 2020, a Neoenergia através da sua controlada Bahia Geração de Energia S.A. ("Bahia PCH III")sagrou-se vencedora na Sessão Publicado Leilão nº 01/2020-CEB-D ("Leilão"), realizada na forma do Edital do Leilão ("Edital"), cujo objeto é a desestatização da distribuidora de energia elétrica CEB Distribuição S.A.("CEB-D"), tendo apresentado o lance vencedor no valor de R\$ 2.515 que representa o preço de aquisição de 100% das ações de emissão da CEB-D("Ações CEB-D"). As aprovações do Conselho Administrativo de Defesa Econômica –CADE e da Agência Nacional de Energia Elétrica -ANEEL foram obtidas em janeiro de 2021, conforme descrito na nota 27.

### Transmissão em operação

		Data de	Data de	Ciclo	Última
Empresa	Localidade	Concessão	Vencimento	tarifário	revisão
Afluente T	Estado da Bahia	08/08/1997	08/08/2027	5 anos	2020
SPE SE Narandiba S.A. (SE Narandiba)	Estado da Bahia	28/01/2009	28/01/2039	5 anos	2019
SPE SE Narandiba S.A. (SE Extremoz)	Estado do Rio Grande do Norte	10/05/2012	10/05/2042	5 anos	2017
SPE SE Narandiba S.A. (SE Brumado)	Estado da Bahia	27/08/2012	27/08/2042	5 anos	2018
Potiguar Sul	Estado da Paraíba e Rio Grande do Norte	01/08/2013	01/08/2043	5 anos	2019
Sobral	Estado do Ceará	31/07/2017	31/07/2047	5 anos	-
Atibaia	Estado de São Paulo	31/07/2017	31/07/2047	5 anos	-
Biguaçu	Estado de Santa Catarina	31/07/2017	31/07/2047	5 anos	-

As transmissoras Sobral, localizada no Estado do Ceará, e Atibaia, localizada no Estado de São Paulo, entraram em operação comercial em 22 de janeiro e 7 de março de 2020, com antecedência de 13 meses e 11 meses, respectivamente. A Companhia venceu a licitação dessas concessões no Leilão nº 05/2016 realizado em abril de 2017 e os prazos estipulados pela ANEEL em contrato para entrada em operação estavam previstos para fevereiro de 2021.



(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

Em julho de 2020, o grupo protocolou junto ao Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS") a solicitação do Termo de Liberação com Pendência (TLP) do lote 22 do Leilão 05/2016 de abril de 2017, referente à instalação de transmissão composta por um compensador estático de reativos na Subestação de Biguacu, localizada no estado de Santa Catarina.

#### Transmissão em construção

		Data de	Data de
Empresa	Localidade	Concessão	Vencimento
Jalapão	Estados do Tocantins, Bahia e Piauí	08/03/2018	08/03/2048
Santa Luzia	Estados da Paraíba e Ceará	08/03/2018	08/03/2048
Guanabara	Estado do Rio de Janeiro	22/03/2019	22/03/2049
Itabapoana	Estado do Rio de Janeiro	22/03/2019	22/03/2049
Lagos dos Patos	Rio Grande do Sul e Santa Catarina	22/03/2019	22/03/2049
Vale do Itajaí	Paraná e Santa Catarina	22/03/2019	22/03/2049
Dourados	Estados do Mato Grosso do Sul e São Paulo	31/07/2017	31/07/2047
EKTT 6A	Estado da Bahia	20/03/2020	20/03/2050

Em 20 de março de 2020 foi realizada a assinatura do Contrato de Concessão referente ao Lote 09 (EKTT6) arrematado pelo Grupo no Leilão nº 2/2019. O referido lote está localizado na Bahia e compreende 1 linha de transmissão de 210 km de extensão e 2 subestações. O prazo para a construção das obras é de 48 meses contados da assinatura do respectivo contrato.

Em julho de 2020, o grupo protocolou junto ao Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS") a solicitação do Termo de Liberação Definitivo (TLD) do primeiro trecho do lote 04, da Transmissora Dourados, referente ao Leilão 05/2016 de abril de 2017, em razão da conclusão da Função Transmissão LT Nova Porto Primavera – Rio Brilhante que atravessa os estados de Mato Grosso do Sul e São Paulo.

Em 27 de dezembro de 2020, entrou em operação comercial o terceiro dos cinco trechos que compõem a linha de transmissão do lote de Dourados. O referido trecho, LT 230 kV Nova Porto Primavera – lvinhema tem extensão de 64,5 km de linha. Esta entrega foi feita com antecipação de 19 meses em relação ao prazo contratual da Aneel. Com os três trechos do lote de Dourados que entraram em operação ao longo de 2020, o empreendimento já conta 52% da RAP do projeto e 63% do total das linhas do Lote entregues ao sistema.

Em 17 de dezembro de 2020, no Leilão de Transmissão nº 01/2020 promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), a Neoenergia arrematou o lote 02, que compreende 03 linhas de transmissão de 500 kV, 01 linhas de transmissão de 230 kV, uma nova subestação Medeiros Neto de 500 kV com compensação síncrona na Bahia, totalizando 1.091km de extensão percorrendo majoritariamente a Bahia, além de Minas Gerais e Espírito Santo. O lote arrematado apresenta sinergias durante o período de construção uma vez que a Neoenergia possui outros ativos na Bahia e Espírito Santo (90% do Capex se encontra nesses estados, sendo 70% na Bahia) o que contribuiu no estudo detalhado de engenharia executado previamente ao leilão. Além disso, o lote também apresentará sinergias durante a operação, aproveitando a infraestrutura existente nessa região de mais de 479 kms de LTs em 230 kV

### Comercialização

		Data de
Empresa	Localidade	autorização
NC Energia	Rio de Janeiro - RJ	22/11/2000
Elektro Comercializadora	Campinas - SP	26/05/2003



(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

## Geradoras em operação

Empresa	Tipo de Usina	Localidade	Data de autorização	Data de Vencimento	Capacidade Instalada (MW)	Garantia Física (MW med)
Itapebi	Hidrelétrica – UHE	Rio Jequitinhonha – BA	28/05/1999	31/08/2035	462,011 MW	209,1 MW
Termopernambuco	Termelétrica – UTE	Complexo Portuário do Suape – PE	18/12/2000	18/12/2030	532,756 MW	504,12 MW
Celpe – Fernando de Noronha	Térmica a diesel	Distrito de Fernando de Noronha – PE	21/12/1989	29/03/2030	4,8 MW	1,9 MW
Baguari I	Hidrelétrica – UHE	Rio Doce - MG	15/08/2006	14/08/2041	140,0 MW	84,7 MW
Geração CIII - Corumbá III	Hidrelétrica – UHE	Rio Corumbá – GO	07/11/2001	14/02/2037	96,447 MW	49,3 MW
Energética Águas da Pedra - Dardanelos	Hidrelétrica – UHE	Rio Aripuanã – MT	03/07/2007	02/01/2043	261,0 MW	154,9 MW
Companhia Hidrelétrica Teles Pires	Hidrelétrica – UHE	Rio Teles Pires – MT	07/06/2011	06/06/2046	1.819,8 MW	930,7 MW
Geração Céu Azul - Baixo Iguaçu	Hidrelétrica – UHE	Rio Iguaçu – PR	20/08/2012	30/10/2049	350,2 MW	172,4 MW
Belo Monte – Norte Energia	Hidrelétrica – UHE	Rio Xingu - PA	26/08/2010	25/08/2045	11.233,1MW	4.571,0 MW

## Parques eólicos em operação

		Data de	Data de	Capacidade	Garantia Física (MW
Empresa	Localidade	autorização	Vencimento	Instalada (MW)	med)
Arizona 01	Rio do Fogo - RN	04/03/2011	03/03/2046	28.0 MW	12.9 MW
				- / -	,-
Mel 2	Areia Branca - RN	28/02/2011	27/02/2046	20,0 MW	8,8 MW
Caetité 1	Caetité - BA	29/10/2012	29/10/2042	30,0 MW	13,0 MW
Caetité 2	Caetité - BA	07/02/2011	06/02/2046	30,0 MW	14,7 MW
Caetité 3	Caetité - BA	24/02/2011	23/02/2046	30,0 MW	11,2 MW
Calango 1	Bodó, Santana do Matos, Lagoa Nova - RN	28/04/2011	27/04/2046	30,0 MW	13,9 MW
Calango 2	Bodó, Santana do Matos, Lagoa Nova - RN	09/05/2011	08/05/2046	30,0 MW	12,8 MW
Calango 3	Bodó, Santana do Matos, Lagoa Nova - RN	30/05/2011	29/05/2046	30,0 MW	13,9 MW
Calango 4	Bodó, Santana do Matos, Lagoa Nova – RN	19/05/2011	18/05/2046	30,0 MW	13,5 MW
Calango 5	Bodó, Santana do Matos, Lagoa Nova – RN	02/06/2011	01/06/2046	30,0 MW	13,7 MW
Calango 6	Bodó - RN	20/11/2014	19/11/2049	30,0 MW	18,5 MW
Santana 1	Bodó - RN	14/11/2014	13/11/2049	30,0 MW	17,3 MW
Santana 2	Lagoa Nova - RN	14/11/2014	13/11/2049	24,0 MW	13,1 MW
Canoas	São José do Sabugi/PB	04/08/2015	03/08/2050	31,5 MW	17,7 MW
Lagoa 1	Santa Luzia/PB	04/08/2015	03/08/2050	31,5 MW	18,7 MW
Lagoa 2	São José do Sabugi/PB	04/08/2015	03/08/2050	31,5 MW	17,5 MW
Enerbrasil	Rio do Fogo – RN	20/12/2001	20/12/2031	49,3 MW	20,74 MW

## Parques eólicos em construção

				Capacidade	Garantia
		Data de	Data de	Instalada	Física (MW
Empresa	Localidade	autorização	Vencimento	(MW)	med)
Chafariz 1	Paraíba - PB	21/06/2018	20/06/2053	34,65 MW	18,2 MW
Chafariz 2	Paraíba - PB	21/06/2018	20/06/2053	34,65 MW	17,4 MW
Chafariz 3	Paraíba - PB	21/06/2018	20/06/2053	34,65 MW	18,2 MW
Chafariz 4	Paraíba - PB	05/02/2019	04/02/2054	34,65 MW	-
Chafariz 5	Paraíba - PB	05/02/2019	04/02/2054	34,65 MW	-
Chafariz 6	Paraíba - PB	21/06/2018	20/06/2053	31,185 MW	15,2 MW
Chafariz 7	Paraíba - PB	21/06/2018	20/06/2053	34,65 MW	18,3 MW
Lagoa 3	Paraíba - PB	26/06/2018	25/06/2053	34,65 MW	17,2 MW
Lagoa 4	Paraíba - PB	26/06/2018	25/06/2053	20,79 MW	10,2 MW
Canoas 2	Paraíba - PB	26/06/2018	25/06/2053	34,65 MW	16,3 MW
Canoas 3	Paraíba - PB	05/02/2019	04/02/2054	34,65 MW	-
Canoas 4	Paraíba - PB	26/06/2018	25/06/2053	34,65 MW	16,5 MW
Oitis 1	Piauí - PI	29/11/2019	28/11/2054	49,50 MW	26,1 MW
Oitis 2	Piauí - PI	24/12/2019	23/12/2054	27,50 MW	-
Oitis 3	Piauí - PI	24/12/2019	23/12/2054	49,50 MW	-
Oitis 4	Piauí - PI	24/12/2019	23/12/2054	49,50 MW	-
Oitis 5	Piauí - PI	24/12/2019	23/12/2054	49,50 MW	-
Oitis 6	Piauí - PI	24/12/2019	23/12/2054	49,50 MW	-
Oitis 7	Piauí - PI	24/12/2019	23/12/2054	49,50 MW	-
Oitis 8	Piauí - PI	29/11/2019	28/11/2054	49,50 MW	25,5 MW
Oitis 9	Piauí - PI	24/12/2019	23/12/2054	49,50 MW	-
Oitis 10	Piauí - PI	24/12/2019	23/12/2054	49,50 MW	-
Oitis 21	Piauí - PI	24/12/2019	23/12/2054	44,00 MW	-
Oitis 22	Piauí - PI	24/12/2019	23/12/2054	49,50 MW	-
Ventos de Arapuá 1	Paraíba - PB	05/02/2019	04/02/2054	24,255 MW	-



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

		Data de	Data de	Capacidade Instalada	Garantia Física (MW
Empresa	Localidade	autorização	Vencimento	(MW)	med)
Ventos de Arapuá 2	Paraíba - PB	05/02/2019	04/02/2054	34,65 MW	-
Ventos de Arapuá 3	Paraíba - PB	05/02/2019	04/02/2054	13,86 MW	-

A controlada Neoenergia Renováveis S.A. firmou em 18 de setembro de 2020 Contrato de Compra e Venda de Ativos com a PEC Energia S.A., para aquisição de projetos de pipeline de geração eólica, com potencial a ser instalado de aproximadamente 400MW. Os projetos estão localizados na Serra da Gameleira, Estado da Bahia, e compreendem área total de 7.800 hectares.

O valor total da aquisição pode chegar a R\$ 80 milhões, até dezembro de 2020 R\$ 53 milhões já haviam sido pagos, correspondente as condições já cumpridas, inclusive a aprovação do CADE.

#### Parques solares fotovoltaicos

	L P. L. L.	Data de	Data de	Capacidade Instalada
Empresa	Localidade	autorização	Vencimento	(MW)
Luzia 2	Paraíba – PB	26/05/2020	25/05/2055	59,868 MW
Luzia 3	Paraíba – PB	26/05/2020	25/05/2055	59,868 MW

Em 09 de dezembro de 2020 foi aprovada construção dos Parques de Luzia II e III de geração de energia solar pelo Conselho de Administração da Neoenergia Renováveis S.A., sociedade controlada da Neoenergia. Primeiros parques fotovoltaicos de geração centralizada do grupo Neoenergia, foram desenvolvidos internamente dentro do pipeline da Neoenergia Renováveis S.A., e está localizado no município de Santa Luzia, na Paraíba. O Projeto apresenta sinergias com o Complexo Eólico de Chafariz e com alinha de Transmissão de Santa Luzia, lote 6 do leilão nº 02/2017 realizado em dezembro de 2017, em virtude da sua localização. Quando concluído, o Projeto terá capacidade de 149,3 MWdc. A energia gerada será destinada à comercialização no mercado livre e já está 100% vendida até 2026 e 20% até o fim de sua vida útil, com destaque para um contrato de longo prazo firmado com a Claro S.A. por 12 anos. O Projeto tem Capex estimado da ordem de R\$ 457 (R\$3,1mil/kWdc) e tem previsão de entrada em operação para o segundo semestre de 2022.

A Companhia possui total direito de determinar as políticas operacionais e financeiras dos ativos que estão sob o escopo dos contratos de concessão e/ou autorização de serviços públicos, incluindo medidas relativas a investimento de capital, pessoal e tecnológica. Em regra, este direito limitado somente as vedações previstas nos contratos assinados junto ao poder concedente, legislação ou ato infra legal específico do setor de energia elétrica emitidos pelo Poder Concedente e/ou pela Agência Nacional de Energia Elétrica — ANEEL.

Os ativos de infraestrutura utilizados na geração, distribuição e na transmissão de energia são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL.

### 1.2 Corona vírus ("Covid-19")

#### a) Contexto geral

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou o surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia. No Brasil, assim como em outros países do mundo, foram anunciadas medidas de estímulo à economia, ao crédito e à garantia de estabilidade do setor elétrico nacional.



(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

#### b) Impacto nas demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020, considerando o estágio atual da disseminação do surto de COVID-19, é possível identificar os impactos da pandemia de forma mais assertiva em relação aos períodos anteriores. O desempenho da Companhia foi principalmente afetado nas seguintes rubricas:

- (i) Faturamento de energia em função da redução da demanda de energia elétrica nos mercados livre e regulado;
- (ii) O incremento das Perdas de Créditos Esperadas (PCE) é decorrente do aumento do Contas a Receber vencido, tendo em vista a proibição das ações de corte de energia no período compreendido entre 25 de março até 31 de julho de 2020 para classe residencial e serviços essenciais. Essa proibição permanecerá até 31 de dezembro de 2020 para a subclasse baixa renda e unidades consumidoras com equipamentos de home care.

Os impactos do COVID-19 estão baseados nas melhores estimativas da Administração. Esses eventos afetaram o resultado dos negócios em 2020, porém, entendemos que há gradualmente um retorno ao normal. Está sendo discutida a metodologia para avaliação e critérios de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro provocado pela pandemia, esperando que não afete significativamente a recuperabilidade dos investimentos nos negócios no longo prazo. Os efeitos da COVID-19 devem ser analisados como itens não recorrentes.

(i) Redes: As receitas desse segmento estão atreladas principalmente ao fornecimento de energia elétrica e à disponibilização das redes de distribuição e de transmissão. Na distribuição, o efeito COVID-19 gerou um impacto negativo no resultado da Companhia como segue:

	2020
Retração da demanda de mercado	(148)
Perdas de crédito esperadas	(114)
Lucro operacional	(262)
Tributos sobre o lucro	72
Efeito líquido	(190)

Na transmissão, seguimos monitorando as obras em andamento, adotando todas as medidas cabíveis ao alcance do grupo para evitar e/ou mitigar possíveis atrasos. Até o momento, não houve impactos relevantes no cronograma original de entrada em operação dos projetos em andamento.

- (ii) Renováveis: As receitas desse segmento estão atreladas aos contratos de venda de energia nos ambientes regulado e livre à disponibilidade da infraestrutura, à geração de energia elétrica, bem como ao risco hidrológico ('GSF') e ao valor do Preço de Liquidação das Diferenças ('PLD'). Até o momento não foi percebida alteração na disponibilidade das geradoras causada pelas medidas de combate à COVID-19. Observamos, a manutenção aproximada de 81% do GSF flat em relação ao mesmo período de 2019. O PLD acumulado até dezembro de 2020 reduziu em relação ao mesmo período do ano anterior, em 22% no submercado sudeste, 19% no Sul e 20% no submercado Nordeste. As variações desses itens são consequência da redução da demanda do Sistema Interligado Nacional e não apresentam impactos significativos nos resultados desse segmento de negócio.
- (iii) Liberalizados: As receitas desse segmento estão atreladas à disponibilidade da infraestrutura de geração termoelétrica bem como ao valor do PLD e dos contratos de compra e venda de energia com outros agentes e com consumidores finais no mercado livre. Até o momento não foi



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

percebida nenhuma alteração na disponibilidade da geradora causada pelas medidas de combate à COVID19. Observamos, apenas, uma queda no acumulado até dezembro de 2020 em relação ao mesmo período do ano anterior, no valor do PLD em, 22% no submercado sudeste e de 20% no submercado Nordeste. Entretanto, pode-se observar uma diminuição do consumo ocorrida no mercado livre, fruto da redução da atividade econômica, gerando uma redução de R\$10,7 na margem bruta da comercializadora para o exercício de 2020.

### c) Medidas para resiliência operacional e financeira

Diante do cenário, descrito anteriormente, diversas medidas de auxílio econômico e financeiro foram introduzidas pelos três níveis de administração da Federação Brasileira, com o objetivo de auxiliar as empresas na mitigação dos efeitos da pandemia, com destaque para as medidas relevantes, que foram adotadas pela Companhia:

- (i) postergação do recolhimento de tributos relativo às competências de abril e maio 2020, tais como PIS e COFINS (R\$450), FGTS (R\$11) e isenção temporária do IOF (R\$15), resultando em um alívio temporal no fluxo de caixa de R\$476. A Companhia liquidou integralmente os passivos tributários gerado por essas medidas durante o 2º semestre de 2020.
- (ii) adesão à suspensão temporária do pagamento de juros e amortizações de empréstimos que ocorreriam até dezembro contratados junto ao BNDES e ao BNB (*stand still*), que proporcionou um caixa adicional líquido de aproximadamente R\$413 (base nominal) no exercício de 2020.
- (iii) liberação do Fundo de Reserva da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) para que os agentes de distribuição e consumidores livres possam manter suas obrigações junto ao setor elétrico, correspondendo R\$203 para as distribuidoras do Grupo Neoenergia recebido em abril de 2020.
- (iv) a publicação da Medida Provisória nº 950/2020, que determina o desconto de 100% na fatura de consumo de energia elétrica inferior ou igual a 220 kWh/mês no período compreendido entre 1º de abril a 30 de junho de 2020 e prorrogada até 05 de agosto de 2020, permitiu que as distribuidoras sejam ressarcidas integralmente por este desconto pela CDE e evitando a inadimplência deste segmento de consumo.
- (v) diferimento do reajuste tarifário das Distribuidoras de energia do Nordeste para julho de 2020, sem efeito no resultado e com impacto de caixa compensado pelo não pagamento da cota CDE durante o mesmo período, no total de R\$122.
- (vi) Adesão à Conta Covid: A Resolução Aneel nº 885, dispõe sobre a Conta Covid 19, critérios e procedimentos para a gestão dos recursos, estabelecendo limites de captação por distribuidora, fundamentados na perda de arrecadação e mercado de cada agente de distribuição. A regra detalha ainda os itens de custo que podem ser cobertos pela conta e o fluxo operacional dos repasses.

No período de julho a dezembro de 2020 a Companhia recebeu o montante total de R\$1.664, os quais foram utilizados para efetuar realização do ativo financeiro setorial, em igual valor ao repasse dos recursos financeiros recebidos da CCEE, vide nota 13.

Além das medidas acima indicadas, a Companhia analisará cuidadosamente qualquer nova diretriz de políticas governamentais em resposta à pandemia que vise fornecer alívio financeiro aos contribuintes. A Companhia entende que tais diretrizes deverão respeitar, em qualquer circunstância, o direito ao equilíbrio econômico-financeiro das Concessões, em conformidade com o arcabouço legal, as cláusulas



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

contidas nos respectivos Contratos firmados com o Poder Concedente e com as diretrizes divulgadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Em adição às medidas governamentais introduzidas para mitigar efeitos financeiros da pandemia, a Companhia tomou ainda as seguintes medidas para minimizar os impactos econômicos e financeiros:

- (i) Postergação do pagamento de remuneração aos acionistas (dividendos e/ou JCP) referente ao exercício de 2020 das Distribuidoras de energia para 2021 (mínimo estatutário) e 2022 (excedente ao mínimo estatutário).
- (ii) Antecipação de captação de recursos junto a instituições financeiras, no montante de R\$560 e contratação de nova linha de fomento no montante de R\$3.388.
- (iii) Adoção de medidas para minimizar o incremento das contas a receber vencidas, que poderiam resultar em expressivo aumento do valor de perdas de crédito esperadas, dentre as quais destacamos:
  - a. Implementação de novos canais de arrecadação, tais como o Portal de Negociações plugado ao site das distribuidoras, permitindo aos clientes negociar as suas dividas sem sair de casa.
  - b. Flexibilização das condições de negociação (redução no percentual de entrada, aumento de parcelas e isenção dos juros de financiamento) oferecidas aos clientes por tempo limitado (até 30 de setembro de 2020).
  - c. Pagamento e parcelamento das faturas de consumo de energia para os clientes das Distribuidoras através do cartão de crédito (em até 12x), sem risco de inadimplência para as distribuidoras.
  - d. Intensificação das ações digitais de cobrança (SMS/URA, E-mail e WhatsApp), direcionando os nossos clientes para o Portal de Negociações.
  - e. Pioneirismo no lançamento de nova modalidade de pagamento através do Cartão Virtual Caixa (Benefício Emergencial).
  - f. Campanha de mídia (TV e Rádio) em parceria com a Flexpag com oferta de bônus de R\$35,00 (cashback) para os primeiros clientes que pagarem as suas contas em atraso, através do cartão de crédito, sem custo para a Companhia.
- (iv) Medidas para reduzir a Sobrecontratação:

O art. 9º do Decreto nº 10.350/20 prevê a redução de carga decorrente da pandemia da covid-19 como involuntária, o que já foi regulamentado pela REN 885/2020, incluindo tal critério no rol de regras de involuntariedade.

Durante o ano de 2020 as distribuidoras da Neoenergia estão utilizando dos mecanismos existentes de gestão de seu portfólio de compra de energia, envidando o máximo esforço para adequação de seu nível de contratação dentro dos limites regulatórios. Entretanto em função do aumento da sobrecontratação de forma generalizada devido à redução de mercado decorrente da COVID-19 tais mecanismos têm tido baixa efetividade.

#### d) Medidas adotadas pela Companhia para auxílio à sociedade

A Companhia adotou diversas medidas para contribuir com os esforços governamentais para mitigar os efeitos da pandemia na sociedade. Dentre essas medidas, destacam-se as seguintes:

 vistoria técnica das instalações elétricas de hospitais, empresas de saneamento e presídios, além de as principais indústrias das nossas áreas de concessão.



(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

- (ii) fornecimento de equipamentos de refrigeração e iluminação para hospitais de campanha.
- (iii) doação de aparelhos respiratórios e máscaras.
- De forma geral, a Neoenergia empenhou e, segue empenhando, esforcos para se adaptar à nova realidade causada pela pandemia do COVID-19, e atender às normas da Organização Mundial da Saúde e autoridades sanitárias com a implementação dos protocolos sanitários necessários para as características de sua atividade e do trabalho desenvolvido pelos empregados e prestadores de serviços para evitar o contágio no local de trabalho, os quais contemplam realização de controle sanitário com utilização de tapetes sanitizantes e medição da temperatura corporal dos colaboradores, antes que esses adentrem às instalações da empresa, cumprimento de todos os Decretos/Leis emitidos pelos Municípios, Estados e União, incluindo uso obrigatório de máscara, realização de testes em todos os colaboradores que retornem às atividades nos escritórios, adequação da infraestrutura dos edifícios, implementação de questionário (auto declaração) eletrônico aos empregados, por meio do qual eles podem declarar se apresentam qualquer sintoma, priorização do afastamento do trabalho presencial dos empregados que integram grupo de risco, daqueles com sintomas ou infectados e daqueles que utilizam transporte público. Adicionalmente, foi estabelecido plano de ação e medidas para a retomada presencial das atividades, com mapeando de todos os setores e as respectivas condições de trabalho. Houve ainda realizada divulgação intensa aos empregados sobre os sintomas e cuidados com a COVID-19.
- (v) Doação ao Instituto Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) em conjunto com outras empresas do Setor Elétrico de recursos para elaboração de testes rápidos de detecção de COVID-19.

### 1.3 Gestão de riscos financeiros e operacionais

A Política de Riscos Financeiros se aplica a todos os negócios e atividades do Grupo que geram exposição a riscos financeiros, incluindo diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial, risco de taxas de juros e índices de preços, assim como a utilização de instrumentos derivativos para proteção. A Política de Risco Operacional em Transações de Mercado estabelece o controle e gestão dos riscos nas transações de longo e curto prazo de gestão de energia e tesouraria.

#### 1.3.1 Gestão de Riscos Financeiros

### Considerações gerais e políticas internas

A Política de Gestão de Risco da Companhia foi aprovada pelo Conselho de Administração e define os princípios, diretrizes e estrutura para gestão de riscos da Companhia, incluindo, mas não se limitando, a gestão dos riscos operacionais e financeiros, com destaque para os riscos de mercado e crédito, além de diretrizes sobre a utilização de derivativos, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida.

Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do atual acionista controlador e sua política global de riscos.

A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado da Companhia é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Superintendência de Gestão de Risco, Comitê de Auditoria, além das estruturas de Auditoria Interna e de Controles Internos.

A Superintendência de Riscos define as estratégias de mitigação de riscos de mercado envolvendo outras exposições e derivativos, enquanto a Superintendência Corporativa Financeira é responsável pela execução das operações que envolvam derivativos. A independência entre as áreas garante um controle efetivo sobre estas operações.



(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alçada competente conforme Política de Limites e Alçadas do Grupo Neoenergia e estatutos das controladas da Companhia.

As principais diretrizes em relação a estratégias de hedge, são:

- Todo instrumento de dívida denominado ou indexado à moeda estrangeira deverá ser protegido e convertido para Reais por meio de operações de hedge;
- O risco de câmbio deverá ser controlado e mitigado para todos os projetos de investimento, independentemente do valor;
- Instrumentos não-dívida com desembolsos sujeitos a exposição cambial deverão ser avaliados e, se considerado necessário, deverão ser realizadas operações de hedge para mitigar o risco cambial;
- Avaliar o risco das dívidas em moeda local e, se considerado necessário, contratar operações de hedge para mitigar o risco de taxa de juros, de acordo com o perfil desejado das dívidas pré-fixadas e flutuantes e considerando tanto a indexação natural a índices de preços nas receitas e custos quanto à composição de índices de juros que remuneram carteira de aplicações:
- Não é permitida a contratação de derivativos para fins especulativos. Sua utilização é dedicada exclusivamente para fins de hedge; e
- Não é permitida a contratação de derivativos 'exóticos' nem 'alavancados'.

A Administração entende que está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado a estrutura operacional e de controle internos da Companhia para garantir o cumprimento das diretrizes da Política de Riscos Financeiros e Política de Risco de Crédito.

#### 1.3.1.1 Gestão de risco de mercado

#### Risco cambial

A Companhia, visando assegurar que oscilações nas taxas de câmbio não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possuía em 31 de dezembro de 2020, operações de hedge cambial, para a totalidade de suas dívidas em moeda estrangeira e para seus principais desembolsos e investimentos previstos em moeda estrangeira. As estratégias de hedge cambial são descritas na nota 25.7.

#### Risco de taxas de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida que impactem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou os rendimentos das aplicações financeiras. Desta forma, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas. As estratégias de hedge de taxas de juros são descritas na nota 25.7.

#### Risco de Inflação

A elevação das taxas de inflação e eventuais políticas anti-inflacionárias adotadas pelo Governo Federal podem acarretar na elevação das despesas financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos indexados a índices de preços. A Companhia busca manter o equilíbrio entre os ativos e passivos indexados à índices de preços de alta correlação, buscando mitigar eventuais riscos decorrentes da inflação. As estratégias de hedge de índices de inflação são descritas na nota 25.7.



(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

#### 1.3.1.2 Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez é associado à possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, não concentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e o hedge das dívidas em moeda estrangeira. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. Havendo sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes, com o objetivo de preservar e rentabilizar a liquidez da Companhia, de forma que as aplicações sejam alocadas preferencialmente em fundos exclusivos e tenham como diretriz alocar os recursos em ativos de liquidez diária.

A Companhia gerencia o risco de liquidez também mantendo adequadas reservas de recursos e linhas de crédito aprovadas com algumas das principais instituições financeiras do país (veja nota 25.7).

Adicionalmente, a Companhia acompanha mensalmente, por meio de índices de liquidez, a capacidade de geração de caixa da empresa para honrar com os compromissos assumidos dentro de um período de 12 (doze) meses.

Em 31 de dezembro 2020, a Companhia mantinha recursos aplicados em caixa e equivalentes de caixa e títulos de valores mobiliários, em montante adequado a cobertura dos seus ciclos operacionais e financeiras. Os fluxos das obrigações da Companhia, por faixa de vencimento, estão sendo apresentados em suas respectivas notas explicativas. Em destaque para as informações de empréstimos e financiamentos e respectivo instrumentos derivativos (veja nota 19).

#### 1.3.1.3 Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes de seus contratos.

### Risco de crédito de contrapartes comerciais

Oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais nos negócios de distribuição, transmissão, geração e comercialização. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor elétrico. Além disso, para as contrapartes de comercialização de energia, são adotados critérios específicos quanto à avaliação da sua capacidade de crédito e aprovação de limites.

## Risco de crédito de instituições financeiras

Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e derivativos, a Companhia segue as disposições da sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuam boa qualidade de crédito. É realizado o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de rating. O quadro a seguir apresenta os ratings de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Moody's, S&P ou Fitch para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantinha operações em aberto em 31 de dezembro de 2020.



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

Ratings de longo prazo em escala nacional¹	Moody's	S&P	Fitch
Banco do Brasil			AA
Bank of América			
BNP Paribas		AAA	
Bradesco	Aa1	AAA	AAA
Caixa Econômica Federal	Aa1	AAA	AA
Citibank		AAA	AAA
Goldman Sachs			AAA
Itaú	A1	AAA	AAA
Santander	Aaa	AAA	
Morgan Stanley	Aa1	AAA	AA
BNDES		AAA	
MUFG		AAA	
Votorantim	Aa3	AAA	
Sumitomo		AAA	
Safra	Aa1	AAA	
[1] Bank of America, JP Morgan e Scotiabank possuem ratir	ngs apenas em escal	a global	

<sup>1.3.2</sup> Seguros

O Grupo mantém coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir:

Riscos	Consolidado			
RISCOS	Data da vigência	Importância Segurada (R\$)		
Terrorismo	31/05/2020 a 31/05/2021	585.034		
Responsabilidade Civil Ambiental	31/05/2020 a 31/05/2021	36.000		
Responsabilidade Civil Geral – Distribuição Nordeste	08/10/2020 a 08/10/2021	22.000		
Responsabilidade Civil Geral – Transmissão/Geração	31/05/2020 a 31/05/2021	144.000		
Responsabilidade Civil Geral - EKT	31/05/2020 a 31/05/2021	44.000		
Veículos - Executivo	31/05/2020 a 31/05/2021	100% FIPE		
Risco Operacional - Subestações e Usinas	31/05/2020 a 31/05/2021	2.100.000		
Responsabilidade Civil - Drones	16/06/2020 a 16/06/2021	561		
Veículos - Operacional	31/05/2020 a 31/05/2021	700		
Transporte	08/10/2020 a 08/10/2021	2.000		
Transporte – Óleo Diesel	08/10/2020 a 08/10/2021	500		
D&O	23/08/2020 a 23/08/2021	150.000		
Empresarial	31/05/2020 a 31/05/2021	60.500		
Cibersegurança	31/05/2020 a 31/05/2021	58.503		
Equipamentos Portáteis de Medição	30/06/2020 a 30/06/2021	Valor Equipamento		

Os seguros do Grupo são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza.

## 2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

## 2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais da Companhia ("demonstrações financeiras") foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidas pelo IASB e de acordo com as práticas contábeis adotas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.



(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo; e (ii) perdas pela redução ao valor recuperável ("impairment") de ativos.

Na preparação dessas demonstrações financeiras, as controladas são consolidadas a partir da data em que a Companhia assume o controle até a data em que o controle cessa. Todas as transações entre a Neoenergia S.A e suas controladas diretas e indiretas são eliminadas integralmente. A participação da Companhia nos resultados dos investimentos em *joint ventures* e coligadas estão incluídos nas demonstrações financeiras a partir da data em que influência significativa ou controle conjunto começa, até a data em que cessa influência ou controle significativo.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 09 de fevereiro de 2021.

#### 2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Controladora e de suas controladas é o real brasileiro (R\$), que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhões de R\$, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação em ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para moeda funcional, utilizando a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos no resultado financeiro.

#### 2.3 Políticas contábeis e estimativas críticas

As políticas contábeis e estimativas críticas aplicadas à estas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes. As políticas contábeis são consistentes em todos os exercícios apresentados, exceto pela implementação das novas normas, interpretação e orientações relacionadas na nota 2.5(a).

#### 2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados.



(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas:

#### Nota Estimativas e julgamentos significativos 5.1 Receita de fornecimento de energia e de uso da rede do sistema de distribuição não faturados 10.1 Tributos sobre o lucro diferidos 12.2 Perdas de crédito esperadas 13 Ativo e passivos financeiro setorial 14 Concessão do serviço público (ativo financeiro e ativo contratual) 17 Intangível (vinculado à concessão) 20.1 Provisão para processos judiciais 22.1 Obrigações com benefícios de aposentadoria 25.2 Estimativa de valor justo de ativos financeiros

### 2.5 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* ('IASB') e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ('CPC') são os seguintes:

### a) Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IFRS 3/ CPC 15: Combinação de Negócios.	Estabelece novos requerimentos para determinar se uma transação deve ser reconhecida como uma aquisição de negócio ou como uma aquisição de ativos.	01/01/2020
IFRS 9 / CPC 48: Instrumentos Financeiros; FRS 7 / CPC 40: Instrumentos Financeiros – Evidenciação e IAS 39 / CPC 38: Instrumentos Financeiros – Reconhecimento e Mensuração.	Inclusão de exceções temporárias aos requerimentos atuais da contabilidade de hedge para neutralizar os efeitos das incertezas causadas pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR).	01/01/2020
IAS 1 / CPC 26: Apresentação das Demonstrações Contábeis e IAS 8 / CPC 23: Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros.	Altera a definição de "material", estabelecendo que uma informação é material se a sua omissão, distorção ou obscuridade puder influenciar razoavelmente a tomada de decisão dos usuários das demonstrações contábeis.	01/01/2020
IFRS 16 / CPC 06 (R2): Arrendamentos.	Requerimentos com o objetivo de facilitar para os arrendatários a contabilização de eventuais concessões obtidas nos contratos em decorrência da COVID-19, tais como perdão, suspensão ou mesmo reduções temporárias de pagamentos.	01/01/2020



(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

#### b) Normativo emitidos pelo IASB e ainda não homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IFRS 9 / CPC 48, IAS 39 / CPC 08; IFRS 7 / CPC 40; IFRS 4 / CPC 11; e IFRS 16 / CPC 06 (R2)	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR).	01/01/2021
IAS 37 / CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato).	01/01/2022
IAS 16 / CPC 27: Ativo Imobilizado.	Permitir o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo.	01/01/2022

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 01 de janeiro de 2020 não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras consolidadas. Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

## 3. CONCILIAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A conciliação do lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Neoenergia S/A entre as demonstrações financeiras consolidadas e individuais, estão apresentados como seque:

	líquido	Líquido
Controladora	2.796	21.154
Capitalização encargos financeiros	20	20
Tributos sobre o lucro	(7)	(7)
Consolidado	2.809	21.167

Capitalização de encargos financeiros de empréstimos e financiamentos emitidos pela Controladora e repassados para suas subsidiárias, através de aumento de capital, para financiamento da construção de parques eólicos.

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em participações societárias, não se enquadram como ativos qualificável para capitalização de encargos financeiros.

### 4. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO

A Companhia opera os seguintes segmentos reportáveis: Redes, Renováveis, Liberalizados e Outros. Os segmentos foram definidos com base nos produtos e serviços prestados e refletem a estrutura utilizada pela Administração para avaliar o desempenho da Companhia no curso normal de suas operações. Os órgãos responsáveis por tomar as decisões operacionais, de alocação de recursos e de avaliação de desempenho, incluem as Diretorias Executivas e o Conselho de Administração.

Lucro Patrimônio



(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

As principais atividades dos segmentos operacionais são as seguintes: (i) Redes – compreendem as linhas de negócios relativas às concessões dos serviços de distribuição e transmissão de energia elétrica; (ii) Renováveis – compreendem as atividades relativas à concessão dos serviços geração de energia elétrica oriundas de fontes naturais renováveis, tais como parques eólicos e usinas hidrelétricas; (iii) Liberalizados – compreendem as atividades de geração de energia elétrica oriundas de usinas termelétricas e atividades de comercialização de energia; e (iv) Outros – incluem atividades suportes às operações.



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

## 4.1 Resultado por segmento

A informações segregadas por segmento de acordo com os critérios estabelecidos pela Administração da Companhia, estão apresentadas a seguir:

										(	Consolidado
											2020
			Redes			Renováveis			Liberalizados	Outros	
	·			Geração	Geração	Total	Geração a	Comercialização	Total		
	Distribuição	Transmissão	Total redes	eólica	hidráulica	Renováveis	gás	e serviços	liberalizados	Total	Resultado
Receita bruta com terceiros	39.024	3.235	42.259	436	303	739	66	1.206	1.272	-	44.270
Receita bruta inter-segmentos	10	34	44	60	338	398	1.471	128	1.599	4	2.045
Deduções da receita bruta	(11.259)	(297)	(11.556)	(48)	(79)	(127)	(396)	(202)	(598)		(12.281)
Custos e despesas operacionais¹	(20.799)	(2.138)	(22.937)	(135)	(152)	(287)	(694)	(826)	(1.520)	(237)	(24.981)
Custos e despesas operacionais inter-segmentos <sup>1</sup>	(1.564)	(5)	`(1.569)	(15)	`(57)	(72)	(77)	(327)	` (404)	` -	(2.045)
Perdas de crédito esperadas	(454)	-	(454)	. ,		` -	. ,	(2)	` (2)	-	(456)
Resultado de participação societária	-	-		-	(56)	(56)	-	-	-	-	(56)
LAJIDA (EBITDA)	4.958	829	5.787	298	297	595	370	(23)	347	(233)	6.496
Depreciação e amortização <sup>2</sup>	(1.189)	-	(1.189)	(113)	(83)	(196)	(59)	(4)	(63)	(170)	(1.618)
Lucro operacional	3.769	829	4.598	185	214	399	311	(27)	284	(403)	4.878
Resultado financeiro, líquido	(781)	(25)	(806)	(83)	(74)	(157)	(58)	(7)	(65)	(2)	(1.030)
Tributos sobre o lucro	(618)	(246)	(864)	25	(65)	(40)	(37)	12	(25)	(14)	(943)
Lucro líquido	2.370	558	2.928	127	75	202	216	(22)	194	(419)	2.905
=							<u></u>	(==/		(110)	

 <sup>(</sup>¹) não inclui depreciação e amortização.
 (²) inclui a amortização de mais valia



(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

										(	Consolidado
											2019
			Redes			Renováveis			Liberalizados	Outros	<u> </u>
	Distribuição	Transmissão	Total redes	Geração eólica	Geração hidráulica	Total Renováveis	Geração a gás	Comercializaçã o e serviços	Total liberalizados	Total	Resultado
Receita bruta com terceiros	37.681	1.016	38.697	410	272	682	96	1.730	1.826	_	41.205
Receita bruta inter-segmentos	28	30	58	51	323	374	1.295	182	1.477	4	1.913
Deduções da receita bruta	(12.009)	(6)	(12.015)	(37)	(69)	(106)	(351)	(272)	(623)		(12.744)
Custos e despesas operacionais¹	(19.329)	(641)	(19.970)	(130)	(129)	(259)	(619)	(1.402)	(2.021)	(228)	(22.478)
Custos e despesas operacionais inter-segmentos <sup>1</sup>	(1.390)	` (7)	`(1.397)	`(16)	(110)	(126)	`(77)	(313)	` (390)		`(1.913)
Perdas de crédito esperadas	(348)	-	` (348)	-	ìí	` <u>í</u>	. ,	` (1)	` (1)	16	(332)
Resultado de participação societária	` -	-	` -	-	68	68	-	-	-	-	68
LAJIDA (EBITDA)	4.633	392	5.025	278	356	634	344	(76)	268	(208)	5.719
Depreciação e amortização <sup>2</sup>	(1.062)	-	(1.062)	(105)	(63)	(168)	(44)	(1)	(45)	(171)	(1.446)
Lucro operacional	3.571	392	3.963	173	293	466	300	(77)	223	(379)	4.273
Resultado financeiro, líquido	(1.148)	(1)	(1.149)	(92)	(54)	(146)	(97)	(8)	(105)	59	(1.341)
Tributos sobre o lucro	(463)	(110)	(573)	(16)	(35)	(51)	(26)	27	1	-	(623)
Lucro líquido	1.960	281	2.241	65	204	269	177	(58)	119	(320)	2.309

<sup>(</sup>¹) não inclui depreciação e amortização.(²) inclui a amortização de mais valia



(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

## 4.2 Ativos por segmento alocados

					Consolidado
	-				2020
	-	Ativo (passivo)	Concessão de	Investimentos em	
	Contas a	financeiro	servicos	participações	imobilizado e
	receber	setorial	públicos¹	societárias	intangível
Redes	1000001	00101101	pasiiooo	00010141140	mangivor
Distribuição	6.107	(573)	18.253	2	9.269
Transmissão	14	(0.0)	5.024	-	8
Transmissas	6.121	(573)	23.277	2	9.277
Renováveis	0.121	(0.0)	20.211	-	J.277
Geração eólica	148	-	_	-	3.227
Geração hidráulica	45	-	_	2.425	2.824
Coração maradiloa	193			2.425	6.051
Liberalizados	100			2.725	0.031
Geração a gás	36	_	_	_	989
Comercialização e serviços	179	_	_	_	8
Comercialização e serviços	215				997
Outros	213	_	_	_	46
Outros	6.529	(573)	23.277	2.427	16.371
	0.325	(373)	23.211	2.421	10.371
					Consolidado
	-				2019
	-	Ativo (passivo)	Concessão de	Investimentos em	Direito de uso,
	Contas a	financeiro	serviços	participações	imobilizado e
	receber	setorial	públicos¹	societárias	intangível
Redes	TCCCDCI	Sctorial	ривносо	30010101103	intangiver
Distribuição	5.592	82	15.620	2	9.168
Transmissão	5.592	02	1.756	2	62
Hansinissau	5.598	82	17.376		9.230
Renováveis	5.596	02	17.370	2	9.230
Geração eólica	130				2.508
Geração eolica Geração hidráulica		-	-		
Geração filuradiica	20			2 400	2 065
	39	<del>-</del> -	<u>-</u>	2.499	2.865
Libandinadaa	39 <b>169</b>	<u> </u>	-	2.499 <b>2.499</b>	2.865 <b>5.373</b>
Liberalizados	169	<u>-</u>	<u> </u>		5.373
Geração a gás	<b>169</b>		- -		<b>5.373</b> 947
	169 37 212		-		<b>5.373</b> 947 16
Geração a gás Comercialização e serviços	<b>169</b>				5.373 947 16 963
Geração a gás	169 37 212	- - - - - - - - - 82	- - - - - 17.376		<b>5.373</b> 947 16

<sup>(</sup>¹) inclui somente as concessões de serviços públicos classificadas como ativo financeiro e/ou ativo contratual.



(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

## 4.3 Adições (execução econômica) aos principais ativos não circulantes

				Consolidado
		2020		2019
		Investimentos,		Investimentos,
	Concessão	direito de uso	Concessão	direito de uso
	de serviços	imobilizado e	de serviços	imobilizado e
	públicos¹	intangível	públicos1	intangível
Redes				
Distribuição	3.625	18	3.495	76
Transmissão	3.064	6	880	56
	6.689	24	4.375	132
Renováveis				
Geração eólica	-	822	-	88
Geração hidráulica	<u>-</u> _	58		181
	-	880	-	269
Liberalizados				
Geração a gás	-	100	-	135
Comercialização de serviços	<u> </u>	5		8
	-	105	-	143
Outros		35		64
	6.689	1.044	4.375	608

<sup>(</sup>¹) inclui somente as concessões de serviços públicos classificadas como ativo financeiro e/ou ativo contratual.

## 5. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

			Co	onsolidado
				2020
	Redes	Renováveis	Liberalizados	Total
Fornecimento de energia (nota 5.1)	15.584	671	1.166	17.421
Disponibilidade da rede elétrica (nota 5.2)	16.462	=	=	16.462
Construção de infraestrutura da concessão <sup>1</sup>	6.567	-	=	6.567
Câmara de Comercialização de Energia – CCEE	1.359	50	89	1.498
Mecanismo de venda excedente – MVE	96	-	=	96
Valor de reposição estimado da concessão <sup>2</sup>	549	-	=	549
Remuneração do ativo contratual	291	=	=	291
Efeitos de ativos e passivos financeiros setoriais (nota 5.3)	1.051	-	=	1.051
Outras receitas (nota 5.4)	300	18	17	335
Receita operacional bruta	42.259	739	1.272	44.270
(-) Deduções da receita bruta (nota 5.5)	(11.556)	(127)	(598)	(12.281)
Receita operacional líquida	30.703	612	674	31.989



(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

			Co	onsolidado
				2019
	Redes	Renováveis	Liberalizados	Total
Fornecimento de energia (nota 5.1)	16.754	634	1.671	19.059
Disponibilidade da rede elétrica (nota 5.2)	16.086	-	-	16.086
Construção de infraestrutura da concessão <sup>1</sup>	4.314	-	=	4.314
Câmara de Comercialização de Energia – CCEE	1.148	30	140	1.318
Mecanismo de venda excedente – MVE	179	-	=	179
Valor de reposição estimado da concessão <sup>2</sup>	556	-	=	556
Remuneração do ativo contratual	123	-	=	123
Efeitos de ativos e passivos financeiros setoriais (nota 5.3)	(741)	-	=	(741)
Outras receitas (nota 5.4)	278	18	15	311
Receita operacional bruta	38.697	682	1.826	41.205
(-) Deduções da receita bruta (nota 5.5)	(12.015)	(106)	(623)	(12.744)
Receita operacional líquida	26.682	576	1.203	28.461

<sup>(</sup>¹) Em 2020, o total Receita de construção da infraestrutura da concessão, o montante de R\$ 3.637 e R\$ 2.930 (Em 2019 R\$ 3.439 e R\$ 875) refere-se a receita de construção das distribuidoras e das transmissoras, respectivamente.

A receita de fornecimento de energia elétrica apresentou redução em decorrência dos impactos da pandemia do COVID-19, refletindo as medidas de prevenção e de distanciamento social, fatores que pressionaram o consumo de energia, conforme descrito na nota 1.2.

Em 2020, a ANEEL homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual dos ativos de distribuições da Companhia da seguinte forma:

	Coelba	Cosern	Celpe	Elektro
Consumidores de alta tensão	5,38%	4,72%	5,93%	6,00%
Consumidores de baixa tensão	4,85%	2,92%	4,88%	5,02%
Reajuste médio na tarifa	5,00%	3,40%	5,16%	5,36%
Nº da resolução homologatória	2.675	2.677	2.683	2.762
Data da resolução homologatória	22/04/2020	28/04/2020	27/08/2020	27/08/2020

#### 5.1 Fornecimento de energia elétrica

		Jonsolidado
	2020	2019
Residencial	14.253	14.146
Comercial	5.074	6.948
Industrial	4.795	2.521
Rural	1.768	1.848
Poder publico	1.107	1.373
Iluminação pública	921	946
Serviços públicos	1.030	1.066
Outros	386	2.338
Transferência – Disponibilidade da rede elétrica <sup>1</sup>	(14.407)	(14.176)
Subvenção à tarifa social	2.494	2.049
	17.421	19.059
	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	·

<sup>(</sup>¹) Receitas referentes a disponibilidade da infraestrutura da rede elétrica, mensurada utilizando-se a Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD média, após a homologação desta pela ANEEL para o consumidor cativo.

0----

<sup>(</sup>²) Atualização do ativo financeiro decorrente da parcela indenizável da concessão, pela Base de Remuneração Regulatória ('BRR').



(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

O incremento da receita de subvenção à tarifa social está impactado pela aplicação da medida provisória destinadas ao setor elétrico em razão da pandemia de Covid-19 (MP 950/2020), conforme descrito na nota 1.2.

### 5.2 Disponibilidade da rede elétrica

A receita com TUSD refere-se basicamente a venda de energia para consumidores livres e cativos com a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição.

		Consolidado
	2020	2019
Consumidor livre	2.055	1.910
Consumidor cativo <sup>1</sup>	14.407	14.176
	16.462	16.086

<sup>(</sup>¹) Receitas referentes a disponibilidade da infraestrutura da rede elétrica, mensurada utilizando-se a Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD média, após a homologação desta pela ANEEL para o consumidor cativo.

#### 5.3 Efeitos de ativos e passivos financeiros setoriais

		Consolidado
	2020	2019
CVA e Neutralidade		
Energia (i)	(116)	(1.199)
Encargos do serviço do sistema – ESS (ii)	259	275
TUST(iii)	385	(11)
Neutralidade de encargos setoriais	106	(45)
Outros	(61)	140
	573	(840)
Componentes financeiros e Subsídios		
Repasse de sobrecontratação (iv)	753	61
Risco hidrológico	(148)	65
Ultrapassagem de Demanda/ Excedente Reativo	(149)	(107)
Ressarcimento P&D	-	63
Diferimento de reajuste (v)	122	-
Outros	(100)	17
	478	99
	1.051	(741)

- (i) Energia: Em 2020 as distribuidoras da Companhia apuraram a CVA de Energia, sendo reconhecido o valor a menor entre os períodos, decorrente da redução da constituição, resultante das diferenças entre os custos incorridos em relação a cobertura tarifária ANEEL, com destaque para os eventos financeiros de contabilização da CCEE, e da amortização dos saldos homologados nos processos de reajuste tarifário.
- (ii) <u>Encargos do serviço do sistema ESS:</u> Aumento da constituição, resultante das diferenças entre os custos incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL, e da amortização dos saldos homologados nos processos de reajuste tarifário.
- (iii) <u>TUST Rede básica:</u> Aumento da constituição, em função da REH nº 2.725/2020, que estabeleceu as Receitas Anuais Permitidas RAP das transmissoras, com vigor a partir de 1º de julho de 2020.



(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

- (iv) Repasse de sobrecontratação: Em 2020, as distribuidoras da Companhia apuraram o ajuste financeiro de Sobrecontratação, sendo reconhecido o valor a maior entre os períodos, decorrente do aumento da constituição, de forma a anular os efeitos sobre o resultado obtido com a compra e venda do excedente de energia no mercado de curto prazo, e da amortização dos saldos homologados nos processos de reajuste tarifário.
- (v) <u>Diferimento de reajuste:</u> Reconhecimento da receita decorrente do diferimento do reajuste tarifário de 22 de abril de 2020 para 01 de julho de 2020, para as controladas Coelba e Cosern e 29 de abril de 2020 para 01 de julho de 2020 para controlada Celpe.

#### 5.4 Outras receitas

	Consolid	
	2020	2019
Renda da prestação de serviços	25	36
Arrendamentos e aluguéis	206	166
Serviço taxado	9	17
Taxa de iluminação pública	6	5
Administração de faturas de fraudes	7	6
Comissão serviços de terceiros	49	53
Ganho/perda na RAP	(18)	(5)
Receita de operação e manutenção	33	23
Operações fotovoltaicas	8	=
Outras receitas	10	10
Total	335	311

#### 5.5 Deduções de receita bruta

		Consolidado
	2020	2019
Tributos		
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	(6.637)	(6.888)
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(3.636)	(3.277)
Imposto sobre Serviços - ISS	(34)	(182)
	(10.307)	(10.347)
Encargos setoriais		
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(1.548)	(1.994)
Programa de eficiência energética – PEE	(119)	(108)
Encargos do consumidor – PROINFA e CCRBT	(124)	(128)
Outros encargos <sup>1</sup>	(183)	(167)
•	(1.974)	(2.397)
	(12.281)	(12.744)

¹ consideram os seguintes encargos: Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-FNDCT, Empresa de Pesquisa Energética – EPE, Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, Taxa de fiscalização serviço energia elétrica – TFSEE e Compensação Financeira de Recursos Hídricos – CFURH



# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

#### 5.6 Política contábil e julgamento críticos

## a) Política contábil

A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e podem ser mensuradas de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer as estimativas contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

A receita de fornecimento de energia de energia elétrica é mensurada de acordo com o calendário de leitura estabelecido, considerando a quantidade de energia utilizada pelo cliente e a tarifa de energia vigente. A Companhia poderá vender a energia produzida em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre ('ACL'), onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no ACR, onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores.

A receita de construção de infraestrutura da concessão (transmissão e distribuição) são reconhecidas ao longo do tempo, de acordo com a satisfação das respectivas obrigações de desempenho estabelecidos entre o cliente e a Companhia, considerando o atendimento de um dos seguintes critérios estabelecidos pela norma: (i) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados; (ii) a obrigação de desempenho cria ou melhora o ativo que o cliente controla a medida que o ativo é criado ou melhorado; (iii) a obrigação de desempenho não cria um ativo com um uso alternativo para a entidade e a Companhia possui direito executável ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente. Esta receita corresponde aos custos de construção adicionados de uma margem bruta residual, destinada a cobrir os custos de gestão ou execução da construção dos ativos transmissão e distribuição de energia elétrica.

Em 1º de dezembro de 2020 a CVM divulgou o Ofício-Circular nº 04 para fornecer orientação quanto aos aspectos relevantes do CPC 47/IFRS 15 do CPC48/IFRS 9 que devem ser observados na elaboração das Demonstrações Contábeis das Companhias Transmissoras de Energia Elétrica em 31 de dezembro de 2020, com destaque para a necessidade de atribuição de margens para o reconhecimento das receitas de construção e de operação e manutenção da infraestrutura, bem como para a taxa utilizada para a remuneração dos contratos de concessão, que deve corresponder à taxa implícita remanescente de cada projeto, após a alocação das margens de construção e de operação e manutenção.

A Companhia não identificou a necessidade de reconhecer quaisquer ajustes como consequência da publicação desse Ofício, tendo em vista que desde a adoção do CPC 47/IFRS 15 em 01 de janeiro de 2018 são adotadas as seguintes políticas contábeis:

- I. Atribuição de margens de construção e de operação e manutenção no início de cada projeto para o reconhecimento das respectivas receitas.
- II. A atualização monetária do ativo contratual é reconhecida pela taxa implícita estabelecida no início de cada projeto e que é obtida após a alocação das margens de construção e de operação. A taxa implícita que remunera o ativo de contrato varia entre 8,5% a.a. e 11,5% a.a. e a taxa



(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

interna de retorno utilizada para viabilidade dos projetos de transmissão varia entre 16% a.a. e 17% a.a., nominal e antes dos impostos.

A receita de operações venda de energia na CCEE e transações no mercado de curto prazo estão reconhecidos valor justo da contraprestação a receber no momento em que as transações ocorrem. O preço da energia nessas operações tem como característica o vínculo com Preço de Liquidação de Diferenças ('PLD').

### b) Estimativas e julgamento critico

A receita de fornecimento de energia não faturada corresponde à energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor, e é calculada em base estimada, até a data do balanço. Essa estimativa de receita não faturada é calculada utilizando como base o volume total de energia disponibilizada no mês e o índice anualizado de perdas técnicas e comerciais.

A receita de construção de infraestrutura da concessão, considerando o modelo regulatório vigente, que não prevê remuneração específica para a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão, a administração da Companhia estima que a premissas de margem dessas obrigações de desempenho é zero (0%). A Companhia reavalia estas premissas com suporte de seus consultores internos e externos, no mínimo uma vez por ano, no tocante as expectativas de recebimentos da obrigação de desempenho de construção e melhoria da infraestrutura.

Para a receita de venda de energia na CCEE, a Companhia utiliza-se da medição prévia da Usina extraída do sistema de coleta de dados de energia da CCEE, prévia da perda interna com base no histórico e perda da rede básica conservadora em 3%, contratos de compra e venda definidos no curto prazo além daqueles vigentes à época, valor do PLD (realizado e previsto) divulgado pela CCEE e prévia do GSF de acordo com as informações disponibilizadas pelo ONS.



(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

## 6. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA

	Consolidado	
	2020	2019
Compra para revenda	<u> </u>	
Energia adquirida no Ambiente de Contratação Regulado – ACR	(6.708)	(6.329)
Energia adquirida no Ambiente de Contratação Livre – ACL	(1.160)	(1.849)
Custos Variáveis do Mercado de Curto Prazo – MCP	(1.610)	(1.628)
Energia curto prazo – PLD (1) e MRE (2)	(1.553)	(1.541)
Contratos por cotas de garantia física	(1.429)	(1.366)
Energia adquirida contrato bilateral	(199)	(210)
Cotas das Usinas Angra I e Angra II	(503)	(437)
Outros	(252)	(313)
Subtotal	(13.414)	(13.673)
Créditos de PIS e COFINS	1.205	1.427
Total	(12.209)	(12.246)
Encargos de uso dos sistemas de distribuição e transmissão		
Encargos de rede básica	(2.695)	(2.139)
Encargos de conexão	` (167)	(195)
Outros encargos (i)	(495)	(169)
Subtotal	(3.357)	(2.503)
Créditos de PIS e COFINS	286	230
Total	(3.071)	(2.273)
Total dos custos com energia elétrica	(15.280)	(14.519)

<sup>(</sup>i) Nessa rubrica consideramos o valor do Encargo de energia de reserva – EER, que está impactado pela liberação do fundo de reserva da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (nota 1.2).

## 7. CUSTO DE CONSTRUÇÃO

	Co	Consolidado	
	2020	2019	
Pessoal	(345)	(294)	
Material	(2.871)	(2.093)	
Serviços de terceiros	(2.389)	(1.849)	
Juros sobre obras em andamento	(46)	(48)	
Outros	(418)	(253)	
Obrigações especiais	343	483	
Total	(5.726)	(4.054)	

Em 2020, o custo de construção da infraestrutura da concessão, o montante de R\$ 3.637 e R\$ 2.089 (Em 2019, R\$ 3.439 e R\$ 615) refere-se a receita de construção das distribuidoras e das transmissoras, respectivamente.



(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

## CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS

				Consolidado
				2020
	Custos de operação	Despesas com vendas	Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	Total
Pessoal (nota 8.1)	(789)	(110)	(519)	(1.418)
Administradores	-	-	(70)	(70)
Serviços de terceiros	(813)	(152)	(580)	(1.545)
Operações fotovoltaicas	(7)	-	-	(7)
Depreciação e amortização (nota 8.2)	(1.317)	(3)	(132)	(1.452)
Combustível para produção de energia	(448)	-	-	(448)
Provisão para processos judiciais	2	-	(140)	(138)
Impostos, taxas e contribuições	(2)	-	(21)	(23)
Outras receitas e despesas, líquidas (nota 8.3)	(235)	(23)	(68)	(326)
Total	(3.609)	(288)	(1.530)	(5.427)

				Consolidado
				2019
	Custos de operação	Despesas com vendas	Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	Total
Pessoal (nota 8.1)	(769)	(105)	(473)	(1.347)
Administradores	=	-	(69)	(69)
Serviços de terceiros	(940)	(142)	(545)	(1.627)
Depreciação e amortização (nota 8.2)	(1.173)	-	(103)	(1.276)
Combustível para produção de energia	(442)	-	-	(442)
Provisão para processos judiciais	(4)	-	(195)	(199)
Impostos, taxas e contribuições	(2)	-	(20)	(22)
Outras receitas e despesas, líquidas (nota 8.3)	(184)	(23)	8	(199)
Total	(3.514)	(270)	(1.397)	(5.181)

## 8.1 Custo e despesa de pessoal

		Consolidado	
	2020	2019	
Remunerações	(707)	(677)	
Encargos sociais	(292)	(276)	
Auxílio alimentação	(136)	(124)	
Convênio assistencial e outros benefícios (1)	(87)	(81)	
Benefícios pós-emprego	14	(4)	
Rescisões	(21)	(30)	
Férias e 13º salário	(164)	(153)	
Plano de saúde	(144)	(136)	
Participação nos resultados	(218)	(132)	
Encerramento de ordem em curso	(1)	(1)	
(-) Transferências para ordens	357	289	
Outros	(19)	(22)	
Total	(1.418)	(1.347)	
(1) Inclui benefícios pós-emprego e outros benefícios	<del></del>	-	



(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

# 8.2 Depreciação e amortização

	Consoli	dado
	2020	2019
Quota de depreciação e amortização no exercício	(1.474)	(1.299)
(-) Crédito PIS/COFINS	22	23
Depreciação e Amortização residual no resultado	(1.452)	(1.276)

# 8.3 Outras (despesas)/receitas operacionais

	Consolidado		
	2020	2019	
Seguros	(30)	(27)	
Doações e contribuições	(11)	(6)	
Recuperação de despesa	71	52	
Órgãos de classe do Setor Elétrico	(9)	(6)	
Despesas de viagem	(28)	(30)	
Consumo próprio e energia elétrica	(37)	(41)	
Propaganda e publicidade	(11)	(8)	
Alimentação	(9)	(6)	
Multa por inadimplência	234	229	
Perdas / alienação / desativação	(242)	(188)	
Indenização danos elétricos	(11)	(8)	
Eventos	-	(3)	
Material	(182)	(144)	
Arrendamento de Aluguéis	(8)	(11)	
Outros	(53)	(2)	
Total	(326)	(199)	



(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

#### 9. RESULTADO FINANCEIRO

		Consolidado		Controladora
	2020	2019	2020	2019
Receita financeira				
Renda de aplicações financeiras	135	199	16	27
(-) Tributos sobre receita financeira	(41)	(40)	(10)	(10)
Juros e encargos contas a receber de clientes e outros títulos	440	188	-	-
Atualização de depósitos judiciais	8	20	2	3
Atualização do ativo financeiro setorial	4	48	-	-
Benefícios pós-emprego e outros benefícios	3	3	-	-
Outras receitas financeiras	48	100	177	188
	597	518	185	208
Despesa financeira				
Encargos sobre instrumentos de dívida (1)	(1.240)	(1.260)	(122)	(51)
Benefícios pós-emprego e outros benefícios	(63)	(84)	-	=
Atualização do passivo financeiro setorial	(8)	=	=	=
Atualização de provisões para processos judiciais	(175)	(155)	2	(3)
IOF	(25)	(22)	(1)	(1)
Outras despesas financeiras	(244)	(247)	(57)	(82)
·	(1.755)	(1.768)	(178)	(137)
Outros resultados financeiros, líquidos				
Perdas com variações cambiais e marcação a mercado - Dívida	(4.280)	(1.877)	-	(31)
Ganhos com variações cambiais e marcação a mercado - Dívida	1.906	1.557	66	16
Perdas com instrumentos financeiros derivativos – Nota 19.3.b	(1.932)	(1.700)	(102)	(16)
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos – Nota 19.3.b	4.488	1.957	22	17
Perdas com variações cambiais e monetárias	(57)	(49)	(14)	(1)
Ganhos com variações cambiais e monetárias	3	21		3
	128	(91)	(28)	(12)
Resultado financeiro, líquido	(1.030)	(1.341)	(21)	59

<sup>(1)</sup> Inclui a parcela variável dos juros relacionada à indexadores de preço sobre dívida em moeda nacional; tais como IPCA, Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M entre outros; e apropriação dos custos de captação.

# 10. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, OUTROS TRIBUTOS, ENCARGOS SETORIAIS E RESSARCIMENTO A CONSUMIDORES

# 10.1 Tributos sobre o lucro

Os tributos sobre o lucro correntes e diferidos são representados pelo Imposto de Renda ("IRPJ") e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), e são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ – 25% e CSLL – 9%), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real do exercício.



(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

## 10.1.1 Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:

	Со	nsolidado
	2020	2019
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	3.848	2.932
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	(1.308)	(997)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:		
Benefício tributário sobre os juros sobre o capital próprio	192	191
Incentivos fiscais	307	213
Diferença de presunção de base do lucro presumido	70	52
Adições (reversões) de ativos fiscais não reconhecidos	(121)	(77)
Outras adições (reversões) permanentes	(83)	(5)
Tributos sobre o lucro	(943)	(623)
Alíquota efetiva	25%	21%
Corrente	(511)	(288)
Diferido	(432)	(335)

## 10.1.2Tributos diferidos ativos e passivos

Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos com base nos prejuízos fiscais e diferenças temporárias entre os valores contábeis para fins das demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

		Consolidado
	2020	2019
Prejuízo fiscal (inclui base negativa)	191	176
Mais-valia e provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido (PMIPL)	540	621
Diferenças temporárias:		
Obrigações com benefícios correntes e pós-emprego	386	67
Provisão para processos judiciais	285	531
Perdas estimadas de créditos - Contas a receber	164	140
Direito de uso da concessão receita de ultrapassagem	102	106
Mais-valia vinculada ao imobilizado e intangível	48	32
Valor justo de ativos financeiros indenizáveis	(703)	(545)
Capitalização de juros de dívida	(275)	(265)
Depreciação acelerada	(35)	(28)
Valor justo de instrumentos financeiros	(226)	(179)
Outros	(324)	(126)
	<u>153</u>	530
Ativo não circulante	656	752
Passivo não circulante	(503)	(222)



(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

As variações dos tributos diferidos são as seguintes:

		Consolidado
	Ativo	Passivo
Saldo em 31 de dezembro de 2019	752	(222)
Efeitos reconhecidos no resultado	(157)	(275)
Efeitos reconhecidos nos outros resultados abrangentes	62	(7)
Transferências entre ativos e passivos	(1)	1
Saldo em 31 de dezembro de 2020	656	(503)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.031	(117)
Efeitos reconhecidos no resultado	(229)	(106)
Efeitos reconhecidos nos outros resultados abrangentes	(48)	(1)
Transferências entre ativos e passivos	(2)	2
Saldo em 31 de dezembro de 2019	752	(222)

A Administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados nas projeções baseadas no planejamento estratégico. Em 31 de dezembro de 2020, a expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos, reconhecidos, está apresentada como segue:

							(	Consolidado
						Entre	Entre	2036
	2021	2022	2023	2024	2025	2026 e 2030	2031 e 2035	em diante
Ativo fiscal diferido	410	54	27	8	6	68	14	75

# 10.1.3 Tributos correntes ativos e passivos

		Consolidado
	2020	2019
IRPJ CSLL Ativo	558 78 <b>636</b>	393 66 <b>459</b>
Circulante Não circulante	635 1	456 3
		Consolidado
	2020	2019
IRPJ CSLL Passivo	38 4 42	6 3 <b>9</b>
Circulante	16	9
Não circulante	26	-



(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

#### Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia possuía R\$ 26 reconhecidos na linha de tributos sobre o lucro a recolher, referente ao impacto das posições tributárias incertas.

Além das incertezas tributárias no tratamento dos tributos sobre o lucro que foram reconhecidos, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia possui o montante de R\$ 3.146 referente a tratamentos fiscais adotados e que estão suscetíveis aos questionamentos das autoridades tributárias, cujo prognóstico da Companhia, suportada pelos assessores jurídicos, é que tais tratamentos fiscais adotados sejam acolhidos pelas autoridades nas esferas administrativas e/ou judiciais, quando necessário. As principais naturezas estão relacionadas abaixo, como segue:

- (i) Não adição da despesa de amortização do ágio nas bases de cálculo do IRPJ e CSLL, no montante de R\$ 1.851 (R\$ 1.829 em 31 de dezembro de 2019).
- (ii) Autos de infração decorrentes da dedução da despesa de amortização do ágio das bases de cálculo do IRPJ e CSLL, que resultaram ainda em glosa de créditos apurados, já utilizados em compensações de tributos federais, totalizando o montante de R\$ 1.295 (R\$ 1.315 em 31 de dezembro de 2019).

#### 10.1.4 Política contábil e julgamentos críticos

### a) Política contábil

Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido.

Os tributos sobre o lucro são calculados com base em alíquotas brasileiras e o seu reconhecimento é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

Os tributos diferidos ativos reconhecidos nas demonstrações financeiras baseiam-se em estudos técnicos, preparados pela Administração, que suportam a expectativa de lucros tributários futuros. Esses estudos levam em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras, elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro. Os tributos diferidos passivos são imediatamente reconhecidos nas demonstrações financeiras.

A apuração do imposto de renda a pagar é influenciada positivamente pelo incentivo fiscal SUDENE. O incentivo fiscal SUDENE, provê à Companhia o benefício fiscal da redução de 75% do IRPJ, calculado com base no lucro da exploração.



(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

#### b) Estimativas e julgamentos críticos

Julgamentos, estimativas e premissas significativas são requeridas para determinar o valor dos tributos diferidos ativos são reconhecidos considerando premissas e fluxos de caixa projetados e podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas de energia , preços de energia, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) cenários macroeconômicos; e (iii) comerciais e tributários.

A Companhia também aplica julgamento contábil crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis a legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis.

#### 10.2 Benefício fiscal - Mais-Valia e PMIPL

O benefício fiscal da mais-valia incorporada refere-se ao crédito fiscal calculado sobre a mais-valia de aquisição incorporada. Com o objetivo de evitar que a amortização da mais-valia afete de forma negativa o fluxo de dividendos aos acionistas, foi constituída a PMIPL, cujos saldos são como segue:

Mais-valia - incorporado	5.294
Provisão Constituída	(3.489)
Benefício fiscal	1.805
Amortização acumulada	(2.777)
Reversão acumulada	1.679
Saldos em 31 de dezembro de 2018	707
Amortização	(153)
Reversão	68
Saldos em 31 de dezembro de 2019	622
Amortização	(144)
Reversão	62
Saldos em 31 de dezembro de 2020	540



(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

A amortização da mais-valia, líquida da reversão da provisão e do crédito fiscal correspondente, resulta em efeito nulo no resultado do exercício e, consequentemente, na base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios. A mais-valia está sendo amortizada mensalmente pelo período remanescente de exploração da concessão/autorização, conforme curvas abaixo:

								Consolidado
						Entre	Entre	
						2026 e	2031 e	2036
	2021	2022	2023	2024	2025	2030	2035	em diante
Coelba	0,0328	0,0313	0,0297	0,0282	0,0268	0,0254	-	=
Celpe	0,0224	0,0214	0,0205	0,0186	0,0177	0,0478	-	=
Cosern	0,0278	0,0267	0,0255	0,0244	0,0234	0,0438	-	=
Termope	0,0138	0,0122	0,0101	0,0083	-	-	-	-
Itapebi	0,0115	0,0099	0,0085	0,0073	0,0066	0,0054	-	-
Elektro Redes	0,0901	0,0901	0,0901	0,0901	0,0901	0,0901	-	=
FEB	0,0310	0,0310	0,0310	0,0310	0,0310	0,0310	0,0310	0,0310
FEB 2	0,0350	0,0350	0,0350	0,0350	0,0350	0,0350	0,0350	0,0350
EnerBrasil	0,1130	0,1130	0,1130	0,1130	0,1130	-	-	=
EKCE	0,0901	0,0901	0,0901	0,0901	0,0901	0,0901	-	-

### 10.3 Outros tributos

# 10.3.1 Outros tributos a recuperar

	Consolida	
	2020	2019
Imposto Sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	685	625
Programa de Integração Social – PIS (a)	1.063	608
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS (a)	4.907	2.812
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	27	26
Outros	12	13
Outros tributos a recuperar	6.694	4.084
Circulante	1.629	1.299
Não circulante	5.065	2.785

<sup>(</sup>a) Vido nota explicativa n 10.4



(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

#### 10.3.2Outros tributos e encargos setoriais a recolher

	Consolidad	
	2020	2019
Imposto sobre circulação de mercadorias – ICMS	356	383
Programa de integração social – PIS (1)	127	38
Contribuição para o financiamento da seguridade social – COFINS (1)	583	173
Impostos e contribuições retidos na fonte	160	104
Outros	57	50
Outros tributos a recolher	1.283	748
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	204	197
Programa de Eficiência Energética – PEE	240	212
Outros	185_	37
Encargos Setoriais	629	446
Total outros tributos e encargos setoriais a recolher	1.912	1.194
Circulante	1.148	903
Não circulante	764	291

#### 10.4 Ressarcimento a consumidores - Tributos Federais

Em março de 2017, o Supremo Tribunal Federal concluiu o julgamento do Recurso Extraordinário nº 574.706-PR, em sede de repercussão geral, confirmando que o ICMS não compõe a base de cálculo do PIS e da COFINS. A União Federal apresentou embargos de declaração buscando a modulação dos efeitos e a definição do valor do ICMS que será excluído da base de cálculos dessas contribuições. Esses embargos ainda estão pendentes de julgamento.

Em agosto e setembro de 2019, transitaram em julgado decisões favoráveis às controladas COSERN e COELBA e, em dezembro de 2020, transitou em julgado decisão favorável à CELPE, ações estas ajuizadas em 2010. Diante de tal fato, autorizador da compensação nos termos do art. 170-A do Código Tributário Nacional, a Companhia constituiu um ativo de PIS e de COFINS a recuperar já atualizado no total de R\$ 5.755, tomando por critério de cálculo o entendimento da Receita Federal do Brasil na Solução de Consulta Interna COSIT nº 013/2018, considerando o valor de ICMS devido e não o destacado. Constituiu-se ainda, na ocasião, passivo pelo mesmo montante, líquido de honorários de êxito no montante de R\$ 6 devidos aos advogados, totalizando passivo no montante de R\$ 5.749. Esses valores estão atualizados pela taxa SELIC.

A constituição do passivo decorre da adoção de cautela necessária e devida prudência frente o possível entendimento da ANEEL de que os montantes a serem apropriados por meio de compensação dos créditos fiscais reconhecidos deverão ser integralmente repassados aos consumidores, segundo a interpretação da Agência dos termos das normas regulamentares do setor elétrico e do contrato de concessão. O tema, contudo, segue sob consulta pública da Agência, ainda não concluída até a presente data.

A Companhia vem adotando os procedimentos de recuperação do crédito tributário de acordo com a regulamentação expedida pela Receita Federal do Brasil. O eventual repasse aos consumidores dependerá do efetivo aproveitamento do crédito tributário pela Companhia e será efetuado conforme normas regulatórias a serem ainda editadas pela ANEEL.



(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

Apresentamos a seguir a movimentação do Ressarcimento a consumidores:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-
Constituição	2.159
Atualização	1.123
Saldo em 31 de dezembro de 2019	3.282
Constituição	1.638
Atualização	838
Pagamento (*)	(3)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	5.755
Circulante	6
Não circulante	5.749

<sup>(\*)</sup> Pagamento de honorários de êxito.

#### 11. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Equivalentes de caixa são operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

	Consolidado		Controlado	
	2020	2019	2020	2019
Caixa e depósitos bancários à vista	227	323	-	-
Certificados de depósito bancário ("CDB")	1.598	671	275	341
Fundos de investimentos	3.235	3.047	92	658
	5.060	4.041	367	999

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2020 é de 99% do CDI.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os fundos de investimentos são substancialmente compostos por aplicações em Letras Financeiras do Tesouro e operações compromissadas com lastros em títulos públicos. Estes instrumentos possuem alta liquidez no mercado secundário e estão sujeitas a um baixo risco de mudança de valor.



(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

#### 12. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

				C	onsolidado
		2020			2019
Recebível	Perdas de créditos esperadas	Contas a receber, líquidos	Recebível	Perdas de créditos esperadas	Contas a receber, líquidos
6.126	(1.216)	4.910	5.688	(1.063)	4.625
352	-	352	337	-	337
551	(4)	547	575	(5)	570
425	-	425	291	-	291
346	(51)	295	247	(54)	193
7.800	(1.271)	6.529	7.138	(1.122)	6.016
		6.187 342			5.718 298
	6.126 352 551 425 346	Recebível         créditos esperadas           6.126         (1.216)           352         -           551         (4)           425         -           346         (51)	Recebível         Perdas de créditos esperadas         Contas a receber, líquidos           6.126         (1.216)         4.910           352         -         352           551         (4)         547           425         -         425           346         (51)         295           7.800         (1.271)         6.529           6.187	Recebível         Perdas de créditos esperadas         Contas a receber, líquidos         Recebível           6.126         (1.216)         4.910         5.688           352         -         352         337           551         (4)         547         575           425         -         425         291           346         (51)         295         247           7.800         (1.271)         6.529         7.138	2020           Perdas de créditos esperadas         Contas a receber, líquidos         Recebível         Perdas de créditos esperadas           6.126         (1.216)         4.910         5.688         (1.063)           352         -         352         337         -           551         (4)         547         575         (5)           425         -         425         291         -           346         (51)         295         247         (54)           7.800         (1.271)         6.529         7.138         (1.122)

## 12.1 Fornecimento de energia

As contas a receber de fornecimento de energia elétrica compreendem os recebíveis oriundos da distribuição, geração e comercialização de energia.

A composição das contas a receber de fornecimento de energia, por classe de consumidor, está demonstrada como segue:

				Consolidado
		2020		2019
		Perdas de		Perdas de
		créditos		créditos
	Recebível	esperadas	Recebível	esperadas
Residencial	2.078	(651)	1.944	(550)
Comercial	603	(181)	826	(154)
Industrial	805	(157)	710	(145)
Rural	331	(115)	358	(100)
Poder publico	386	(63)	459	(64)
Iluminação pública	259	(23)	239	(32)
Serviços públicos	204	(17)	208	(15)
Não faturado	1.460	(9)	944	(3)
	6.126	(1.216)	5.688	(1.063)

O aging do contas a receber de fornecimento de energia elétrica está apresentada como segue:

				Consolidado
		2020		2019
	Recebível	Perdas de créditos esperadas	Recebível	Perdas de créditos esperadas
A vencer	3.263	(66)	3.119	(56)
Saldos vencidos:				
90 dias	1.088	(84)	1.081	(68)
entre 91 e 180 dias	262	(85)	246	(75)
entre 181 e 360 dias	433	(173)	358	(155)
Acima de 361 dias	1.080	(808)	884	(709)
	6.126	(1.216)	5.688	(1.063)



Cancalidada

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

Como podemos observar no quadro acima, o contas a receber vencido foi impactado pelos efeitos decorrentes da pandemia do COVID-19. No exercício de 2020, os saldos vencidos aumentaram em R\$ 293 (R\$ 150 líquido da baixa efetiva dos recebíveis incobráveis). Os reflexos desse aumento são reconhecidos na perda de crédito esperada demonstrada abaixo.

#### 12.2 Variação das perdas de créditos esperadas - PCE

		Consolidado
	2020	2019
Saldo inicial do exercício	(1.122)	(985)
Efeito reconhecido no resultado do exercício	(456)	(332)
Baixa efetiva dos recebíveis incobráveis	307	195
Saldo final do exercício	(1.271)	(1.122)

Em 31 de dezembro de 2020, as Perdas de Crédito Esperada (PCE) totalizaram R\$ 456 (R\$ 332 em 31 de dezembro de 2019), refletindo principalmente os impactos do COVID-19 de R\$ 114.

### 12.3 Políticas contábil e julgamentos críticos

#### a) Política contábil

O contas a receber são ativos financeiros mensurados ao custos amortizado (veja nota 25.5) e são reconhecidos quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, deduzidos das perdas crédito esperadas.

A companhia reconhece perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes em montante considerado suficiente pela Administração, baseado em estimativas e julgamentos críticos.

#### b) Estimativas e julgamentos críticos

A companhia mensura as perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões baseada na experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras para cada linha de negócio operado pela Companhia.

As distribuidoras do grupo utilizam a abordagem de mensuração através de uma matriz de provisão que considera o histórico de inadimplência dos últimos 5 anos. São considerados os históricos de forma segregada em faturamento regular, parcelamentos e faturas de fraude, por classe de consumo (residencial, industrial, comercial, rural, poder público, iluminação pública e serviço público). Além disso, há uma análise individual dos processos judiciais com avaliação da probabilidade de perda e respectiva provisão esperada. Acima de 12 meses a matriz considera perda integral.

Para os grandes consumidores há uma análise individualizada, que avalia as perdas com base nas negociações e respectiva situação financeira.

As geradoras do grupo não possuem histórico de inadimplência e considerando as garantias oferecidas nos leilões e/ou contratos bilaterais, a exposição do risco de crédito é residual. Dada à essas



(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

características, o nível de constituição das perdas esperas não é relevante para essa classe de recebíveis. Além disso, a CCEE controla o montante de contas a receber e respectivas inadimplências do setor, diminuindo o risco de crédito nessas operações.

As transmissoras do grupo não possuem histórico de perdas materiais e, portanto, utilizam uma matriz que considera percentuais crescentes de provisão que pode chegar a 100% em caso de atraso superior a 12 meses. Considerando que existem mecanismos estabelecidos pela ONS para mitigar risco de crédito, as perdas de créditos constituídas não são relevantes.

A comercializadora e as empresas de serviços reconhecem a perda de crédito esperada com base no rating de seus clientes para os saldos a vencer e no pior rating de mercado para os saldos vencidos a mais de 360 dias.

## 13. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS (PARCELA A E OUTROS)

As tarifas que as concessionárias e permissionárias são autorizadas a cobrar de seus consumidores são revistas pela ANEEL: (i) anualmente na data de aniversário do contrato de concessão, para efeito de reajuste tarifário; e (ii) a cada quatro anos ou cinco anos, em média, para efeito de recomposição de parte da Parcela B (custo gerenciáveis) e ajuste da Parcela A (custos não gerenciáveis) de determinados componentes tarifários. Esse mecanismo de definição de tarifa pode originar diferença temporal que decorre da diferença entre os custos orçados e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essas diferenças constituem direitos ou obrigações, em observância ao princípio do equilíbrio econômico e financeiro estabelecido pelo contrato de concessão e Permissão. A composição dos ativos e passivos setoriais encontra-se demonstradas a seguir:

					Cor	solidado
			2020			2019
	Direitos	Obrigações	Efeito líquido	Direitos	Obrigações	Efeito líquido
CVA e Neutralidade						
Energia	782	(88)	694	1.715	(8)	1.707
Encargos do serviço do sistema	75	(117)	(42)	-	(580)	(580)
Conta de desenvolvimento energético	5	(52)	(47)	118	(6)	112
Tarifa de Uso dos Sistemas de Transmissão	305	(20)	285	187	(4)	183
Outros	17	(57)	(40)	28	(66)	(38)
Componentes financeiros e subsídios						
Repasse de sobre contratação	129	(170)	(41)	-	(396)	(396)
Risco hidrológico	-	(660)	(660)	-	(503)	(503)
Ultrapassagem de Demanda/ Excedente	-	(666)	(666)	-	(504)	(504)
Compensação Acordos Bilaterais de CCEAR	65	=	65	74	-	74
Outros	68	(189)	(121)	65	(38)	27
	1.446	(2.019)	(573)	2.187	(2.105)	82
Valence homele redee nels Annel	175	(643)	(468)	0.407	(0.405)	00
Valores homologados pela Aneel	1.271	(1.376)	(105)	2.187	(2.105)	82
Valores a serem homologados pela Aneel		<del></del>	<u>_</u>		(2.405)	
	1.446	(2.019)	(573)	2.187	(2.105)	82
Ativo (passivo) circulante			92			395
Passivo circulante			(149)			-
Passivo não circulante			(516)			(313)

Connellidada



(Valores expressos em milhões de reais, exceto guando indicado)

A movimentação dos saldos de ativos e passivos setoriais da concessão estão apresentados como segue:

			Consolidado
	Direitos	Obrigações	Efeito
Saldo em 31 de dezembro de 2018	3.013	(2.165)	848
Constituição	1.855	(1.457)	398
Amortização (Índice de Reposicionamento Tarifário)	(2.865)	1.725	(1.140)
Atualização monetária	145	(97)	48
Transferências	39	(111)	(72)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.187	(2.105)	82
Constituição	5.166	(3.876)	1.290
Amortização (Índice de Reposicionamento Tarifário)	(3.892)	3.653	(239)
Atualização monetária	60	(64)	(4)
Antecipação conta COVID (i)	(1.811)	147	(1.664)
Transferências	(264)	226	(38)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.446	(2.019)	(573)

(i) No exercício de 2020 a Companhia recebeu o montante de R\$ 1.664 captados pela CCEE e repassados pela Conta Covid às Distribuidoras de Energia elétrica, nas contas correntes vinculadas ao repasse de Modicidade Tarifária da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, referente aos ativos regulatórios declarados no Termo de Aceitação e contabilizados nos termos da Resolução Normativa nº 885, de 23 de junho de 2020.Os montantes recebidos foram contabilizados como antecipação de valores de ativos regulatórios, visando a cobertura total ou parcial dos efeitos financeiros da sobrecontratação de energia, do saldo em constituição da CVA e da neutralidade dos encargos setoriais.

Em 2020, a ANEEL publicou o despacho nº 2.508, que estabeleceu os valores de exposições a serem tratadas como involuntárias, no âmbito da compra de energia, relativas ao biênio 2016/2017. Tempestivamente, a companhia interpôs recurso administrativo quanto a esses valores, contestando os critérios adotados no seu cálculo, que foram aplicados sem previsão normativa expressa. Até a presente data, não houve decisão por parte da agência sobre o mérito da questão.

A Companhia considera que a parcela acima do limite regulatório, correspondente à sobrecontratação voluntária, no caso da Coelba, no montante de R\$ 85, será recuperada no reajuste tarifário subsequente, não possuindo nenhuma expectativa de perdas em relação a realização desses valores.

Para a parcela abaixo do limite regulatório, equivalente à subcontratação, equivalente à subcontratação involuntária, no caso da Elektro, no valor de R\$ 14, será homologada no reajuste tarifário subsequente, não possuindo nenhuma expectativa de perdas em relação a realização desses valores.

## 13.1 Política contábil e julgamentos críticos

#### a) Política contábil

Os ativos e passivos financeiros setoriais são mensurados ao custo amortizado (veja nota 25.1). Os ativos financeiros contemplam desde o seu reconhecimento inicial a expectativas de riscos de inadimplência e estimativas de glosa pelo poder concedente.



(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

#### b) Estimativas e julgamentos críticos

O valor presente dos direitos e obrigações serão efetivamente liquidados por ocasião do próximo período tarifário ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados e/ou repassados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção, por qualquer motivo, da concessão.

A Companhia, em conjunto com os assessores econômicos e regulatórios, revisa no final de cada exercício, as premissas e expectativas de homologação pelo poder concedente.

# 14. CONCESSÕES DO SERVIÇO PÚBLICO

As concessões das Companhias de distribuição e transmissão não são onerosas, portanto não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. Os contratos de concessão outorgados possuem prazo de 30 anos e preveem a prorrogação da vigência, a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária. Em caso de extinção da concessão pelo advento do término do prazo contratual ou outra das hipóteses contratualmente previstas, operar-se-á a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados à infraestrutura vinculada à prestação do serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devida às Companhias, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

#### 14.1 Ativo Financeiro

O valor dos ativos vinculados à infraestrutura e que não serão amortizados até o término do contrato de concessão é classificado como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente. O valor reconhecido do ativo financeiro e as alterações no valor justo são revisados mensalmente baseados nas premissas inerentes a este direito contratual (veja nota 25.6). Esses ativos apresentaram as seguintes movimentações no exercício:

		Consolidado
	2020	2019
Saldo inicial do exercício	11.743	9.256
Adições	-	3
Baixas	(28)	(24)
Reversão	1	6
Transferência ativo contratual (1)	2.108	1.932
Transferência ativo intangível	27	13
Transferência outros	3	1
Ajustes a valor justo	549	556
Saldo final do exercício	14.403	11.743

<sup>(1)</sup> Transferência do ativo financeiro das distribuidoras, classificado como ativo de contrato durante o período de construção.

A revisão tarifária que ocorre a cada quatro anos na Celpe e Elektro Redes, e a cada cinco anos na Coelba e Cosern.



(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

#### 14.2 Ativo Contratual

Os ativos vinculados à infraestrutura da concessão, cujo direito à contraprestação está condicionado à satisfação de obrigações de desempenho, são classificados como Ativos de Contrato e apresentam a seguinte composição:

					Cons	solidado
			2020			2019
	Transmissão	Distribuição	Total	Transmissão	Distribuição	Total
Circulante	133	-	133	90	-	90
Não circulante	4.892	3.849	8.741	1.666	3.877	5.543
Total	5.025	3.849	8.874	1.756	3.877	5.633

Esses ativos apresentaram a seguinte movimentação no exercício:

			Consolidado
	Transmissão	Distribuição	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.756	3.877	5.633
Adições (1)	3.065	3.625	6.690
Baixas	(2)	(28)	(30)
Transferências - intangíveis em serviço (1)	-	(1.546)	(1.546)
Transferências - ativos financeiros (1)	-	(2.108)	(2.108)
Transferências – outros	-	29	29
Amortização de ativo contratual	(85)	-	(85)
Atualização monetária	291		291
Saldo em 31 de dezembro de 2020	5.025	3.849	8.874
Custo	5.025	4.182	9.207
Obrigações especiais	-	(333)	(333)
			Consolidado
	Transmissão	Distribuição	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	797	3.568	4.365
Adições (1)	893	3.495	4.388
Baixas	(3)	(30)	(33)
Transferências - intangíveis em serviço (1)	-	(1.313)	(1.313)
Transferências - ativos financeiros (1)	=	(1.932)	(1.932)
Transferências – outros	3	89	92
Amortização de ativo contratual	(57)	-	(57)
Atualização monetária	123		123
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.756	3.877	5.633
_			
Custo	89	-	89
Obrigações especiais	1.667	3.877	5.544

<sup>(1)</sup> Durante a fase de construção, os ativos vinculados à infraestrutura de concessão de distribuição são registrados como ativos de contrato e mensurados pelo custo de aquisição acrescido dos custos dos empréstimos para financiamento da referida construção, incorridos no mesmo período. Após a conclusão da obra, esses ativos são bifurcados entre ativo financeiro e intangível.



(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

#### 14.3 Política contábil

Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição e transmissão pelas companhias e estabelecem que:

#### a) Distribuidoras:

De acordo com os contratos de concessão:

- (i) Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização.
- (ii) O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas nos contratos de concessão, a Administração de forma a refletir o negócio de distribuição e transmissão de energia elétrica, abrangendo:

- (i) Investimentos do contrato de concessão em construção ou melhoria da infraestrutura são classificados como ativo de contrato. Os ativos de contrato são bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível, após a entrada em operação do investimento, ou do término da melhoria da infraestrutura.
- (ii) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.
- (iii) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível (veja nota 17) em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores.

#### b) Transmissoras:

De acordo com os contratos de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a transmissora possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a transmissora de energia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida ('RAP'), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.



(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

O direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um ativo de contrato, e conforme o cumprimento das obrigações de desempenham são subsequentemente reclassificados para a contas a receber de clientes.

# 15. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS, COLIGADAS E JOINT VENTURES

# 15.1 Mutações ocorridas durante o exercício

As variações dos investimentos em controladas, coligadas e joint ventures são as seguintes:

	Joint		Total		Total
	ventures	Coligadas	Consolidado	Controlada	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.018	1.483	2.501	16.627	19.128
Aumento de capital	27	=	27	1.433	1.460
Participações societárias no resultado	24	(80)	(56)	3.283	3.227
Amortização da mais-valia	-	-	-	(164)	(164)
Participações societárias em outros resultados abrangentes	-	-	-	143	143
Dividendos declarados	(43)	(2)	(45)	(972)	(1.017)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.026	1.401	2.427	20.350	22.777
Saldo em 31 de dezembro de 2018	994	1.422	2.416	15.071	17.487
Aumento de capital	57	-	57	913	970
Participações societárias no resultado	(33)	101	68	2.481	2.549
Amortização da mais-valia	-	-	-	(168)	(168)
Participações societárias em outros resultados abrangentes	-	-	-	51	51
Dividendos declarados	(38)	(4)	(42)	(1.719)	(1.761)
Outros	. ,	2	` ź	` (2)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	980	1.521	2.501	16.627	19.128

Apresentamos a seguir a movimentação dos dividendos e juros sobre capital próprio a receber.

	Consolidado			ntroladora
	2020	2019	2020	2019
Saldo inicial do exercício	15	13	389	553
Declarados	45	42	929	1.723
Recebidos	(44)	(40)	(634)	(1.818)
Reversão	-	=	=	(57)
Integralização	<del>-</del>	-	-	(12)
Saldo final do exercício	16	15	684	389
Circulante	16	15	659	312
Não circulante	-	-	25	77



# 15.2 Detalhamento por classe de investimento

A seguir apresentamos informações adicionais sobre as principais investidas:

		Participação	Saldo dos Inv	estimentos				
		e capital	ital em Resultado de participa		participação	Dividendos	recebidos	
	Segmento	votante (%)	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Controladas								
	Redes	100,00%	2.355	1.040	516	227	1	-
Cubaidiárias integrais	Liberalizado	100,00%	1.355	1.195	219	148	130	93
Subsidiárias integrais	Renováveis	100,00%	4.138	3.234	225	201	125	214
	Outros	100,00%	14	15	(1)	-	-	-
Outras subsidiárias								
Coelba	Redes	96,65%	6.041	5.209	1.179	977	115	1.034
Elektro Redes	Redes	99,68%	3.697	3.476	590	493	57	180
Celpe	Redes	89,65%	1.721	1.678	195	163	103	76
Cosern	Redes	91,50%	1.285	1.043	312	250	19	175
Afluente T	Redes	87,84%	165	188	16	22	40	6
			20.771	17.078	3.251	2.481	590	1.778
Coligadas e joint ventures								
Teles Pires Participações	Renováveis	50,56%	765	772	(36)	(32)	-	-
Companhia Hidrelétrica Teles Pires	Renováveis	51,00%	25	26	· -	-	-	-
Águas da Pedra	Renováveis	51,00%	260	243	61	58	44	40
Norte Energia S.A. (NESA) (1)	Renováveis	10,00%	1.322	1.406	(86)	37	-	-
Energética Corumbá III	Renováveis	25,00%	55	54	5	5	_	_
Energetion Columba in	renovavelo	20,0070	2.427	2.501	(56)	68	44	40
Transação entre os sócios			(421)	(451)	32	-	-	-
			22.777	19.128	3.227	2.549	634	1.818

<sup>(1)</sup> Riscos relacionados às conformidades legais na NESA: Em 2014, o Ministério Público Federal – MPF iniciou investigações sobre irregularidades envolvendo empreiteiros e fornecedores do projeto UHE Belo Monte e de seus outros acionistas, as quais ainda estão em curso.

Em 2015, a NESA contratou escritórios de advocacia e auditoria especializadas, em conexão com o processo de investigação interna conduzido pela Comissão Independente aprovada no contexto de um dos acionistas da investida, Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás, cujos trabalhos foram concluídos em 2016, nos quais se concluiu que certos contratos continham sobre-preço estimado em 1% dos preços de contratos. Como consequência, a NESA reconheceu *impairment* dos ativos na proporção de sua participação. Considerando que a investigação ainda está em curso por parte do MPF e que não houve a divulgação de fatos novos, não há como prever se ocorrerão impactos na investida.



# 15.3 Informações selecionadas de joint ventures e coligadas.

As informações financeiras resumidas das coligadas e *joint ventures* relevantes para a Companhia são apresentadas a seguir. As demonstrações financeiras individuais dessas entidades podem divergir das informações financeiras aqui apresentadas, que são preparadas considerando as políticas contábeis da Companhia:

			2020			2019
	Norte Energia	Teles Pires Participações	Águas da Pedra	Norte Energia	Teles Pires Participações	Águas da Pedra
Balanço patrimonial Caixa e equivalentes de caixa	992	159	96	194	48	64
Contas a receber de clientes	523	95	38	602	92	36
Imobilizado e intangível	42.084	4.496	632	43.280	4.503	656
Outros ativos	895	441	33	1.100	604	40
Total de ativos	44.494	5.191	799	45.176	5.247	796
Empréstimos e financiamentos	28.931	3.026	212	28.079	3.075	246
Contas a pagar a fornecedores	605	60	7	511	54	7
Outros passivos	1.784	578	69	2.560	576	68
Total de passivos	31.320	3.664	288	31.150	3.705	321
Patrimônio líquido	13.174	1.527	511	14.026	1.542	475
			2020			2019
	Norte Energia	Teles Pires Participações	Águas da Pedra	Norte Energia	Teles Pires Participações	Águas da Pedra
Receita operacional, líquida	4.403	793	266	4.214	832	256
Lucro operacional antes do resultado financeiro	850	105	159	1.850	161	155
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(860)	(72)	121	205	(64)	115
Outras informações	(400)	(40)	45	(0.004)	(40.4)	40
Capital circulante líquido Fluxo de caixa operacional	(128)	(43)	45	(3.361)	(164)	16
			153			146



# 15.4 Subsidiárias com a participação de acionistas não controladores

As informações financeiras resumidas, antes das eliminações intergrupo, das subsidiárias com participação de acionistas não controladores materiais são apresentadas a seguir.

(a) Informações selecionadas do balanço patrimonial.

					2020
	Coelba	Elektro Redes	Celpe	Cosern	Afluente T
Balanço patrimonial Caixa e equivalentes de caixa Contas a receber de clientes Instrumentos derivativos Imobilizado e intangível Outros ativos Total de ativos	474 2.234 839 3.351 14.023 <b>20.921</b>	912 1.829 830 1.581 4.126 9.278	728 1.464 553 2.461 6.217	209 581 264 686 2.877 <b>4.617</b>	31 4 - 1 172 208
Empréstimos e financiamentos Contas a pagar a fornecedores Instrumentos derivativos Benefícios a empregados Outros passivos Total de passivos	7.817 1.333 11 821 4.807 14.789	4.001 888 2 168 1.218 6.277	5.464 883 11 135 3.228 9.721	1.702 360 2 - 1.216 3.280	1 3 - - 17 21
Patrimônio líquido	6.132	3.001	1.702	1.337	187



(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

					2019
	Coelba	Elektro Redes	Celpe	Cosern	Afluente T
Balanço patrimonial Caixa e equivalentes de caixa Contas a receber de clientes Instrumentos derivativos	852 2.017 507	614 1.702 394	261 1.332 257	242 542 108	52 5 -
Imobilizado e intangível Outros ativos Total de ativos	3.296 12.273 18.945	1.523 3.649 <b>7.882</b>	2.336 3.804 <b>7.990</b>	668 2.502 <b>4.062</b>	169 <b>226</b>
Empréstimos e financiamentos Contas a pagar a fornecedores Instrumentos derivativos Benefícios a empregados Outros passivos Total de passivos	7.715 1.081 1 691 4.238 13.726	3.648 773 3 - 791 <b>5.215</b>	4.667 692 4 309 783 <b>6.455</b>	1.682 259 - 1.069 3.010	2 2 - - 8 12
Patrimônio líquido	5.219	2.667	1.535	1.052	214



(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

# (b) Informações selecionados do resultado abrangente e outras informações

					2020
	Coelba	Elektro Redes	Celpe	Cosern	Afluente T
Resultado abrangente Receita operacional, líquida Lucro operacional antes do resultado financeiro Lucro líquido do exercício	11.285 1.811 1.219 69	6.833 950 592 19	6.862 534 217 (6)	2.794 468 342 14	36 19 19
Resultado abrangente total	03	15	(0)	17	
Outras informações Capital circulante líquido Fluxo de caixa operacional	691 1.793	124 1.111	112 851	357 491	48 27
					2019
	Coelba	Elektro Redes	Celpe	Cosern	Afluente T
Resultado Receita operacional, líquida	10.219	6,773	6.085	2.623	39
Lucro operacional antes do resultado financeiro Lucro líquido do exercício Resultado abrangente total	1.645 1.009 69	928 495 19	570 181 (6)	421 273 14	25 25 -



### 15.5 Redução ao valor recuperável dos investimentos - Impairment

A administração revisa anualmente os eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas de cada ativo ou unidade geradora de caixa (UGC).

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os ativos que apresentaram indicativos prévios de deterioração ou perda de valor recuperável foram submetidos à análise para identificação de real impacto por possível perda por *impairment*, sendo constatado, como resultado, que não houve necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável de qualquer ativo da Companhia.

As premissas que sustentam as conclusões dos testes de recuperação dos investimentos realizados vão desde as previsões dos fluxos de caixa estimados trazidos a valor presente até as projeções de crescimento do mercado no horizonte de longo prazo.

Os fluxos de caixa são estimados com base nos resultados já realizados, levando em consideração o orçamento empresarial anual da Companhia enquanto que o horizonte de análise leva em consideração o vencimento de cada concessão e a expectativa de crescimento do mercado, utilizando-se de projeções compatíveis com os dados históricos e as perspectivas sólidas de crescimento da economia brasileira.

Tais fluxos são descontados por taxas pós impostos utilizando-se de metodologia amplamente aplicada no mercado de energia.

### 15.6 Política contábil

Subsidiária é a entidade na qual a Companhia está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade (controle). As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é detido pela Companhia e a consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Coligada é a entidade sobre a qual a companhia possui influência significativa, definida como o poder de participar na elaboração das decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto dessas políticas.

Negócio em conjunto é aquele em que duas ou mais partes têm o controle conjunto estabelecido contratualmente, podendo ser classificado como uma operação em conjunto ou um empreendimento controlado em conjunto (joint ventures), dependendo dos direitos e obrigações das partes. Enquanto em uma operação em conjunto, as partes integrantes têm direitos sobre os ativos e obrigações sobre os passivos relacionados ao negócio, em um empreendimento controlado em conjunto, as partes têm direitos sobre os ativos líquidos do negócio. No segmento de renováveis, algumas atividades são conduzidas por operações em conjunto.

Os investimentos em subsidiárias, empreendimentos controlados em conjunto e coligadas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial a partir da data em que elas se tornam sua coligada, empreendimento controlado em conjunto e subsidiária. Apenas as operações em conjunto constituídas por meio de entidade



veículo com personalidade jurídica própria são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. Para as demais operações em conjunto, a companhia reconhece seus ativos, passivos e as respectivas receitas e despesas nestas operações.

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas *joint ventures* é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas da Companhia. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma coligada ou joint venture for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da controlada em conjunto.

### 15.7 Relação das subsidiárias, coligadas e joint ventures

As empresas subsidiárias estão abaixo relacionadas:

			Percentual de	participação (%)	
		20	20	20	10
Empresas	Atividade	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Limproduo	Attitude	Direta	manota	Direta	maneta
Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - Coelba	Distribuição	96.65%	-	96.65%	-
Companhia Energética de Pernambuco – Celpe	Distribuição	89.65%	-	89.65%	-
Companhia Energética do Rio Grande do Norte – Cosern	Distribuição	91.50%	-	91.50%	-
Elektro Redes S.A. – Elektro	Distribuição	99.68%	-	99,68%	-
Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A. – Afluente T	Transmissão	87.84%	-	87,84%	-
SE Narandiba S.A. – Narandiba	Transmissão	100,00%	-	100,00%	-
Potiguar Sul Transmissão de Energia S.A. – Potiguar Sul	Transmissão	-	100,00%	-	100,00%
Neoenergia Jalapão Transmissão de Energia S.A Jalapão	Transmissão	100,00%	-	100,00%	-
Neoenergia Santa Luzia Transmissão de Energia S.A. – Santa Luzia	Transmissão	100.00%	-	100,00%	-
Neoenergia Guanabara Transmissão de Energia S.A Guanabara	Transmissão	100.00%	-	100,00%	-
Neoenergia Itapaboana Transmissão de Energia S.A. – Itapaboana	Transmissão	100,00%	-	100,00%	-
Neoenergia Lagoa dos Patos Transmissão de Energia S.A. – Lagoa dos Patos	Transmissão	100,00%	-	100,00%	-
EKTT 6 A Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A. – EKTT 6	Transmissão	100,00%	-	100,00%	-
EKTT 7 A Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A. – EKTT 7	Transmissão	100,00%	-	100,00%	-
EKTT 8 A Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A. – EKTT 8	Transmissão	100,00%	-	100,00%	-
EKTT 9 A Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A. – EKTT 9	Transmissão	100,00%	-	100,00%	-
EKTT 10 A Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A. – EKTT 10	Transmissão	100.00%	-	100,00%	-
Neoenergia Vale do Itajaí Transmissão de Energia S.A Vale do Itajaí	Transmissão	100,00%	-	100,00%	-
Neoenergia Dourados Transmissão de Energia S.A Dourados	Transmissão	100,00%	-	100,00%	-
Neoenergia Atibaia Transmissão de Energia S.A Atibaia	Transmissão	100,00%	-	100,00%	-
Neoenergia Biguacu Transmissão de Energia S.A Biguacu	Transmissão	100.00%	-	100.00%	-
Neoenergia Sobral Transmissão de Energia S.A Sobral	Transmissão	100,00%	-	100,00%	-
NC Energia S.A. – NC	Comercialização	100,00%	-	100,00%	-
Elektro Comercializadora de Energia Ltda – EKCE	Comercialização	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Termopernambuco S.A. – Termope	Geração Térmica	100%	-	100%	-
Itapebi Geração de Energia S.A. – Itapebi	Geração hidráulica	42%	58%	42%	58%
Baguari I Geração de Energia Elétrica S.A Baguari	Geração hidráulica	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Geração CIII S.A. – Geração CIII	Geração hidráulica	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Geração Céu Azul S.A. – Geração Céu Azul	Geração hidráulica	100,00%	-	100,00%	-
Bahia Pequena Central Hidrelétrica S.A. – Bahia PCH II	Geração hidráulica	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Santana 1 Energia Renovável S.A. – Santana 1	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Santana 2 Energia Renovável S.A. – Santana 2	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Calango 6 Energia Renovável S.A. – Calango 6	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Lagoa 2 Energia Renovável S.A. – Lagoa 2	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Canoas Energia Renovável S.A Canoas	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Lagoa 1 Energia Renovável S.A. – Lagoa 1	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Força Eólica do Brasil S.A. – FEB	Geração eólica	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
Calango 1 Energia Renovável S.A. – Calango 1	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Calango 4 Energia Renovável S.A. – Calango 4	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Calango 5 Energia Renovável S.A. – Calango 5	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Caetité 1 Energia Renovável S.A. – Caetité 1	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Caetité 2 Energia Renovável S.A. – Caetité 2	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Força Eólica do Brasil 1 S.A FEB 1	Geração eólica	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
Calango 2 Energia Renovável S.A. – Calango 2	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Calango 3 Energia Renovável S.A. – Calango 3	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Caetité 3 Energia Renovável S.A. – Caetité 3	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Arizona 1 Energia Renovável S.A. – Arizona 1	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%



			Percentual de i	participação (%)	
		20	020	20	19
Empresas	Atividade	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Mel 2 Energia Renovável S.A. – Mel 2	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
FE Participações S.A. – FPAR	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Força Eólica do Brasil S.A FEB 2	Geração eólica	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
Energia Renováveis do Brasil S.A Enerbrasil	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Elektro Renováveis do Brasil S.A. – Elektro Renováveis	Geração eólica	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Chafariz 1 Energia Renovável S.A. – Chafariz 1	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Chafariz 2 Energia Renovável S.A. – Chafariz 2	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Chafariz 3 Energia Renovável S.A. – Chafariz 3	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Chafariz 6 Energia Renovável S.A. – Chafariz 6	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Chafariz 7 Energia Renovável S.A. – Chafariz 7	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Lagoa 3 Energia Renovável S.A. – Lagoa 3	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Lagoa 4 Energia Renovável S.A. – Lagoa 4	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Canoas 2 Energia Renovável S.A Canoas 2	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Canoas 4 Energia Renovável S.A Canoas 4	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Chafariz 4 Energia Renovável S.A. – Chafariz 4	Geração eólica	-	100.00%	-	100.00%
Chafariz 5 Energia Renovável S.A. – Chafariz 5	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Canoas 3 Energia Renovável S.A. – Canoas 3	Geração eólica	-	100.00%	-	100.00%
Ventos de Arapuá 1 Energia Renovável S.A. – Arapuá 1	Geração eólica	-	100,00%	_	100,00%
Ventos de Arapuá 2 Energia Renovável S.A. – Arapuá 2	Geração eólica	_	100.00%	_	100.00%
Ventos de Arapuá 3 Energia Renovável S.A. – Arapuá 3	Geração eólica	-	100.00%	_	100.00%
Bonito 1 Energia Renovável S.A. – Bonito 1	Geração eólica	_	100.00%	_	100.00%
Bonito 2 Energia Renovável S.A. – Bonito 2	Geração eólica	-	100.00%	_	100.00%
Bonito 3 Energia Renovável S.A. – Bonito 3	Geração eólica	-	100.00%	_	100,00%
Calango Solar 1 Energia Renovável S.A. – Calango Solar 1	Geração eólica	_	100,00%	_	100,00%
Calango Solar 2 Energia Renovável S.A. – Calango Solar 2	Geração eólica	_	100.00%	_	100.00%
Luzia 2 Energia Renovável S.A. – Luzia 2	Geração solar	_	100,00%	_	100,00%
Luzia 3 Energia Renovável S.A. – Luzia 3	Geração solar	_	100,00%	-	100,00%
Oitis 1 Energia Renovável S.A. – Oitis 1	Geração eólica	_	100,00%	_	100,00%
Oitis 2 Energia Renovável S.A. – Oitis 2	Geração eólica	_	100.00%	_	100.00%
Oitis 3 Energia Renovável S.A. – Oitis 3	Geração eólica	-	100.00%	_	100.00%
Oitis 4 Energia Renovável S.A. – Oitis 4	Geração eólica	_	100.00%	_	100.00%
Oitis 5 Energia Renovável S.A. – Oitis 5	Geração eólica	_	100,00%	_	100,00%
Oitis 6 Energia Renovável S.A. – Oitis 6	Geração eólica	_	100,00%	_	100,00%
Oitis 7 Energia Renovável S.A. – Oitis 7	Geração eólica	_	100.00%	_	100.00%
Oitis 8 Energia Renovável S.A. – Oitis 8	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Oitis 9 Energia Renovável S.A. – Oitis 9	Geração eólica	-	100,00%	_	100,00%
Oitis 10 Energia Renovável S.A. – Oitis 10	Geração eólica	-	100.00%	-	100.00%
Oitis 21 Energia Renovável S.A. – Oitis 21	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Oitis 22 Energia Renovável S.A. – Oitis 22	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Oitis 23 Energia Renovável S.A. – Oitis 23	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Oitis 24 Energia Renovável S.A. – Oitis 24	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Elektro Operação e Manutenção Ltda - Elektro O&M	Serviços	99.99%	0.01%	99.99%	0.01%
Neoenergia Serviços Ltda – Neoserv	Serviços	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Neoenergia Operação e Manutenção S.A Neoenergia O&M	Serviços	100.00%		100.00%	-
Bahia Geração de Energia S.A Bahia III	Outros	-	100.00%	-	100.00%
Belo Monte Participações S.A. – Belo Monte	Outros	99,00%	1,00%	99,00%	1,00%
Neoenergia investimentos S.A Neoinvest	Outros	99.99%	0.01%	99.99%	0.01%

As empresas coligadas e joint ventures estão abaixo relacionadas:

		Percentual de participação (%)				
		20	20	2019		9
Empresas	Atividade	Direta	Indireta		Direta	Indireta
Coligadas						
Norte Energia S.A. – NESA	Geração Hidráulica	-	10,00%		-	10,00%
Energética Corumbá III S.A. – ECIII	Geração Hidráulica	-	25,00%		-	25,00%
Joint ventures						
Teles Pires Participações S.A. – Teles Pires	Geração Hidráulica	50,56%	-		50,56%	-
Companhia Hidrelétrica Teles Pires S.A – CHTP	Geração Hidráulica	00,90%	50,10%		00,90%	50,10%
Energética Águas da Pedra S.A. – EAPSA	Geração Hidráulica	51.00%	-		51.00%	-



# 16. IMOBILIZADO

As variações do imobilizado, por classe de ativo, estão demonstradas conforme a seguir:

							Consolidado
	Parques eólicos	Centrais de ciclo combinado	Centrais hidroelétrica s	Construções e terrenos	Outros	Ativos em construção	Total
Taxa de depreciação a.a.	3,24% - 16,7%	2,5% - 20%	2,0% - 20%	0% - 6,67%	2,5% - 25%	-	
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.798	613	1.847	1.108	43	751	6.160
Adições						945	945
Capitalização de gastos (1)	-	-	-	-	-	59	59
Baixas	(1)	-	(3)	(1)	(1)	(10)	(16)
Depreciação	(84)	(51)	(56)	(35)	(7)	=	(233)
Transferências entre classes	2	208	18	7	7	(242)	-
Transferências - Outros ativos	(16)	6	-	(5)	(3)	(76)	(94)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.699	776	1.806	1.074	39	1.427	6.821
Custo	2.331	1.323	2.216	1.287	59	1.427	8.643
Depreciação acumulada	(632)	(547)	(410)	(213)	(20)	-	(1.822)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.889	568	741	507	29	2.145	5.879
Adições	-	-	-	-	-	512	512
Capitalização de gastos (1)	-	-	-	-	-	6	6
Baixas	-	(10)	-	-	-	(15)	(25)
Depreciação	(86)	(44)	(46)	(29)	(4)	-	(209)
Transferências entre classes	1	99	1.152	630	10	(1.892)	-
Transferências - Outros ativos	(6)	-	-	-	8	(5)	(3)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.798	613	1.847	1.108	43	751	6.160
Custo	2.340	1.107	2.202	1.293	59	751	7.752
Depreciação acumulada	(542)	(494)	(355)	(185)	(16)	-	(1.592)

<sup>(</sup>¹) Capitalização de gastos com pessoal alocado à construção; encargos financeiros de empréstimos e financiamento; adição (reversão) de provisão para desmantelamento de ativos e unidades de negócios; bem como respectivas obrigações ambientais



### 16.1 Política contábil e julgamentos críticos

#### a) Política contábil

Os ativos imobilizados estão demonstrados pelos custos de aquisição ou custos de construção, que compreendem também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação (incluindo encargos financeiros), bem como, quando aplicável, a estimativa dos custos com desmontagem do imobilizado e de restauração do local onde o ativo está localizado, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos - (*impairment*).

Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear, com base na vida útil estimada, a partir da data em que os ativos se encontram disponíveis para serem utilizados no uso pretendido e são capitalizados.

#### b) Estimativas e julgamentos críticos

A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, as quais são praticadas pelas empresas do setor elétrico brasileiro e representam as vidas úteis estimadas dos bens. Os investimentos iniciais nos ativos de geração cujas usinas possuem concessão do serviço público são depreciados com base nas vidas úteis definidas pela Aneel, limitadas ao prazo da concessão das usinas. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar com base na atualização tecnológica dos ativos de cada unidade geradora. As vidas úteis dos ativos imobilizados também afetam os testes de recuperação (*impairment*) destes ativos, quando aplicáveis.



#### 17. INTANGÍVEL

As variações do intangível, por natureza, estão demonstradas como segue:

					Consolidado
	Concessão	Software	Outros	Ativos em Construção	Total
Taxa de amortização a.a.	2,86% - 3,96%	5% – 20%	4,74% - 10%	-	
Saldo em 31 de dezembro de 2019	9.285	6	69	6	9.366
Adições	=	25	=	4	29
Baixas	(61)	-	-	-	(61)
Amortização	(1.367)	(8)	(5)	-	(1.380)
Transferências entre intangíveis	-	6	(3)	(3)	-
Transferências – Ativo financeiro (1)	(27)	-	-	-	(27)
Transferências – Ativo contratual (2)	1.546	-	-	-	1.546
Transferências – Outros ativos	(10)	(23)	23	(2)	(12)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	9.366	6	84	5	9.461
Custo	25.521	18	101	5	25.645
Amortização acumulada	(14.311)	(12)	(17)	-	(14.340)
Obrigações especiais	(1.844)	-	-	-	(1.844)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	9.212	44	68	6	9.330
Adições	4		_	25	29
Baixas	(66)	-	-	-	(66)
Amortização	(1.233)	(2)	(3)	=	(1.238)
Transferências – intangíveis	-	3	28	(31)	-
Transferências – Ativo financeiro (1)	(13)	-	-	` -	(13)
Transferências – Ativo contratual (2)	1.313	-	-	-	1.313
Transferências – Outros ativos	68	(39)	(24)	6	11
Saldo em 31 de dezembro de 2019	9.285	6	69	6	9.366
Custo	24.167	10	81	6	24.264
Amortização acumulada	(12.944)	(4)	(12)	-	(12.960)
Obrigações especiais	(1.938)	-	` <del>'</del>	-	`(1.938)

<sup>(1)</sup> Referem-se ao direito contratual das distribuidoras de energia de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção ou melhoria do sistema de distribuição de energia elétrica, quando da entrada em operação dos respectivos ativos. Quando da conclusão da construção da infraestrutura, tais ativos passarão a ser classificados como Ativo financeiro indenizável ou como Ativo Intangível, conforme a forma de remuneração.

Em 9 de setembro de 2020 foi publicada a Lei nº 14.052 que estabelece novas condições para repactuação do risco hidrológico assumido pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) nos últimos anos. O objetivo é compensar as usinas hidrelétricas por tais riscos cujos efeitos estão relacionados à antecipação da garantia física dos empreendimentos de geração denominados estruturantes, bem como do atraso na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração de energia desses empreendimentos, além da geração térmica fora da ordem de mérito. Essa Lei foi regulamentada pela ANEEL através da Resolução Normativa nº 895 de 1º de dezembro de 2020, que estabeleceu a metodologia de cálculo das compensações a serem pagas aos geradores hidrelétricos participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), considerando a geração potencial de energia elétrica dos empreendimentos estruturantes, caso não houvesse restrição ao escoamento da energia, e o preço da energia no mercado de curto prazo no momento da restrição.

<sup>(2)</sup> Referem-se a direitos contratuais classificados como ativo contratual até a conclusão da obrigação de desempenho estabelecida no contrato de concessão.



(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

A compensação aos geradores hidroelétricos ocorrerá por meio da extensão do prazo de concessão das outorgas de geração, que deve ser homologada pela ANEEL e reconhecida contabilmente como um intangível em contrapartida a recuperação de custos com energia elétrica. A Companhia está aguardando a apuração final dos valores envolvidos para consequentemente proceder ao reconhecimento contábil.

#### 17.1 Política contábil

Os ativos intangíveis estão demonstrados pelos custos de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos - (*impairment*).

Os bens e instalações vinculados ao direito de uso da concessão de serviços públicos possuem taxa de amortização que representam sua vida útil-econômica, limitada ao prazo de vencimento da concessão.

## 18. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A EMPREITEIROS

	Consol	
	2020	2019
Energia elétrica	1.937	1.634
Encargos de uso da rede	519	203
Materiais e serviços	1.846	1.229
Energia livre	126	119
Total	4.428	3.185
Circulante	4.300	3.049
Não circulante	128	136

Em 2020, a Companhia negociou com alguns fornecedores a alteração do prazo de vencimento para as novas compras de 45 para 102 dias. Para essas novas compras, houve também alteração nos preços, indicando um custo financeiro médio de aproximadamente 3,01% a.a.

Nessas circunstâncias, alguns fornecedores decidiram descontar seus recebíveis com instituições financeiras antes do vencimento original do título, sem que houvesse qualquer obrigação ou coobrigação da Companhia. Eventuais operações entre os fornecedores e as instituições financeiras, não alteram os prazos, preços e condições anteriormente estabelecidos com os fornecedores, e, portanto, os saldos continuam a ser classificados como Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros no Balanço Patrimonial e os fluxos de caixa associados são incluídos nos fluxos de caixa da atividade operacional.

Em 31 de dezembro de 2020, o valor presente dessas operações totalizou R\$ 557. Os juros incorridos são reconhecidos como despesa financeira no resultado do exercício ou como custo de construção do ativo imobilizado ou ativo intangível.



### 19. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

## 19.1 Dívida líquida

A Companhia avalia a dívida líquida com o objetivo de assegurar a continuidade dos seus negócios no longo prazo, sendo capaz de gerar valor aos seus acionistas, através do pagamento de dividendos e ganho de capital. A dívida líquida é composta como seque:

	Consolidado		Controladora	
	2020	2019	2020	2019
Empréstimos e financiamentos bancários	6.839	6.017	-	-
Agências de fomento	9.069	6.718	772	-
Mercado de capitais (debêntures)	10.472	9.929	1.356	1.286
Empréstimos e financiamentos (1)	26.380	22.664	2.128	1.286
(+) Instrumentos financeiros derivativos (nota 19.3)	(2.583)	(1.318)	94	-
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 11)	(5.060)	(4.041)	(367)	(999)
(-) Títulos e valores mobiliários	(210)	(171)	=	-
Dívida líquida	18.527	17.134	1.855	287

<sup>(1)</sup> No balanço patrimonial a Companhia apresenta os empréstimos e financiamentos líquidos dos depósitos em garantias vinculados às dívidas. Esta apresentação melhor representa essas transações em razão da única forma de realização desses fundos exclusivos serem para amortização dessas dívidas.

#### 19.2 Empréstimos e financiamentos

As dívidas da Companhia são compostas por recursos captados, principalmente, através de empréstimos bancários, agências de fomento e mercado de capitais (debêntures), principalmente denominadas em Real brasileiro ("R\$") e Dólar norte-americano ("US\$"). As dívidas são inicialmente registradas pelo valor justo, que normalmente reflete o valor recebido, líquido dos custos de transação (custos diretos de emissão) e dos eventuais pagamentos. Subsequentemente, as dívidas são reconhecidas pelo: i) custo amortizado; ou ii) valor justo por meio do resultado.

A Companhia contratou derivativos para proteger a exposição às variações dos fluxos de caixa das dívidas denominadas em moeda estrangeira da Companhia, consequentemente mitigando substancialmente o risco de exposição cambial.



# a) Saldos dos contratos por moeda e modalidade de taxa de juros

	C	onsolidado	Controladora	
	2020	2019	2020	2019
Denominados em R\$	18.511	15.945	1.399	1.333
Indexados a taxas flutuantes	18.011	15.305	1.399	1.333
Indexados a taxas fixas	500	640	-	-
Denominados em US\$	6.902	6.262	772	-
Indexados a taxas flutuantes	1.542	2.514		-
Indexados a taxas fixas	5.360	3.748	772	-
Denominados em outras moedas	1.209	720	-	-
Indexados a taxas fixas	1.209	720	-	-
	26.622	22.927	2.171	1.333
(-) Depósitos em garantia	(102)	(131)	-	-
(-) Custo de transação	(140)	(132)	(43)	(47)
	26.380	22.664	2.128	1.286
Passivo circulante	3.936	3.706	29	20
Passivo não circulante	22.444	18.958	2.099	1.266

Em 31 de dezembro de 2020, o custo médio percentual das dívidas são os seguintes:

		Controladora		
	2020	2019	2020	2019
Custo médio em % CDI (2)	172,4%	108,9%	332,0%	125,2%
Custo médio em taxa pré	4,7%	6,4%	9,0%	7,3%
Saldo da dívida	26.380	22.664	2.128	1.286
Instrumentos financeiros derivativos	(2.583)	(1.318)	94	=
Dívida total líquida de derivativos	23.797	21.346	2.292	1.286

<sup>(2)</sup> A taxa considera o saldo médio da dívida de 13 meses e o resultado da dívida acumulado e o CDI médio dos últimos 12 meses.

# b) Fluxo de pagamento futuros de dívida

Os fluxos de pagamentos futuros da dívida de principal e juros são os seguintes:

2022     4.516     993     (578)       2023     4.038     918     (98)	dado
2022     4.516     993     (578)       2023     4.038     918     (98)	Total
2023 4.038 918 (98)	3.957
	1.931
4.704 (60) (505)	1.858
2024 4.781 682 (535)	1.928
2025 3.605 473 (527)	3.551
Entre 2026 e 2030 5.306 1.213 (383)	6.136
Entre 2031 e 2035 1.765 491 (228)	2.028
2036 em diante 1.065 276 -	1.341
<u> 28.824</u> <u> 6.020</u> <u> (3.114)</u> <u> 3</u>	1.730



Controladora Instrumentos Principal<sup>3</sup> Juros<sup>3</sup> derivativos Total 2021 70 70 73 54 126 2022 74 45 236 2023 117 2024 123 74 41 238 2025 128 73 34 236 Entre 2026 e 2030 1.815 257 42 2.114 Entre 2031 e 2035 808 45 (228)624 2.991 666 (12) 3.644

## c) Reconciliação da dívida com os fluxos de caixa e outras movimentações

	Consolidado		Controladora	
	2020	2019	2020	2019
Saldo inicial do exercício	22.663	21.056	1.287	708
Efeito no fluxo caixa:				
Captações	5.764	6.558	836	1.294
Amortização de principal	(4.816)	(5.346)	-	(693)
Custo de captação	(39)	(76)	-	(49)
Pagamento de encargo de dívida	(935)	(1.186)	(49)	(38)
Aplicação (resgate) depósitos em garantia	30	(26)	-	-
Efeito não caixa:				
Encargos incorridos	1.341	1.406	122	64
Variação cambial	2.355	263	(68)	2
Transferências	-	(16)	-	-
Marcação a valor justo	17	31	-	(2)
Saldo final do exercício	26.380	22.664	2.128	1.286

No período de doze meses findos em 30 de dezembro de 2020, o Grupo captou R\$ 5.764 milhões, sendo: (i) R\$ 2.866 milhões através de empréstimos bancários e financiamentos em moeda estrangeira, contratando também os swaps cambiais; (ii) R\$ 560 milhões através de emissão de debêntures; e (iii) R\$ 1.838 milhões através de financiamentos com bancos de fomento nacionais, dentre eles BNDES e BNB; e (iv) R\$ 500 milhões através de Cédulas de Crédito Bancário (CCB).

### d) Linhas de crédito

				Consolidado
Tipo	Moeda	Data limite de captação	Montante total	Montante utilizado
Linhas de financiamento	R\$	15/09/2023	9.310	2.647
Linhas de financiamento	€	03/12/2022	1.592	836
Linhas de financiamento	USD	26/01/2021	500	-
			11.402	3.483

<sup>(3)</sup> O fluxo estimado de pagamentos futuros, incluindo principal e juros é calculado com base nas curvas de taxas de juros (taxas Pré e Pós) e taxas de câmbio em vigor em 31 de dezembro de 2020 e considerando que todas as amortizações e pagamentos no vencimento dos empréstimos e financiamentos serão efetuados nas datas contratadas. O montante inclui valores estimados de pagamentos futuros de encargos a incorrer (ainda não provisionados) e os encargos incorridos, já reconhecidos nas demonstrações financeiras.



### e) Condições restritivas financeiras (Covenants)

Alguns contratos de dívida da Companhia contêm cláusulas de *covenants*. Os principais *covenants* da Companhia obrigam a manter certos índices, como a dívida sobre o EBITDA (LAJIDA – Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) e EBITDA sobe o resultado financeiro. Abaixo seguem os principais parâmetros:

### Consolidado Neoenergia:

- (i) Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 4;
- (ii) EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 1,5 ou 2.

#### Controladas:

- (i) Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual 3 ou 4;
- (ii) EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2;
- (iii) ISCD maior ou igual a 1,2 ou 1,3.

A Companhia não identificou nenhum evento de não conformidade em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

#### f) Política contábil

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

Os juros dos instrumentos financeiros passivos são capitalizados como parte do imobilizado ou intangível se esses custos forem diretamente relacionados a um ativo qualificado. A capitalização ocorre até que o ativo qualificado esteja pronto para seu uso pretendido. Os juros de empréstimos não capitalizados são reconhecidos no resultado no período que foram incorridos

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a taxa média de capitalização dos juros (encargos incorridos) é de 0,06% e 0,11%, respectivamente.

#### 19.3 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia está exposta a uma série de riscos decorrentes de suas operações, incluindo riscos relacionados às taxas cambiais, taxas de juros e índices de preços. Como parte de sua estratégia de gestão de riscos a Companhia utiliza swaps, contratos a termo, opções e outros derivativos com o objetivo de proteção econômica e financeira. As considerações gerais da estratégia de gestão de risco estão expostas na nota 25.7.



# a) Ativo (passivo) dos derivativos no balanço patrimonial

	Consolidado		Controladora	
	2020	2019	2020	2019
Contratados para proteção de dívidas:				
Risco de câmbio (NDF, Opções e outros derivativos)	(3)	-	(4)	-
Swap de moeda – US\$ vs R\$	2.027	1.133	(85)	-
Swap de moeda – Outras moedas vs R\$	321	21	` -	-
Swap de taxas de juros – R\$	201	184	-	-
Contratados para proteção de outras operações:				
Risco de câmbio – Produtos e serviços	49	(20)	7	-
Risco de preço das próprias ações (NEOE3)	(12)	•	(12)	-
Exposição líquida	2.583	1.318	(94)	-
Ativo circulante	722	509	12	_
Ativo não circulante	1.998	861	-	-
Passivo circulante	(14)	(47)	(3)	-
Passivo não circulante	(123)	`(5)	(103)	-

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos contratados para fins de proteção, designados para contabilidade de hedge ("hedge accounting"), conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado		Controladora	
	2020	2019	2020	2019
Derivativos não designados para contabilidade de hedge				
Contratados para proteção de dívidas	70	84	-	-
Contratados para proteção do preço das próprias ações (NEOE3)	(12)	-	(12)	-
Derivativos designados para contabilidade de hedge - fluxo de caixa				
Contratados para proteção de dívidas	1.560	351	(89)	-
Contratados para proteção de outras operações	49	(20)	7	-
Derivativos designados para contabilidade de hedge - valor justo		, ,		
Contratados para proteção de dívidas	916	903	-	-
	2.583	1.318	(94)	-

# b) Efeitos dos derivativos no resultado, fluxo de caixa e outros resultados abrangentes

					Con	solidado
		2020			2019	
	Proteção	Proteção		Proteção	Proteção	_
	de	de outras		de	de outras	
	dívidas	operações	Total	dívidas	operações	Total
Saldo inicial	1.340	(22)	1.318	1.100	26	1.126
Ganho (perda) reconhecido no resultado	2.544	309	2.853	248	33	281
Ganho (perda) reconhecido no Capex	-	1	1	-	(1)	(1)
Ganho (perda) reconhecido no ORA	99	70	169	72	(50)	22
Liquidação financeira entradas (saídas)	(1.437)	(321)	(1.758)	(80)	(30)	(110)
Saldo final	2.546	37	2.583	1.340	(22)	1.318
Ganho (perda) reconhecido no resultado						
Custos de operação	-	315	315	-	28	28
Resultado financeiro, líquido	2.544	(6)	2.538	248	6	257



(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

						Controladora
		2020			2019	
	Proteção	Proteção		Proteção	Proteção	
	de	de outras		de	de outras	
	dívidas	operações	Total	dívidas	operações	Total
Saldo inicial	-	-	-	27	-	27
Ganho (perda) reconhecido no resultado	(68)	(12)	(80)	1	-	1
Ganho (perda) reconhecido no Capex	-	-	-	-	-	-
Ganho (perda) reconhecido no ORA	(20)	6	(14)	-	=	=
Liquidação financeira entradas (saídas)				(28)		(28)
Saldo final	(88)	(6)	(94)		-	<u> </u>
Ganho (perda) reconhecido no						
resultado						
Custos de operação	-	-	-	-	-	-
Resultado financeiro, líquido	(68)	(12)	(80)	1	-	1

## c) Política contábil e julgamentos críticos

#### a) Política contábil

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos como ativos ou passivos no balanço patrimonial e mensurados a valor justo. Mudanças no valor justo dos derivativos são registradas no resultado, exceto se forem designados como *hedge accounting* e derivativos utilizados para compra/venda de participação de acionistas não controladores. As transações de derivativos que não são qualificados como *hedge accounting* são classificados e apresentados como hedge econômico, já que a Companhia utiliza instrumentos derivativos na gestão dos seus riscos financeiros como uma forma de mitigar esses riscos.

A Companhia documenta no início da operação de *hedge accounting*, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por hedge, com o objetivo da gestão de risco e a estratégia para a realização de operações de hedge. A Companhia documenta sua avaliação, tanto no início quanto de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de hedge são altamente eficazes.

As variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como hedge de fluxo de caixa têm seu componente eficaz reconhecido no patrimônio líquido e o componente ineficaz registrado no resultado do exercício. Os valores registrados no patrimônio líquido somente são transferidos para resultado do exercício em conta apropriada (custo, despesa operacional ou despesa financeira), quando o item protegido for efetivamente realizado. Os custos do instrumento de hedge são reconhecidos dentro do patrimônio líquido.

As variações no valor justos dos instrumentos derivativos utilizados para compra/ venda de participação de acionistas não controladores são reconhecidos no patrimônio líquido como reservas de transações com o sócio. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia possui uma obrigação de compra participação—PREVI referente a participação societária adicional em ativos pertencentes ao segmento de redes (veja nota 21).

### b) Estimativas e julgamentos críticos

O valor justo de instrumentos financeiros derivativos não negociados em mercado ativo é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher os diversos métodos. Premissas são baseadas nas condições de mercado existentes na data do balanço.



Consolidado

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

As premissas de avaliação dos derivativos e análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada nas notas 25.3 e 25.8, respectivamente.

### 20. PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	•	110011aaa
	2020	2019
Provisão para processos judiciais (nota 20.1.a)	1.189	1.067
Provisão para obrigações ambientais	115	110
Provisão para obrigações para desmantelamento de ativos	40	69
Provisão para ressarcimento	83	46
	1.427	1.292
Passivo circulante	221	188
Passivo não circulante	1.206	1.104

### 20.1 Provisões para processos judiciais, passivos contingentes e depósitos judiciais

#### a) Provisão para processos judiciais

A Companhia é parte envolvida em ações cíveis, trabalhistas, tributárias e outras em andamento na esfera administrativa e judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas ações são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparadas pela opinião de consultores legais. Os processos judiciais provisionados estão apresentados a seguir:

					Consolidado
	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais	Regulatórias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	514	403	137	13	1.067
Adições e reversões, líquidas	149	31	13	(2)	191
Pagamentos	(162)	(78)	(7)	(1)	(248)
Atualizações monetárias	122	49	16	2	189
Transferências	=	-	(10)	=	(10)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	623	405	149	12	1.189
Saldo em 31 de dezembro de 2018	415	360	131	10	916
Adições e reversões, líquidas	157	51	2	3	213
Pagamentos	(169)	(58)	(1)	(1)	(229)
Atualizações monetárias	111	50	5	1	167
Saldo em 31 de dezembro de 2019	514	403	137	13	1.067

Dentre os processos relevantes cujo risco de perda é considerado provável destacamos:

(i) Processos cíveis: Do total de R\$ 623 (R\$ 514 em 31 de dezembro de 2019) provisionados, destacase:

 Ações cíveis onde são requeridas indenizações por danos moral e materiais entre outros, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$ 159 (R\$ 144 em 31 de dezembro de 2019).

(ii) Processos trabalhistas: Do total de R\$ 405 (R\$ 403 em 31 de dezembro de 2019) provisionados, destaca-se:

 Ação coletiva ajuizada pelo Sindicato dos Eletricitários do Rio Grande do Norte, para a implantação do Plano de Cargos Carreiras e Salário, pleiteando, assim, as promoções por



merecimento e antiguidade com todas as consequências legais. Foi proferida decisão judicial procedente em parte e o processo está na fase de liquidação de sentença. O valor provisionado no montante de R\$ 80 (R\$ 75 em 31 de dezembro de 2019), corresponde a estimativa provável de recursos para liquidar esta discussão.

(iii) Processos fiscais: Do total de R\$ 149 (R\$ 137 em 31 de dezembro de 2019) provisionados, destacam-se:

- Execução fiscal decorrente de auto de infração relativo a crédito de ICMS supostamente indevido no período compreendido entre janeiro de 2004 a novembro de 2007, que se encontra pendente de decisão nos Tribunais Superiores. O valor provisionado é de R\$ 15 (Ação recebida em 2020); e
- Mandado de Segurança contra a Elektro visando à não incidência de PIS/COFINS sobre receitas decorrentes de Juros sobre o Capital Próprio que, após decisões desfavoráveis, transitou em julgado em 2019. O montante provisionado é de R\$ 38 (R\$ 39 em 31 de dezembro de 2019).

#### b) Passivos contingentes

Os passivos contingentes correspondem a processos judiciais não provisionados, uma vez que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, baseado nos pareceres jurídicos. Os passivos contingentes são apresentados a seguir:

		Consolidado
	2020	2019
Processos fiscais (i)	2.643	2.277
Processos cíveis (ii)	2.241	1.766
Processos trabalhistas (iii)	645	673
Processos regulatórios (iv)	202	221
	5.731	4.937

Os processos relevantes cuja probabilidade de perda é considerada possível são conforme segue:

- (i) <u>Processos fiscais:</u> Referem-se às ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal referente a diversos tributos, tais como ICMS, ISS, CPMF, IPTU, PIS/COFINS, entre outros, cujos destaques passamos a tratar a seguir
  - Autos de infração relativos a Crédito de ICMS cuja escrituração no "Controle de Crédito do ICMS do Ativo Permanente" (CIAP) se deu supostamente em desacordo com regras revistas na legislação tributária, estimados em R\$ 342 (R\$ 285 em 31 de dezembro de 2019);
  - Autos de infração relativos a Crédito de ICMS sobre bens destinados ao ativo imobilizado da Companhia e sobre combustíveis utilizados na frota operacional, estimados em R\$ 278 (R\$ 255 em 31 de dezembro de 2019);
  - Autos de infração relativos a estornos de débitos de ICMS (Convênio 30) relativos à refaturamento de contas de energia elétrica, estimados em R\$ 129 (R\$ 102 em 31 de dezembro de 2019);



- Autos de infração por suposta utilização do ICMS nas aquisições de ativo fixo, de fornecedores microempresa, créditos em duplicidade e nas aquisições de compras com entrega futura, estimados em R\$ 279 (R\$ 13 em 31 de dezembro de 2019);
- Autos de infração relativos a contribuições sociais (INSS) sobre valores pagos a título de PLR, previdência privada, assistência médica, Programa de Alimentação do Trabalhador -PAT bem como valores pagos a título de cessão de mão-de-obra, estimados em R\$ 92 (R\$ 93 em 31 de dezembro de 2019).

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC.

- (ii) <u>Processos cíveis</u>: Referem-se a ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e pessoas jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais, danos morais, entre outros, cujos destaques passamos a tratar a seguir:
  - Ação proposta pelo Ministério Público Federal em 2017 questionando a cobrança de seguro residencial pela Elektro e oferecido aos seus consumidores juntamente com a fatura de energia elétrica. Em 2020 o juízo de 1ª instância entendeu pela ilegitimidade da ANEEL e da União para integrar a lide e declarou, a incompetência absoluta da Justiça Federal para julgar o feito. Desse modo, determinou a remessa dos autos para a Justiça Estadual para processamento da ação. A Elektro interpôs embargos declaratórios de tal decisão visando obter também a declaração da ilegitimidade ativa do MPF para o ajuizamento da ação (único autor da demanda), o que ensejaria a extinção do feito. O montante estimado da demanda é de R\$ 177 (R\$ 116 em 31 de dezembro de 2019).
  - Mandado de segurança visando reconhecer a ilegalidade do ato que anulou o Despacho SFF/ANEEL nº 2517 de 26 de agosto de 2010 que prevê um saldamento da energia livre entre geradores e as distribuidoras de energia elétrica, no montante estimado de R\$ 81 (R\$ 72 em 31 de dezembro de 2019).
  - Ação Ordinária para anular a Resolução Normativa da ANEEL nº 387, de 15/12/2009 e o Despacho SFF/ANEEL nº 2.517 de 26/08/2010, que prevê um saldamento da energia livre entre geradores e as distribuidoras de energia elétrica. Valores estimados em R\$ 58 (R\$ 52 em 31 de dezembro de 2019).
  - Ação indenizatória movida pela Jaguaripe Agro Industrial S/A, contra Coelba em razão de corte de energia elétrica nas suas instalações sem aviso prévio, no montante estimado de R\$ 53 (R\$ 46 em 31 de dezembro de 2019).
  - Ações de indenização movidas por terceiros em razão de acidentes (Eletroplessão) com a rede elétrica na Celpe. Não observância da população/consumidor das normas e distâncias de segurança, bem como rompimento de fios, por fenômenos naturais ou falhas técnicas, com o valor estimado de R\$ 62 (R\$ 68 em 31 de dezembro de 2019).
  - Ações de indenização por danos morais e materiais na Celpe, em fase de instrução, com valor estimado de R\$ 105.
  - A Itapebi está no polo passivo de diversas ações cíveis referente a ações indenizatórias movidas por moradores de Salto da Divisa que alegam danos em seus imóveis após implantação da UHE Itapebi, com um total estimado de R\$ 192 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 170 em 31 de dezembro de 2019).



Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC, acrescido de juros de 1% a.m.

- (iii) Processos trabalhistas: Referem-se a ações movidas por empregados e ex-empregados contra as controladas, envolvendo a cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação / reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários e outras, e, ações movidas por ex-empregados de empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras. Os valores foram atualizados pela variação da taxa Referencial (TR), índice de atualização dos processos trabalhistas acrescido de juros de 1% a.m.
- (iv) <u>Processos regulatórios</u>: As ações regulatórias das distribuidoras do Grupo, dentre as quais os objetos são relacionados aos procedimentos para o cálculo dos indicadores de continuidade técnica do serviço, individual e coletivo, questões comerciais, a realização das compensações financeiras correspondentes e da recuperação dos indicadores globais, questões relacionadas à arrecadação ou legalidade de elementos ou rubricas tarifárias e questões relativas à legalidade das ações administrativas impetradas pela ANEEL.

#### c) Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas e estão correlacionados a processos provisionados ou não provisionados

		Consolidado
	2020	2019
Processos cíveis	391	298
Processos trabalhistas	369	379
Processos fiscais	237	231
Processos regulatórios	11	12
•	1.008	920

#### d) Política contábil e julgamentos críticos

#### (i) Política contábil

As provisões são reconhecidas quando: (i) a companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos. Passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável.

#### (ii) Estimativas e julgamentos críticos

Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros.



Camaalidada

Concolidado

#### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

#### 21. OUTROS PASSIVOS

	Consolidado
2020	2019
666	570
209	209
162	152
66	61
67	60
264	210
1.434	1.262
	666 209 162 66 67 264

<sup>(1)</sup> Garantia constituída em espécie para assegurar o cumprimento dos contratos, tanto no que diz respeito a suas cláusulas operacionais, como na obrigatoriedade do pagamento dos encargos dos empregados das empresas fornecedoras de serviços.

#### 22. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Como parte de sua estratégia de remuneração a Companhia concede a seus empregados benefícios de curto e longo prazo, além dos salários, férias e outros benefícios legais, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios.

Os benefícios de curto prazo compreendem: (i) programa de participação nos resultados; (ii) planos de assistência médica e odontológica; e (iii) outros benefícios usuais de mercado.

Os benefícios de longo prazo – pós emprego compreendem: (i) plano de previdência complementar ("Plano de pensão – Benefício definido"); (ii) plano de previdência complementar ('Plano de pensão – Contribuição definida') e (iii) Plano de saúde pós emprego.

Demonstramos a seguir os valores reconhecidos no balanço patrimonial:

	iisoiiuauo
2020	2019
409	280
115	98
975	759
1.499	1.137
(35)	(33)
525	379
1.009	791
	2020 409 115 975 1.499 (35) 525

<sup>(1)</sup> A apresentação do saldo de benefício pós-emprego encontra-se alocada na rubrica de Outros ativos não circulante.

#### 22.1 Benefícios de longo prazo - Pós Emprego

A Companhia contribui, como patrocinadora, para planos de aposentadoria que fornecem aos seus colaboradores benefícios em eventos de aposentadoria, morte e invalidez. A Companhia possui planos no formato de benefício definido e contribuição definida. Os planos de benefício definido foram fechados para novas adesões, em razão de expor a Companhia ao risco de desequilibro atuarial em caso de situação deficitária do plano, de forma que a Companhia teria que efetuar desembolsos extraordinários

<sup>(2)</sup> O Acordo de Acionistas da Companhia prevê que em março de 2021 a Companhia envie a Previ uma proposta firme para aquisição de suas participações societárias minoritárias na Coelba, Cosern e Afluente T.



a fim de assegurar a concessão dos benefícios aos colaboradores e ex-colaboradores participantes dos planos (ativos e assistidos). Atualmente há apenas um plano de benefício definido aberto para novas adesões.

Já para os planos de contribuição definida a Companhia não incorre no risco de desequilíbrio atuarial, dado que o valor é permanentemente ajustado de acordo com os recursos mantidos em favor do participante (modelo de poupança individual). Atualmente há apenas um plano de contribuição definida aberto para novas adesões.

Em dezembro de 2018 e fevereiro de 2020, a Companhia contratou junto à seguradora a cobertura dos riscos atuariais relacionados aos benefícios de invalidez ou morte dos empregados alocados nas operações de distribuição de energia elétrica. A apólice de seguro cobre a totalidade dos riscos relacionados à recomposição da reserva matemática e será constantemente renovada anualmente nos períodos subsequentes, de acordo com a política de gestão de riscos atuariais da Companhia. A contratação desta apólice eximiu a Companhia da responsabilidade de liquidação das obrigações atuariais desses benefícios, resultando na reversão do passivo e no respectivo reconhecimento de um ganho de R\$24 no resultado de 2020. Vale ressaltar que os impactos no resultado da Companhia, advindos da contratação da apólice de seguros se deram de forma única ('one-off'), ou seja, não serão recorrentes em períodos subsequentes.

A gestão do plano de benefício é realizada por gestores externos a administração da Companhia ("Curadores"). Os curadores dos planos são responsáveis pela governança e possuem a obrigação legal de agir exclusivamente no melhor interesse dos beneficiários do plano. Os curadores têm as seguintes funções: (i) administração dos planos e pagamento aos beneficiários dos ativos do plano, quando exigido de acordo com as regras do plano; (ii) gestão e investimento dos ativos do plano; e (iii) conformidade com outros regulamentos, quando aplicável. Os Curadores dos planos da Companhia são entidades fechadas de previdência complementar ou seguridade social, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira.

Abaixo segue a relação dos Curadores e outras informações dos planos:

			Consolidado
		Posição	em 31/12/2020
Quantidade de beneficiários ativos	Quantidade de beneficiários assistidos	Situação	Condição financeira
2	905	Fechado	Superavitário
=	294	Fechado	Superavitário
83	3.359	Fechado	Deficitário
3.069	2.179	Aberto	Deficitário
3.154	6.737		
4.040	1.940	Fechado	N/A
781	253	Fechado	N/A
2.321	180	Fechado	N/A
1.010	<u> </u>	Aberto	N/A
8.152	2.373		
11.306	9.110		
	beneficiários ativos  2	beneficiários ativos         beneficiários assistidos           2         905           -         294           83         3.359           3.069         2.179           3.154         6.737           4.040         1.940           781         253           2.321         180           1.010         -           8.152         2.373	Quantidade de beneficiários ativos         Quantidade de beneficiários assistidos         Situação           2         905         Fechado           -         294         Fechado           83         3.359         Fechado           3.069         2.179         Aberto           3.154         6.737         Fechado           4.040         1.940         Fechado           781         253         Fechado           2.321         180         Fechado           1.010         -         Aberto           8.152         2.373         Aberto

<sup>(1)</sup> Em junho de 2020, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar ('PREVIC') autorizou a incorporação da



(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

Fundação COELBA de Previdência Complementar ('FAELBA'), Fundação CELPE de Seguridade Social ('CELPOS') e Fundação COSERN de Previdência Complementar ('FASERN') pela NÉOS Previdência Complementar ('NÉOS') e a partir de outubro de 2020 ocorreu a efetiva incorporação à NÉOS dos bens, direitos e obrigações dos recursos dos planos de benefícios definidos e contribuições definidas geridos por essas entidades.

(2) O plano possui uma submassa estruturada na modalidade de contribuição definida, na qual a Companhia não incorre no risco de desequilíbrio atuarial, dado que o valor é permanentemente ajustado de acordo com os recursos mantidos em favor do participante (modelo de poupança individual).

Para o plano de Saúde Pós-Emprego, a Companhia mantém um seguro coletivo empresarial para cobertura de despesas de assistência médico-hospitalar e de assistência odontológica para os empregados ativos, aposentados, pensionistas e seus dependentes legais. Por serem planos de assistência médica não capitalizados, têm natureza deficitária. Este plano não permite a adesão de novos participantes. Em 31 de dezembro de 2020, o plano possuí 7.112 beneficiários (beneficiários ativos – 1.038 e beneficiários assistidos – 6.074).

#### a) Movimentação dos ativos e passivos dos planos

#### (i) Benefício definido e saúde pós emprego

					Consolidado
	Benefício definido				Saúde
		Valor	Efeito	Ativo	Ativo
	Obrigações	justo	do	(passivos)	(passivos)
	atuariais	dos ativos	teto	líquido	líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(2.735)	2.964	(377)	(148)	(762)
Custo do serviço	(6)	-	-	(6)	(1)
Efeitos dos juros	(247)	271	(35)	(11)	(70)
Contribuições pagas pelos participantes	(5)	5	-	-	-
Contribuições pagas pelo patrocinador	-	46	-	46	47
Benefícios pagos pelo plano	233	(233)	-	-	-
Efeitos de reduções/ liquidações	-	` -	-	-	-
Efeito de mudança nas premissas atuariais e limite do teto	(463)	-	146	(317)	95
Retorno sobre os ativos dos planos (excl. receita de juros)	-	302	_	303	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(3.223)	3.355	(266)	(134)	(691)
Custo do serviço	15	-		15	(1)
Efeitos dos juros	(240)	252	(20)	(8)	(52)
Contribuições pagas pelos participantes	(5)	5	` -	-	` -
Contribuições pagas pelo patrocinador	-	44	_	44	43
Benefícios pagos pelo plano	231	(231)	_	-	-
Efeitos de reduções/ liquidações	-	` -	_	-	-
Efeito de mudança nas premissas atuariais e limite do teto	(284)	-	34	(250)	(119)
Retorno sobre os ativos dos planos (excl. receita de juros)	-	64	_	` 64	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(3.506)	3.489	(252)	(269)	(820)
Planos superavitários	(471)	757	(252)	34	-
Planos deficitários	(3.035)	2.732	· ,	(303)	(820)

Em 2020, a Companhia apurou uma perda atuarial pelo ajuste de experiência R\$ 317 no plano PSAP/ Elektro, ocasionada substancialmente pelo reajuste de 22% nos benefícios dos participantes assistidos que utiliza como base a variação do IGP-DI. A Companhia também apurou uma perda atuarial pelo ajuste de experiência R\$ 134 no plano de saúde pós-emprego, originado substancialmente pelos seguintes fatores: (a) reajuste da tabela de custeio do plano em 11%, e (b) movimentação da massa de participantes do plano.

.



(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

Os ativos (passivos) líquidos, por plano de benefício definido, está apresentado como segue

	<u> </u>		A4: (n	Consolidado
-			Ativos (pass	ivos), líquidos
	Néos – Plano	Néos - Plano	Néos - Plano	PSAP/
	ВА	RN	PE	Elektro
Saldo em 31 de dezembro de 2018	24	7	(179)	-
Custo do serviço	-	-	1	(7)
Efeitos dos juros	2	1	(14)	-
Contribuições pagas pelos participantes	-	-	-	-
Contribuições pagas pelo patrocinador	-	-	43	3
Efeito de mudança nas premissas atuariais e limite do teto	(46)	(25)	(151)	(95)
Retorno sobre os ativos dos planos (excluindo receitas de juros)	41	28	134	99
Saldo em 31 de dezembro de 2019	21	11	(166)	-
Custo do serviço	-	-	1	14
Efeitos dos juros	2	1	(11)	-
Contribuições pagas pelo patrocinador	-	-	41	3
Efeito de mudança nas premissas atuariais e limite do teto	17	4	(3)	(269)
Retorno sobre os ativos dos planos (excluindo receitas de juros)	(21)_	(2)	3	84
Saldo em 31 de dezembro de 2020	19	14	<b>(135</b> )	(168)



#### b) Valores reconhecidos no resultado do exercício

							Cons	olidado
				2020				2019
	Benefício definido	Saúde pós emprego	Contribuição definida	Total	Benefício definido	Saúde pós emprego	Contribuição definida	Total
Custo do serviço	15	(1)	(25)	(11)	(6)	(1)	(23)	(30)
Efeitos de reduções/ liquidações(	23	-	-	23	-	-	-	-
Despesa com juros de passivos	(240)	(52)	-	(292)	(247)	(70)	=	(317)
Receita com juros de ativos	232_			232	236			236
	30	(53)	(25)	(48)	(17)	(71)	(23)	(111)
Alocação dos custos do serviço: Resultado do exercício	15	(1)	(25)	(11)	(6)	(1)	(23)	(30)

#### c) Valores reconhecidos nos outros resultados abrangentes

						Consolidado
			2020			2019
	Benefício definido	Saúde pós emprego	Total	Benefício definido	Saúde pós emprego	Total
Saldo no início do exercício	53	(188)	(135)	65	(251)	(186)
Efeito de mudança nas premissas atuariais	(284)	(119)	(403)	(463)	95	(368)
Retorno sobre ativos do plano (exclui receita de juros)	64	-	64	302	=	302
Mudança de teto de ativo	34	-	34	146	-	146
Efeito bruto	(186)	(119)	(305)	(15)	95	80
Tributos sobre o lucro	63	41	104	5	(32)	(27)
Efeito líquido em outros resultados abrangente	(123)	(78)	(201)	(10)	63	53
Saldo no final do exercício	(70)	(266)	(337)	53	(188)	(133)



#### d) Valores reconhecidos no balanço patrimonial

			Consolidado
	2020		2019
Benefício definido	Saúde pós emprego	Benefício definido	Saúde pós emprego
(3.506)	(820)	(3.223)	(691)
3.489	-	3.355	-
(252)	-	(266)	-
(269)	(820)	(134)	(691)
34	-	32	-
(66)	(4)	(19)	(47)
(237)	(816)	(147)	(644)
	definido (3.506) 3.489 (252) (269) 34 (66)	Benefício definido         Saúde pós emprego           (3.506)         (820)           3.489         -           (252)         -           (269)         (820)	Benefício definido         Saúde pós emprego         Benefício definido           (3.506)         (820)         (3.223)           3.489         -         3.355           (252)         -         (266)           (269)         (820)         (134)           34         -         32           (66)         (4)         (19)

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o passivo atuarial da Companhia incluía um contrato de obrigação financeira para reequilíbrio atuarial do plano de benefício definido Néos – Plano PE, nos montantes de R\$60 e R\$76, respectivamente. Este contrato gera uma obrigação extraordinária para a Companhia, atualizado pelo INPC + 6% a.a., com vencimento dezembro de 2023.

#### e) Outras informações dos planos de benefício definido e saúde pós-emprego

#### (i) Ativos dos planos por categoria

					Co	nsolidado
			2020			2019
	Preços cotados em mercado ativo	Preços não cotados em mercado ativo	Valor justo total	Preços cotados em mercado ativo	Preços não cotados em mercado ativo	Valor justo total
Aplicação direta:						
Título de dívida – Governos/ Corporativa						
Ações/ Quotas	-	-	-	-	-	-
Investimentos imobiliários	-	84	84	-	80	80
Outros	1	90	91	-	85	85
Aplicação através de fundos:			-			
Fundo de investimento – Ações/ Quotas	349	1	350	326	1	327
Fundo de investimento – Multimercado	1.324	-	1.324	1.228	-	1.228
Fundo de investimento – Renda fixa	1.595	-	1.595	1.594	-	1.594
Fundo de investimento – Imobiliário	44	-	44	41	-	41
	3.345	175	3.489	3.189	166	3.355



#### (ii) Expectativa de pagamento futuros

As expectativas de pagamentos de benefícios que refletem serviços futuros pelo plano são as seguintes:

		Consolidado
	Benefício definido	Saúde pós emprego
2021	234	49
2022	232	49
2023	231	49
2024	228	49
2025	223	49
2026 a 2030	1.052	235
	2.200	480

Para fins de capitalização dos planos de benefícios definidos, a Companhia espera desembolsar R\$46 no exercício de 2021.

#### (iii) Análise de sensibilidade e hipóteses atuariais/ econômicas

Para a análise de sensibilidade, a Companhia considera o efeito de alteração na taxa nominal de desconto no valor presente da obrigação atuarial da Companhia, conforme apresentado abaixo:

				Consolidado	
		2020	2019		
	Benefício definido	Saúde pós emprego	Benefício definido	Saúde pós emprego	
Taxa nominal de desconto – Redução de 0,5%					
Valor presente da obrigação atuarial	1.688	867	1.342	729	
Impacto % no valor presente da obrigação atuarial	6,48%	5,60%	6,18%	5,36%	
Impacto no duration da obrigação atuarial	15,18	14,73	12,72	11,64	
Taxa nominal de desconto – Aumento de 0,5%					
Valor presente da obrigação atuarial	1.497	779	1.185	658	
Impacto % no valor presente da obrigação atuarial	-6,18%	-5,08%	-5,57%	-4,89%	
Impacto no duration da obrigação atuarial	14,00	13,63	11,72	10,84	

As hipóteses atuariais e econômicas adotadas foram formuladas considerando-se o longo prazo previsto para sua maturação, devendo, por isso, ser analisadas sob essa ótica. No curto prazo elas podem não ser necessariamente realizadas. Nas avaliações foram adotadas as seguintes hipóteses econômicas:

_				Consolidado
_		2020		2019
	Benefício definido	Saúde pós emprego	Benefício definido	Saúde pós emprego
Taxa média nominal de desconto	7,14%	6,98%	7,70%	7,79%
Taxa média nominal de crescimento do custo salarial	4,62%	N/A	5,11%	N/A
Taxa real de inflação dos custos médicos	N/A	3,25%	N/A	3,25%
Taxa média de inflação estimada no longo prazo	3,25%	3,25%	4,00%	4,00%
Duration (em anos)	13,40	14,16	12,21	11,23



As principais premissas atuariais adotadas no cálculo, por plano de benefício definido, estão apresentadas como seque:

				2020				2019
	Néos - Plano BA	Néos – Plano RN	Néos - Plano PE	PSAP/ Elektro	Néos – Plano BA	Néos – Plano RN	Néos - Plano PE	PSAP/ Elektro
Taxa média nominal de desconto	6,98%	6,80%	7,04%	7,25%	7,53%	7,41%	7,61%	7,81%
Taxa média nominal de custo salarial	N/A	N/A	4,28%	5,94%	N/A	N/A	5,04%	6,65%
Taxa média de inflação estimada no longo prazo	3,25%	3,25%	3,25%	3,25%%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%
Duration (em anos)	9,25	8,64	9,57	16,60	9,66	8,86	9,96	14,53
Tábua de mortalidade	BR - EMSsb v2015 (M) desagrava da 15%	AT2000 ponderada (40% M e 60% F), suavizada 10%	AT2000 (M)	AT2000 (M) suaviza da em 10%	BR - EMSsb v2015 (M) desagrava da15%	AT2000 ponderada (40% M e 60% F), suavizada 10%	AT2000 (M)	AT2000 (M) suaviza da 10%
Tábua de entrada em invalidez	N/A	N/A	<i>Light</i> média	Light Fraca suaviza da 30%	N/A	N/A	<i>Light</i> média	Light Fraca suaviza da 30%
Tábua de mortalidade de inválidos	BR EMSsb v2010 (M)	AT1983 ponderada (40% M e 60% F), suavizada 10%	AT1983 (M)	AT49 (M)	BR EMSsb v2010 (M)	AT1983 ponderada (40% M e 60% F), suavizada 10%	AT1983 (M)	AT49 (M)

Para o plano de saúde pós emprego a Companhia utilizou as seguintes tabuas biométricas: (i) Mortalidade – AT2000 Basic, e (ii) entrada em invalidez – *Light* média.

#### (iv) Principais riscos relacionados aos planos de benefícios definidos

Risco geral – O retorno dos ativos do fundo não ser suficiente para cobrir o aumento no passivo e nos pagamentos de benefícios ao longo dos anos, a Companhia será requerida a financiar o déficit com contribuições extraordinárias, a menos que o fundo tenha patrimônio suficiente

Mudanças na taxa de desconto – A taxa de juros que é usada para calcular a obrigação de benefício definido (de acordo com o IFRS) depende do valor dos rendimentos dos títulos governamentais (ou títulos corporativos da Companhia) na data de relatório. Uma diminuição nos rendimentos aumenta a obrigação de benefício que é, em parte, mitigada pelo ajuste a mercado que aumenta o valor das participações de renda fixa.

Investimentos e volatilidade – O conselho de Curadores aceita anualmente um Plano de Investimento, que se baseia em uma análise externa dos ativos e passivos do plano ('ALM'). Os ativos estão alocados em ações e fundos de investimentos, instrumentos de renda fixa e imóveis. Os investimentos são diversificados em diferentes classes de ativos e para diferentes gestores de ativos tendo em conta a política de alocação de investimentos dos planos e os limites autorizados pela autoridade brasileira de supervisão de fundos de previdência complementar ('Previc').

Hipóteses atuariais e econômicas – Os cálculos atuariais envolvem projeções futuras acerca de alguns parâmetros, tais como: salários, taxa de juros, inflação, mortalidade e invalidez. O resultado



real diferente dessas premissas levará à um aumento/redução no valor presente das obrigações do plano.

#### f) Política contábil e julgamentos críticos

#### (i) Política contábil

Os planos de benefícios de longo prazo - pós emprego (previdência) são financiados por meio de contribuições de participantes e patrocinadora aos fundos de pensão, conforme determinado por cálculos atuariais periódicos. A Companhia possui planos de benefício definido e de contribuição definida.

Nos planos de benefício definido, os custos do plano são avaliados usando o método de crédito unitário projetado. Os custos de prover os benefícios são reconhecidos na demonstração do resultado para distribuir o custo do serviço ao longo da vida útil dos colaboradores. Os juros líquidos são apresentados na demonstração do resultado, na linha de despesas financeiras.

A obrigação de benefício definido é calculada anualmente na data do balanço e é medida como o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados usando taxas de juros pela referência de mercado dos títulos do governo brasileiro que possuem prazo de vencimento próximos aos prazos dos desembolsos do plano.

Os ativos dos planos de pensão são avaliados a valor de mercado. O passivo reconhecido no balanço patrimonial é a obrigação de benefício definido na data de fechamento menos o valor justo dos ativos do plano. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso em dinheiro ou uma redução nos pagamentos futuros de contribuição esteja disponível. Quando os benefícios de um plano são alterados ou quando um plano é reduzido, a alteração resultante no benefício que se relaciona com o serviço passado ou o ganho ou perda relacionado com um corte é imediatamente reconhecida nos resultados. Os ganhos ou perdas nas liquidações de planos de benefícios definidos são reconhecidos quando a liquidação ocorre. Os impactos gerados por mudanças nas premissas atuárias são reconhecidas no patrimônio líquido, dentro de "Outros resultados abrangentes". Estes efeitos serão reclassificados para o lucro acumulado ou reservas de lucros, quando da extinção ou liquidação do benefício do plano que lhe deram origem.

O plano de saúde pós-emprego possui a mesma sistemática de mensuração e reconhecimento dos planos de benefícios definidos, exceto pela diferença de premissas econômicas e atuariais utilizadas.

As contribuições para planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado do período a que as contribuições se referem.

#### (ii) Estimativas e julgamentos críticos

O valor presente das obrigações de pensão é baseado em cálculos atuariais que usam várias premissas. Quaisquer mudanças nessas premissas impactarão o valor das obrigações de pensão. Essas premissas são utilizadas para determinar o valor justo de ativos e passivos, custos e despesas e os valores futuros de saídas de caixa estimadas, que são registrados nas obrigações com os planos de pensão.

A Companhia, em conjunto com os atuários externos e internos, revisa no final de cada exercício, as premissas que serão utilizadas para o exercício seguinte.



#### 22.2 Benefícios de longo prazo - Remuneração baseada em ações (Plano de ações)

Em 20 de abril de 2020, na Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o programa de incentivos de longo prazo – Ciclos de 2020/2022 ('Plano de ações') para os executivos e empregados que estão em posição gerencial. As diretrizes do programa estabelecem o limite máximo de: (i) 125 beneficiários, e (ii) concessão de 3.650.000 ações ordinárias.

O plano de remuneração baseados em ações ('Plano de ações'), com entrega física das próprias ações da Companhia (NEOE3), visa estimular e promover o alinhamento dos objetivos da Companhia, dos executivos e dos empregados, e mitigar os riscos na geração de valor da Companhia pela perda de seus executivos, fortalecendo o comprometimento e a produtividade desses nos resultados de longo prazo. O Plano de ações possui o período de avaliação estipulado entre 2020 até 2022, enquanto a entrega das ações para os beneficiários será realizada anualmente, em partes iguais, nos exercícios de 2023 a 2025, na condição de que o beneficiário tenha mantido seu vínculo empregatício durante esse período. A outorga do plano para os 113 beneficiários eleitos ocorreu em 01 de dezembro de 2020, com o preço ajustado de R\$16,09 por ação.

Em 31 de dezembro de 2020, baseado na apuração das premissas de desempenho e condições financeiras, a administração estima que valor total do programa será de R\$ 90 (equivalente à 113 beneficiários e 3.545.170 ações). A despesa reconhecida no resultado do exercício em 2020 correspondente ao Plano de ações foi de R\$ 3 (incluindo R\$ 0,6 de encargos).

#### 23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

#### 23.1 Capital social

O capital social está representado integralmente por ações ordinárias ("ON"), todas sem valor nominal. O Conselho de Administração poderá, independentemente de reforma estatutária, deliberar a emissão de novas ações (capital autorizado), inclusive mediante a capitalização de lucros e reservas até o limite autorizado.

Em 31 de dezembro de 20202 a Companhia possui autorização do Conselho de Administração para recomprar 3.650.000 ações ordinárias, entre 2021 a 2025, a serem destinadas para o programa de remuneração de baseado em ações (veja nota 23.2).

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o capital social é de R\$12.920 correspondendo a 1.213.797.248 ações escrituradas, totalmente subscrito, integralizadas e sem valor nominal.

			Acionistas
	ON	ON %	R\$
Iberdrola Energia S A. ("Iberdrola")	606.898.625	50,00%	6.460
Iberdrola S.A.	12.618.700	1,04%	134
Previ-Caixa de Prev. dos Func. do Banco do Brasil ("Previ")	367.647.583	30,29%	3.914
Demais acionistas – Free float	226.095.383	18,63%	2.407
Conselheiros e diretores	536.957	0,04%	5
Total de ações em circulação	1.213.797.248	100,0%	12.920



#### 23.2 Lucro por ação e remuneração aos acionistas

#### a) Lucro por ação

Os valores do lucro básico e diluído por ação são os seguintes:

	Atribuído aos acionistas da Neoenergia S/A				
		Consolidado	Controladora		
	2020	2019	2020	2019	
Lucro líquido do exercício	2.905	2.309	2.796	2.229	
Média ponderada de ações em circulação	1.214	1.214	1.214	1.214	
Lucro básico e diluído por ação	2,39	1,90	2,30	1,84	

#### b) Remuneração aos acionistas

O Estatuto Social da Companhia determina a remuneração mínima de 25% do lucro líquido, após os ajustes de acordo com as prescrições legais do Brasil. A remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio ('JCP'), baseado nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia.

A proposta de remuneração aos acionistas da Neoenergia S/A foi calculada da seguinte forma:

	2020
Lucro líquido do exercício	2.796
Reserva legal	(140)
Lucro líquido ajustado	2.656
Destinação para reserva de lucros a realizar/ retenção de lucros	(1.910)
Lucro líquido a distribuir	746
Remuneração	
Mínima obrigatória	201
Remuneração adicional	545
•	746
Natureza da remuneração	
Dividendos	201
JCP	545
	746
Remuneração total por ação	0,55



(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

Os valores pagos aos acionistas da Neoenergia S/A, por natureza de remuneração, estão apresentados como:

	<u></u>		Valor por ação
Deliberação	Natureza de remuneração	Valor deliberado	ON
2020			
RCA de 15 de junho de 2020	Juros sobre Capital Próprio 2020	278	0,2293645
RCA de 09 de dezembro de 2020	Juros sobre Capital Próprio 2020	267	0,2196808
		545	
<u>2019</u>			
RCA de 26 de junho de 2019	Juros sobre Capital Próprio 2019	338	0,2784645
RCA de 12 de dezembro de 2019	Juros sobre Capital Próprio 2019	218	0,1793503
		556	

A remuneração a pagar aos acionistas está apresenta como segue:

	C	onsolidado	Controladora		
	2020	2019	2020	2019	
Saldo em 01 de janeiro	213	343	198	329	
Declarada no exercício	784	624	746	556	
Imposto de renda retido na fonte	(54)	(55)	(52)	(52)	
Pagos no exercício	(467)	(698)	(450)	(635)	
Saldo em 31 de dezembro	476	214	442	198	

#### 23.3 Outros resultados abrangentes

A Companhia reconhece em outros resultados abrangentes os ganhos (perdas), líquidos dos tributos, de: (i) obrigações atuárias de benefícios a empregados; (ii) valor justo de instrumentos financeiros utilizados em uma estratégia de *hedge accounting* de fluxo de caixa; (iii) efeitos de equivalências patrimonial em JV e coligadas similares aos itens citados anteriormente

#### 23.4 Reserva de Capital

A reserva especial de ágio foi constituída pela reestruturação societária da Companhia, decorrentes aos aportes de capital efetuados na Elektro e Coelba, ambas controladas da Companhia. Ademais do impacto da remuneração baseada em ações (plano de ações), vide nota 22.2.

#### 23.5 Reserva de transação com os sócios

Os valores são resultantes: (i) das diferenças entre o valor pago e o montante contábil decorrentes das variações de participações societárias em que não houve alteração do controle acionário das investidas; (ii) e valor justo de instrumentos financeiros derivativos vinculado a obrigação de compra participação adicional nas investidas.

Os valores reconhecidos nesta reserva são oriundos das seguintes transações:

Compra de participação na Itapebi pela Termope (i)/(ii)	658
Compra de participação adicional na Coelba e na Cosern pela Neoenergia (iii)	333
Obrigação de compra participação Previ (vide nota 20)	68
Valor justo incorporação (iv)	530
Ganho participação relativa Coelba (v)	8
Total	1.597



- (i) Aquisição da parcela remanescente da Itapebi 58% entre 2013 e 2014. Pela compra da parcela adicional a Companhia desembolsou R\$829.
- (ii) Efeito do valor justo dos ativos da Elektro Holding incorporados na Neoenergia S/A e o valor da contraprestação utilizado como aporte de capital realizado em 2017. O montante utilizado como base para o aporte de capital foi de R\$4.694.
- (iii) Aquisição da parcela adicional na Coelba e na Cosern de 8,5% e 7,0%, respectivamente. Esta operação ocorreu no ano de 2015 e pela compra da parcela adicional a Companhia desembolsou R\$639.
- (iv) Este ajuste refere-se à diferença entre o valor justo revisado utilizado pela Incorporação da Elektro Holding de R\$ 4.191 e o valor utilizado como base para aumento de capital da Neoenergia de R\$ 4.694, além de ajustes de consolidação em função da obtenção do controle de FEB e FEB 2 no valor de R\$ 27.
- (v) Nos meses de março e julho de 2018 foram homologados aumentos no capital social da Coelba, onde alguns acionistas não controladores não realizaram a subscrição de suas ações, acarretando em alterações no percentual de participação da Neoenergia na controlada.

#### 23.6 Reservas de lucros

#### 23.6.1 Reserva legal:

Constitui uma exigência legal para retenção de 5% do lucro líquido anual apurado até o limite de 20% do capital social. A reserva só pode ser utilizada para absorver prejuízos ou para aumento de capital.

#### 23.6.2 Reserva de lucros a realizar

Possui como finalidade reter parcela do lucro líquido do exercício não realizada em caixa ou equivalente de caixa e que exceda a perspectiva estratégica da Companhia de distribuição de montantes a pagar aos acionistas.

#### 23.6.3 Reserva de retenção de lucros

Possui como finalidade assegurar a manutenção e o desenvolvimento para as atividades principais que compõem o objeto social da Companhia, em montante não superior a 50% do lucro líquido anual distribuível até o limite máximo do capital social ou proposta de orcamento de capital da Companhia.

#### 23.7 Política contábil

O Capital social representa valores recebidos dos acionistas e também aqueles gerados pela Companhia que foram formalmente incorporados através de reservas de capital e reservas de lucros. O capital social está representado por ações ordinárias. As ações ordinárias são classificadas como instrumentos de patrimônio por não exporem a Companhia à obrigação de entregar caixa ou outros instrumentos financeiros e deixarem os detentores desses instrumentos (acionistas) expostos às variabilidades dos resultados e fluxos de caixa gerados pela Companhia. Os gastos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como transações de capital, líquido de efeitos tributários.

A remuneração aos acionistas é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social, somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovado pelos acionistas.

Os incentivos fiscais são reconhecidos quando há razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção serão cumpridas pela Companhia.



Os valores reconhecidos no resultado são destinados à reserva de incentivos e só serão utilizados para eventual absorção de prejuízo ou aumento de capital social, não sendo passível sua distribuição na forma de remuneração aos acionistas.

#### 24. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Companhia são controladas, *joint ventures*, coligadas, acionistas e suas empresas ligadas e o pessoal-chave da administração da Companhia.

As principais transações comerciais com partes relacionadas reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de compra e venda de energia elétrica; (ii) contratos de uso do sistema de distribuição de energia ou no sistema de transmissão; (iii) prestação serviços de operação e manutenção; (iv) contratos de serviços administrativos.

As transações com os fundos de pensão responsáveis pela gestão dos benefícios de curto e longo prazo concedidos aos empregados da Companhia estão classificadas como "Acionistas e Outros" nesta nota explicativa.



As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia são apresentados abaixo:

#### 24.1 Saldo em aberto com partes relacionadas

							Cons	solidado
<del>-</del>				2020				2019
	Joint	Coligadas	Acionistas e outros <sup>1</sup>	Total	Joint ventures	Coligadas	Acionistas e outros	Total
Ativo	ventures	Congadas	e outros	TOTAL	ventures	Coligadas	e outros	Total
Allvo								
Contas a receber e outros (c) Dividendos e juros sobre capital	-	1	-	1	-	-	-	-
próprio a receber (d)	15	1	-	16	14	1	-	15
Outros ativos (e)/(g)		<u> </u>	21	21			23	23
	15	2	21	38	14	<u> </u>	23	38
Passivo								
Fornecedores e contas a pagar								
(c)/(f)/(g)/(h)	40	103	106	249	42	173	83	298
Benefícios a empregados (e)	-	-	60	60	-	-	76	76
Dividendos e juros sobre capital								
próprio a pagar (i)	-	-	476	476	-	-	214	214
Outros passivos (j)/(h)	-	-	216	216	-	-	214	214
	40	103	858	1.001	42	173	587	802
							Con	troladora
	-			2020				2019
	-			2020	-			2013
		Joint	A -1 1 - 4			Joint	Acionista	
		ventures e	Acionistas			ventures e	S	
	Controladas	coligadas	e outros <sup>1</sup>	Total	Controladas	coligadas	e outros	Total
Ativo								
Dividendos e juros sobre capital								
próprio a receber (d)	669	15	_	684	375	14	_	389
Outros ativos (k)/(l)/(m)/(o)	77	-	-	77	22	-	-	22
	746	15	-	761	397	14		411
Passivo								
Fornecedores e contas a pagar								
(f)/(h)	-	-	104	104	-	-	81	81
Dividendos e juros sobre capital			440	440			400	400
próprio a pagar (n) Outros passivos¹ (o)/(j)	11	-	442 209	442 220	109	-	198 209	198 318
Outros passivos (O//(J)					-	· ——		
	11	. <u> </u>	755	766	109		488	597

<sup>(1)</sup> Conforme segundo aditamento ao Acordo de Acionistas da Companhia, foi estendido para março de 2021 o prazo para que a Companhia envie a Previ uma proposta firme para aquisição de suas participações societárias minoritárias na Coelba, Cosern e Afluente T.



### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhões de reais, exceto guando indicado)

#### 24.2 Transações com partes relacionadas

							Co	nsolidado
				2020				2019
	Joint ventures	Coligadas	Acionistas e outros	Total	Joint ventures	Coligadas	Acionistas e outros	Total
Resultado do período								
Receita operacional, líquida (a)/(b)/(c)	12	-	-	12	17	2	-	19
Custos dos serviços (c)/(e)	(401)	(882)	(57)	(1.340)	(426)	(794)	(45)	(1.265)
Despesas gerais e administrativas (e)/(f)/(g)/(h)	-	-	(132)	(132)	-	-	(78)	(78)
Resultado financeiro líquido (e)/(l)/(m)	-	-	(7)	(7)	=	-	-	-
	(389)	(882)	(196)	(1.467)	(409)	(792)	(123)	(1.324)
							Соі	ntroladora
				2020				2019
	Controladas	Joint ventures e coligadas	Acionistas e outros	Total	Controladas	Joint ventures e coligadas	Acionistas e outros	Total
Resultado do período		0 001144444				0 00,		
Receita operacional, líquida (k)	4	-	-	4	4	-	-	4
Despesas gerais e administrativas (f)/(h)	-	-	(109)	(109)	-	-	(78)	(78)
Resultado financeiro líquido (I)/(m)/(o)	173	-	-	173	176	-	-	176
	177		(109)	68	180		(78)	102

#### 24.3 Principais transações com partes relacionadas

As principais transações com partes relacionadas nos itens 24.1 e 24.2 referem-se a:

- (a) Serviços prestados pela Neoenergia O&M à Águas da Pedra, relacionados a serviços de operação e manutenção, de 2020 a 2024, com preços ajustados pela inflação.
- (b) Serviços prestados pela Neoenergia Serviços à Teles Pires: serviços transacionais e contábeis, elaboração de relatórios periódicos aos órgãos reguladores, acompanhamento de auditorias externas, elaboração de demonstrações financeiras trimestrais e anuais, além de serviços tributários, de 2020 a 2022, sendo os preços ajustado pela inflação.
- (c) Contratos de fornecimento de energia elétrica, contratos de uso do sistema de transmissão (CUST), Contratos de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD), Contratação no Ambiente Regulado (CCEAR) e Contratos de Conexão do Sistema de Transmissão (CCT) firmados entre as Companhias do Grupo. Os principais contratos estão detalhados abaixo:
  - i. Norte Energia S.A.: contratos de compra de energia firmados pela Coelba, Cosern, Celpe e Elektro Redes, por meio de leilões regulados (e preços administrados), com prazo de fornecimento entre 2015-2044.
  - ii. Águas da Pedra: contratos de compra de energia firmados pela Coelba, Cosern, Celpe e Elektro Redes, por meio de leilões regulados (e preços administrados), com prazo de fornecimento entre 2011 e 2040.
  - iii. Teles Pires: contratos de compra de energia firmados pela Coelba, Cosern, Celpe e Elektro Redes, por meio de leilões regulados (e preços administrados), com prazo de fornecimento entre 2015-2044. Adicionalmente, existem contratos de compra de energia firmados pela NC Comercializadora no mercado livre, com início do fornecimento em 2018 e atingindo 2036.
- (d) Dividendos e/ou Juros sobre capital próprio a serem pagos a Neoenergia em 2021.
- (e) Contribuições das controladas Coelba, Celpe e Cosern para os fundos previdenciários dos funcionários ativos, conforme detalhado na nota 22.
- (f) Contrato de Prestação de serviço de Engenharia entre a Neoenergia e Iberdrola Generacion por prazo indeterminado.



(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

- (g) Contrato de prestação de serviço de operação e manutenção (em moeda estrangeira) engenharia entre a Termope e Iberdrola Generacion, com reajuste anual com base na variação do IGP-M. O contrato possui prazo indeterminado.
- (h) Contrato de serviços administrativos, ambos os contratos seguem a mesma metodologia de precificação (custo mais margem) e os contratos são automaticamente renovados:
  - i. Serviços prestados pela Iberdrola Energia relacionados a recursos humanos, informática (hardware e softwares), compras, financeiro, regulatório, controle, infraestrutura, entre outros, com o objetivo de maximizar a eficiência operacional das unidades da Iberdrola em diferentes locais, compartilhando as melhores práticas por meio da prestação de serviços o contrato possui prazo indeterminado.
  - ii. Iberdrola Renovables: Serviços prestados pela Iberdrola Renovables relacionados à gestão, promoção, construção e operação dos parques eólicos no Brasil.
- (i) Dividendos e Juros sobre capital próprio a serem pagos pela Neoenergia, Afluente T, Celpe, Coelba, Cosern e Elektro Redes em 2021.
- (j) Obrigação com a PREVI a ser liquidado em 2021, conforme descrito na nota 21.
- (k) Contratos de locação de imóveis, corrigidos anualmente pela variação do IGPM com vencimentos até 2021.
- Contrato de mútuo financeiro firmado com a Neoenergia Sobral Transmissão de Energia com vencimento em 2021.
- (m) Contrato de mútuo financeiro firmado com a Neoenergia Serviços Ltda com vencimento em 2022.
- (n) Dividendos e Juros sobre capital próprio a serem pagos pela Neoenergia em 2021.
- (o) Contrato celebrado com as controladas Coelba, Celpe, Cosern, Itapebi, Termope, Afluente T, NC e Elektro Redes para prestação de garantia corporativa onde a Neoenergia é avalista de instrumentos financeiros com cobrança de fee por Aval com vencimento até 2021.

#### 24.4 Remuneração da administração (Pessoal-chave)

As remunerações de empregados, incluindo os ocupantes de funções executivas e membros do conselho de administração da Companhia reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de competência, estão apresentadas como seque:

Salários e benefícios recorrentes
Remuneração Variável de Curto Prazo
Benefícios de longo prazo
Rescisões contratuais

	Consolidado		Controladora		
2020	2019	2020	2019		
37	49	26	31		
17	15	11	16		
12	4	9	2		
-	2	-	-		
66	70	46	49		

#### 24.5 Garantias financeiras concedidas

As garantias oferecidas pela Companhia são efetuadas com base em cláusulas contratuais que suportam as operações financeiras entre as *joint ventures*/coligadas e terceiros, garantindo assunção do cumprimento de obrigação, caso o devedor original não honre os compromissos financeiros estabelecidos.

Em 31 de dezembro de 2020, o total de garantias financeiras concedidas pela Companhia para determinadas *joint ventures* e coligadas totalizaram R\$ 4.573



#### 25. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

#### 25.1 Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

					Col	nsolidado
			2020			2019
	CA	VJORA	VJR	CA	VJORA	VJR
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	1.825	=	3.235	994	-	3.047
Títulos e valores mobiliários	116	-	94	6	-	165
Contas a receber de clientes e outros	7.800	-	-	7.138	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	1.757	963	-	394	976
Ativos financeiro setorial (Parcela A e outros)	92	-	-	395	_	-
Concessão do serviço público (Ativo financeiro)	-	-	14.403	-	_	11.743
	9.833	1.757	18.695	8.533	394	15.931
Passivos financeiros		·				
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	4.428	-	-	3.185	_	-
Empréstimos e financiamentos	23.973	-	2.407	18.606	_	4.058
Passivo financeiro setorial (Parcela A e outros)	665	-	-	313	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	126	11	-	52	-
Passivo de arrendamento	95	-	-	97	_	-
Uso do bem público	67	-	-	60	-	-
Outros passivos financeiros*	6	-	-	-	_	-
·	29.234	126	2.418	22.261	52	4.058

CA - Custo amortizado

VJORA – Valor justo por meio dos outros resultados abrangentes

#### 25.2 Estimativa do valor justo

Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

**Nível 1** – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

**Nível 2** – Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e

**Nível 3** – Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 25.8, (análise de sensibilidade).

VJR - Valor justo por meio do resultado



#### 25.3 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo ("VJR" ou "VJORA")

O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo estão demonstrados como seque:

					Co	onsolidado
		2020				
	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	3.235	-	3.235	3.047	-	3.047
Títulos e valores mobiliários	94	-	94	165	-	165
Instrumentos financeiros derivativos	2.720	-	2.720	1.370	-	1.370
Concessão do serviço público (Ativo financeiro)	-	14.403	14.403	-	11.743	11.743
	6.049	14.403	20.452	4.582	11.743	16.325
Passivos financeiros					<del></del>	
Empréstimos e financiamentos	2.407	-	2.407	4.058	-	4.058
Instrumentos financeiros derivativos	137	-	137	52	-	52
	2.544		2.544	4.110		4.110

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo.

Os ganhos e perdas reconhecidos no resultado referente ao exercício de 2020 e 2019, relacionados aos ativos e passivos financeiros mensurados através de técnicas de nível 3, foram nos montantes de R\$ 549 e R\$ 556, respectivamente. As demais movimentações para esses ativos e passivos se encontram divulgados na nota 14.1.

#### 25.4 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo custo amortizado ("CA")

Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, em virtude ciclo de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do saldo contábil. Abaixo demonstramos o valor justo dos ativos e passivos financeiros reconhecidos a custo amortizado.

				Consolidado
		2020		2019
	Saldo contábil	Estimativa de valor justo – Nível 2	Saldo contábil	Estimativa de valor justo – Nível 2
Empréstimos e financiamentos	23.973	24.207	18.606	18.830

Em dezembro de 2020, para fins de comparabilidade com o saldo contábil, as debentures passaram a ser mensuradas com base na abordagem de mercado, sendo a referência o último preço de negociação ou PU cotação, ambos disponíveis na B3 ou Anbima, respectivamente. As debentures não negociadas em mercado secundário, assim como os demais empréstimos bilaterais, são mensuradas mediante o uso de técnica de avaliação de fluxo de caixa descontado a partir da utilização de curvas livre de risco provenientes de fonte de mercado (B3) e do spread de risco de crédito da Companhia, divulgado pelas agências classificadoras de rating. O spread de crédito Companhia é ajustado a duration e a moeda de cada instrumento de dívida.

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e ativos e passivos financeiros setoriais são iguais aos montantes mensurados ao custo amortizado (saldo contábil).



#### 25.5 Política contábil

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias:

#### (i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

- Custo amortizado (CA): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda; e
- Valor justo por meio do resultado (VJR): todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.

Os instrumentos mensurados pelo CA e VJR estão suscetíveis ao reconhecimento das perdas de créditos esperados. De modo geral, as perdas de crédito esperadas dos instrumentos financeiros oriundos das operações da Companhia (ex: Contas a receber) são mensurados pelo método simplificado, a partir de uma matriz de provisão que a pondera as características dos instrumentos, idade do título, históricos de perdas e expectativa de perdas futuras.

#### (ii) Passivo financeiro

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

#### 25.6 Métodos e técnicas de avaliação

#### (i) Concessões do serviço público

Para mensuração do valor justo, a Companhia utiliza abordagem de custo de reposição baseado nas tabelas de preço da ANEEL, estipuladas para ativos inerentes a operações passíveis de indenização pelo poder concedente. Os fatores relevantes para mensuração do valor justo não são observáveis e não existe mercado ativo. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3.



(Valores expressos em milhões de reais, exceto guando indicado)

#### (ii) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos alocados no nível 2 são baseados na abordagem de resultado e o valor justo, tanto da dívida indexada por taxa fixa quanto por taxa flutuante, é determinado a partir do fluxo de caixa descontado utilizando os valores futuros da taxa CDI e da curva dos títulos da Companhia.

#### (iii) Instrumentos financeiros derivativos

A estimativa do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculada por meio da utilização de metodologias adotadas como um padrão de mercado, que reflitam corretamente as condições de mercado das variáveis incluídas na sua precificação, bem como as condições contratuais vigentes para o instrumento.

#### 25.7 Informações complementares sobre os instrumentos derivativos

Em 31 de dezembro de 2020 não havia valor de margem depositado referente a posições com instrumentos financeiros derivativos.

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra o risco de alteração nas taxas de câmbio e de juros. Os principais instrumentos utilizados são swaps, Non-Deliverable Forwards (NDF) e opções.

Todas as operações de derivativos dos programas de hedge da Companhia estão detalhadas nos quadros a seguir, que incluem informações sobre tipo de instrumento, valor de referência, vencimento, valor justo incluindo risco de crédito e valores a receber ou a pagar.

Com o objetivo de avaliar a relação econômica entre o item protegido e o instrumento de hedge, a Companhia adota metodologia de teste de efetividade prospectivo através dos termos críticos do objeto e dos derivativos contratados, com o intuito de concluir se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de hedge e do instrumento de hedge possam ser compensados mutuamente.

#### Programa de hedge dos empréstimos e financiamentos em Dólar

Com o objetivo de proteção econômica e financeira, o Grupo contrata operações de swap para converter para R\$ as dívidas e empréstimos denominados em US\$. Nestes swaps, o Grupo assume posição passiva em R\$ atrelado ao CDI e posição ativa em US\$ atrelado a taxas fixas ou flutuantes (Libor).



Os programas abaixo são classificados de acordo com os critérios contábeis de *hedge* mesurados a valor justo por meio do resultado:

Valor de referência				Valor jus	Efeito acumulado Valor a receber/recebido ou a pagar/pago		
Swap US\$ pós vs R\$ pós	2020	2019	Vencimento (Ano)	2020	2019	2020	
Empresa			_	· ·			
Ativo	US\$ 182	US\$ 501	0004 0000	952	2.025		
Passivo	RS\$ 583	R\$ 1.596	2021 - 2029	(570) (1.579)			
Exposição líquida			_	382	446	(64)	
	Valor de re	ferência		Valor jus	to	Efeito acumulado Valor a receber/recebido ou a pagar/pago	
Swap US\$ pré vs R\$ pós	2020	2019	Vencimento (Ano)	2020	2019	2020	
Empresa			_				
Ativo	US\$ 137	US\$ 332		748	1.352		
Passivo	R\$ 373	R\$ 1.007	2020 - 2027	(370)	(1.006)		
Exposição líquida			_	378	346	32	

Os programas abaixo são classificados de acordo com os critérios contábeis de *hedge* mensurados a fluxo de caixa:

_	Valor de refe	erência		Valor ju	Efeito acumulado Valor a receber/recebido ou a pagar/pago	
Swap US\$ pós vs R\$ pós	2020	2019	Vencimento (Ano)	2020	2019	2020
Empresa Ativo Passivo Exposição líquida	US\$ 114 R\$ 367	US\$ 122 R\$ 396	2021-2030	594 (369) <b>225</b>	491 (398) <b>93</b>	132
	Valor de refe	erência		Valor ju	isto	Efeito acumulado Valor a receber/recebido ou a pagar/pago
Swap US\$ pré vs R\$ pós	2020	2019	Vencimento (Ano)	2020	2019	2020
Empresa Ativo Passivo Exposição líquida	US\$ 889 R\$ 3.698	US\$ 593 R\$ 2.187	2021-2035	4.831 (3.790) <b>1.041</b>	2.462 (2.215) <b>247</b>	794



#### Programa de hedge dos empréstimos e financiamentos em Euro

Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de *swap* para converter para R\$ as dívidas e empréstimos denominados em EUR. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em R\$ atrelado ao CDI e posição ativa em EUR atrelado a taxas fixas ou flutuantes (Euribor).

Os programas a seguir são designados para contabilidade de *hedge* e classificados como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

	Valor de refe	erência		Valor ju	sto	Efeito acumulado Valor a receber ou a pagar
Swap EUR \$ pré vs R\$ pós	2020	2019	Vencimento (Ano)	2020	2019	2020
Ativo Passivo <b>Exposição líquida</b>	€ 159 R\$ 703	€ 178 R\$ 715	2022-2024	1.042 (710) 332	742 (721) <b>21</b>	311

#### Programa de hedge dos empréstimos e financiamentos em Reais indexados ao IPCA

Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia pode contratar operações de *swap* para converter para o CDI as dívidas e empréstimos em R\$ atrelados ao IPCA. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em CDI e posição ativa em IPCA.

Os programas a seguir são designados para contabilidade de *hedge* e mensurados ao valor justo por meio do resultado:

	Valor de refe	erência	_	Valor jus	sto	Efeito acumulado Valor a receber ou a pagar
Swap IPCA vs CDI	2020	2019	Vencimento (Ano)	2020	2019	2020
Ativo Passivo	R\$ 768 R\$ 662	R\$ 747 R\$ 732	2021 - 2025	841 (661)	904 (731)	
Exposição líquida				180	173	7



(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

#### Programa de hedge para desembolsos em Dólar

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa oriunda de variação cambial do R\$ frente ao US\$, a Companhia pode contratar operações via NDF e opções para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Dólar.

Este programa é designado para contabilidade de hedge e classificados como hedge de fluxo de caixa, portanto mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

	Valor de re	ferência	_	Valor ju	ısto	Valor a receber ou a pagar
NDF	2020	2019	Vencimento (Ano)	2020	2019	2020
Desembolso USD Termo Exposição líquida	US\$ 110	US\$ 217	2020-2024 _	29 <b>29</b>	(5) <b>(5)</b>	34

O Programa de Opções designado para contabilidade de hedge e classificado como hedge de fluxo de caixa se encerrou em Julho de 2020, não havendo mais opções a vencer na carteira de derivativos da Companhia:

	Valor de re	ferência		Valor ju	sto	Valor a receber ou a pagar
<u>Opção</u>	2020	2019	Vencimento (Ano)	2020	2019	2020
Desembolso USD Compra de Call Exposição líquida	-	US\$ 3	2020		2 2	(2)

#### Programa de hedge para desembolsos em Euro

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa oriunda de variação cambial do R\$ frente ao Euro, a Companhia pode contratar operações via NDF para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Euro.

Este programa é designado para contabilidade de hedge e classificados como hedge de fluxo de caixa, portanto mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

	Valor de ref	erência	_	Valor ju	ısto	Efeito acumulado Valor a receber ou a pagar
NDF	2020	2019	Vencimento (Ano)	2020	2019	2020
<b>Desembolso EUR</b> Termo	€ 53	€ 44	2020-2022	16	(16)	
Exposição líquida			_	16	(16)	32

#### Programa de hedge para desembolsos em Reais

Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia pode contratar operações de swap para converter para o CDI as dívidas e empréstimos em R\$ prefixados. Nestes swaps, a Companhia assume posição passiva em CDI e posição ativa em uma taxa prefixada pelo banco credor.



(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

Os programas abaixo são classificados de acordo com os critérios contábeis de hedge mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

	Valor de re	ferência	_	Valor ji	usto	Valor a receber ou a pagar
Swap R\$ pré vs R\$ pós	2020	2019	Vencimento (Ano)	2020	2019	2020
Ativo	R\$ 336	R\$ 336	2022	352	347	
Passivo	R\$ 328	R\$ 334		(329)	(337)	
Exposição líquida			_	23	10	13

#### Programa de hedge dos empréstimos e financiamentos em Reais indexados a taxas pré-fixadas

No dia 15 de julho de 2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a recompra de até 2.555.000 ações, via contratação de instrumento financeiro derivativo (Equity Swap), para proteger a Companhia da volatilidade do preço de suas ações (NEOE3), quando este evento poderia impactar negativamente os fluxos de caixa futuros assumidos no âmbito de seu Programa de Incentivo de Longo Prazo.

Este programa é classificado de acordo como um *hedge* econômico, não designado para contabilidade de *hedge*, e é mesurado a valor justo por meio do resultado.

	Valor de rei	ferência		Valor	justo	Efeito acumulado Valor a receber ou a pagar
Swap Equity	2020	2019	Vencimento (Ano)	2020	2019	2020
Ativo	45	-	2022	45	-	
Passivo	56	-		(57)	-	
Exposição líquida				(12)		(12)

#### Programa de hedge dos empréstimos e financiamentos em lene

Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de swap para converter para R\$ as dívidas e empréstimos denominados em JPY. Nestes swaps, a Companhia assume posição passiva em R\$ atrelado ao CDI e posição ativa em JPY atrelado a taxas fixas.

	Valor de re	ferência		Valor ji	usto	Efeito acumulado Valor a receber ou a pagar
Swap JPY pré vs R\$ pós	2020	2019	Vencimento (Ano)	2020	2019	2020
Ativo Passivo	JPY 3.887 R\$ 204	-	2021	196 (206)	-	
Exposição líquida	Νφ 204	_	<del>-</del>	(10)		(10)



#### 25.8 Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos financeiros derivativos e respectivas exposições objetos de proteção, em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado ao qual estão expostos, mantendo-se todas as demais variáveis constantes.

- Cenário Provável: Foram projetados os fluxos de caixa futuros na data de análise, considerando os saldos e eventuais encargos e juros, estimados com base nas taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2020.
- Cenário II: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 25% nas variáveis de risco associadas.
- Cenário III: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 50% nas variáveis de risco associadas.

Para fins da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos a Companhia entende que há necessidade de considerar os passivos objetos de proteção, com exposição à flutuação das taxas de câmbio ou índice de preços e que se encontram registrados no balanço patrimonial.

Como 100% das dívidas em moeda estrangeira estão protegidas por *swaps*, o risco de variação da taxa de câmbio é irrelevante, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo/ Nocional)	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Dívida em Dólar Swap Ponta Ativa em Dólar	Dólar (\$)	Alta do Dólar Queda do Dólar	5,1967	(6.902) 7.118	(1.727) 1.779	(3.451) 3.558
Exposição Líquida				216	52	107
Dívida em Euro Swap Ponta Ativa em Euro	Euro (€)	Alta do Euro Queda do Euro	6,3779	(1.014) 1.042	(253) 260	(507) 520
Exposição Líquida				28	7	13
Dívida em lene Swap Ponta Ativa em lene	lene(JPY)	Alta do lene Queda do lene	0,0504	(196) 196	(49) 49	(98) 98
Exposição Líquida				-	-	-

Para os desembolsos em moeda estrangeira em contratos não dívida são adotadas as estratégias de proteção a seguir, sendo apresentados na tabela os impactos relativos aos cenários reproduzidos para a variação cambial sobre o derivativo e correspondente impacto em cada cenário para o item protegido. Desta forma, observamos o efeito de eliminação e/ou redução da exposição cambial líquida através da estratégia de hedge:



(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

				Exposição (Saldo/ Nocional)		Impacto Cenário (III)
Item protegido: parte de desembolsos em USD NDF Exposição	Dólar (\$)	Alta do Dólar Queda do Dólar	5,1967	(576) 576	140 (140)	280 (280)
ltem protegido: parte de desembolsos em Euro NDF Exposição	Euro (€)	Alta do Euro Queda do Euro	6,3779	(422) 348 ( <b>74)</b>	104 (86) <b>18</b>	208 (172) <b>36</b>
Collar Item protegido: parte de desembolsos em USD <b>Exposição</b>	Dólar (\$)	Queda do Dólar		<u>-</u>	-	-

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no exercício	Exposição (Saldo/ Nocional)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	1,90%	5.136	97	(24)	(48)
Passivos financeiros							
Empréstimos e financiamentos							
Dívidas em CDI	CDI	Alta do CDI	1,90%	(7.078)	(166)	(42)	(82)
Swaps Dólar x CDI (Ponta Passiva)	CDI	Alta do CDI	1,90%	(7.042)	(151)	(39)	(76)
Dívida em IPCA	IPCA	Alta do IPCA	4,31%	(8.451)	(764)	(95)	(190)
Swaps IPCA x CDI (Ponta Ativa)	IPCA	Queda do IPCA	4,31%	841	86	9	20
Dívida em LIBOR 3M	LIBOR	Alta da LIBOR 3M	0,24%	(294)	(5)	-	-
Swaps Libor 3M x CDI (Ponta Ativa)	LIBOR	Queda da LIBOR 3M	0,24%	294	6	-	-
Dívida em LIBOR 6M	LIBOR	Alta da LIBOR 6M	0,26%	(1.251)	(14)	(1)	(1)
Swaps Libor 6M x CDI (Ponta Ativa)	LIBOR	Queda da LIBOR 6M	0,26%	1.251	16	1	2
Dívida em SELIC	SELIC	Alta da SELIC	1,90%	(512)	(21)	(2)	(5)
Dívida em TJLP	TJLP	Alta da TJLP	4,39%	(1.970)	(126)	(21)	(44)



(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) na operação de *equity swap*, causada pela variação do preço da ação da Neoenergia (NEOE3), sob determinados cenários de mercado. Esta perda (ganho), se materializada, será reconhecida no resultado a Companhia no exercício seguinte:

Operação	Indexado r	Risco	Cotação	Saldo	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Outros Ativos Financeiros Swap Ponta Ativa em Ações	NEOE3	Queda da Ação	17,62	45	3	11	23

#### 26. COMPROMISSOS

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo são como segue:

	Compra de Energia	Construção de
	(a)	Infraestrutura
2022	13.393	5.421
2023	13.868	3.764
2024	14.218	3.785
2025	14.440	4.027
2026	14.990	4.547
Entre 2027 e 2036	66.830	22.228

(a) Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 6 a 30 anos, representam o volume total contratado e foram homologados pela ANEEL, que atendem os compromissos impostos pela legislação.

As distribuidoras do grupo efetuaram uma análise dos compromissos de energia contratados que excedem o limite de 5% de sobrecontratação, os quais eventualmente podem não ser considerados para repasse na tarifa por serem considerados voluntários. De acordo com as projeções de demanda e estimativa de preços de mercado, os resultados observados não foram considerados significativos para suas operações.

A Neoenergia é avalista e garantidora de empréstimos, financiamentos e debêntures de suas controladas e coligadas.

#### **27. EVENTOS SUBSEQUENTES**

#### (i) Aprovações leilão de privatização CEB Distribuição S.A.

Em 14 de janeiro de 2021 a Superintendência Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) emitiu parecer pela aprovação da aquisição das ações representativas de 100% do capital social da CEB Distribuição S.A. pela Bahia Geração de Energia S.A, controlada da Neoenergia.

Em 22 de janeiro de 2021 a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), por meio de despacho, decidiu aprovar previamente a transferência do controle societário direto da CEB Distribuição S.A. , que



passará a ser controlada pela Bahia Geração de Energia S.A ("Bahia PCH III"), uma subsidiária da Neoenergia,

#### (ii) 7ª emissão debêntures

Em 27 de janeiro de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a realização da 7ª (sétima) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, no valor de R\$ 2.000 da Companhia ("Debêntures"), a ser distribuída por meio de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada, e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

#### (iii) Captação de dívidas

As controladas da Neoenergia contrataram as operações financeiras via 4131 com Swap, conforme características abaixo:

Empresa	Credor	Montante (R\$)	Vencimento	Data da contratação	Data do desembolso	Amortização	Juros
Coelba	MUFG	200	1 ano	07/01/2021	13/01/2021	Bullet	Bullet
Celpe	Scotiabank	200	3 anos	02/12/2012	08/01/2021	Bullet	Semestral
Celpe	Scotiabank	200	3 anos	23/12/2021	26/01/2021	Bullet	Semestral
Cosern	Scotiabank	100	3 anos	30/12/2021	06/01/2021	Bullet	Semestral